

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

SERGIO AMARILDO EVANGELISTA SOARES

**NECESSIDADES JUVENIS, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
um estudo do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego**

**SÃO LEOPOLDO
2006**

SERGIO AMARILDO EVANGELISTA SOARES

**NECESSIDADES JUVENIS, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
um estudo do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Luiz Inácio Germany Gaiger

SÃO LEOPOLDO
2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

S676n Soares, Sergio Amarildo Evangelista
Necessidades juvenis, trabalho e políticas públicas: um estudo
do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego / por
Sergio Amarildo Evangelista Soares. – 2006.
172 f. : il.; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e
Aplicadas, 2006.

“Orientação: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger, Ciências
Humanas”.

1. Mercado de trabalho – Jovem. 2. Trabalho – Política
pública. I. Título.

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil- CRB 10/1184

SERGIO AMARILDO EVANGELISTA SOARES

**NECESSIDADES JUVENIS, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
UM ESTUDO DO PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO
EMPREGO**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto

Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro

Ao meu filho Clairton Eduardo Soares, em
memória, e à minha esposa Loni
Teresinha Soares

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger, pelos momentos de reflexão e aprimoramento do estudo.

Agradeço à Professora Dra. Sônia Mercedes Lenhardt Bredemeier pelo estímulo e momentos de análise sobre o estudo.

Agradeço ao meu pai Sérgio Soares (em memória), a minha mãe Noeli do Carmo da Silva Soares e aos meus irmãos Silvio André Soares e Sueli Noeli Soares Rech pelo apoio recebido no decorrer dessa trajetória.

Agradeço aos colegas de serviço que me apoiaram e refletiram comigo o tema da dissertação.

Agradeço ao apoio dos colegas do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais Aplicadas.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais Aplicadas pelas inúmeras contribuições no decorrer dessa trajetória de leituras, discussões, produção de textos; em síntese, de aprendizagem.

Agradeço às colegas da secretaria do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais Aplicadas pela presteza demonstrada durante o Curso.

Agradeço a Deus.

JUVENTUDE

JOVEM

JUVENIL

Juventude uma atitude
Uma vida em plenitude
Sonho e veleidade
Jovem, juvenil, juventude!

Jovens assim se vestem
Um piercing exibem
Uma tatuagem também
Juventude, juvenil, jovem!

Juvenil energia viril
Às vezes de forma hostil
Outras marcadamente gentil
Juventude, jovem, juvenil!

(Sergio A.E. Soares)

RESUMO

Esse estudo visa a analisar as necessidades dos jovens, tendo em vista os objetivos da política pública denominada Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE, do Governo Federal. Busca assim verificar os pontos positivos, as dificuldades do Programa e de que forma ele deveria ser aprimorado. A política pública objetiva inserir o jovem no mercado de trabalho; porém, tem tido resultados abaixo do esperado, segundo informações do principal órgão implementador, o Ministério do Trabalho e do Emprego. Essa investigação visa a entender essa dificuldade pelo prisma do público-alvo da política, que é o jovem: quando a política pública tiver essa possibilidade de contemplar as necessidades dos públicos que são o seu objeto, estará propiciando espaços de participação e de democratização e, ao mesmo tempo, poderá atingir melhores resultados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados no Município de São Leopoldo. Foram entrevistados jovens que participam do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, pelo Projeto Consórcio Social da Juventude e Sistema Nacional de Empregos. O material coletado foi analisado à luz de Bajoit, Groppo, Margulis, Dick, Spósito, Santos, Rojas Couto, Heller, Bardin, entre outros autores. A categoria principal da análise - *necessidades* - norteou a interpretação dos dados. A pesquisa demonstra o quanto o jovem de classe popular valoriza o trabalho, a família e o estudo. Da mesma forma, fica evidente que a relação entre essas questões diz respeito aos seus projetos de vida. A juventude expressa, espontaneamente, suas críticas ao Programa, as quais, sendo consideradas, contribuirão para aperfeiçoá-lo. Tanto as críticas pontuais quanto as programáticas são úteis para que a política pública, que implementa o direito social do trabalho, possa atingir melhores resultados. O Programa deveria ser implementado de forma articulada com outras áreas das políticas públicas, como educação e assistência social.

Palavras-chave: Juventude. Trabalho. Política Pública. Direitos Sociais. Programa Primeiro Emprego - PNPE. Necessidades.

ABSTRACT

This thesis discusses the needs of young people in relation to the goals of a public policy of the Brazilian federal government called First Job National Program (PNPE). It intends to check what are the program's strengths and weaknesses and in which manner it should be improved. The PNPE aims at inserting the youth in the labor market. Its results, however, have fallen short of what had been expected from it, according to information given by its main implementation agency, the Labor and Employment Ministry. This thesis has the purpose of understanding the program's difficulties from the point of view of its target group, viz. the young people themselves. If this public policy is able to address the needs of its target group, it will provide spaces of participation and democratization. At the same time, it will be able to achieve better results. This thesis is a qualitative research and its data was collected in the municipality of São Leopoldo, state of Rio Grande do Sul. It includes interviews made with young people who participate in the First Job National Program through the Social Consortium Youth Project and the National Employment System. The technique of Content Analysis was chosen for the research analysis. The collected material was analyzed on the basis of Bajoit, Groppo, Margulis, Dick, Spósito, Santos, Rojas Couto, Heller, Bardin and other authors. The main category of analysis was that of *needs*, which guided the data interpretation. The research demonstrates how much lower class young people value work, family and school attendance. It also becomes evident that these factors are related to their life projects. The young people spontaneously express their critique of the program. If this critique is taken into account, it will contribute to the program's improvement. Both the specific critique and the programmatic are useful to help the PNPE to achieve better results. The Program should be implemented in articulation with other public policy areas, such as education and social work.

Keywords: Youth. Labor. Public Policy. Social Rights. First Job National Program. Needs.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF	Constituição Federal
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
COL	Círculo Operário Leopoldense
CSJ	Consórcio Social da Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTAS	Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
FUNDSOL	Fundação Solidariedade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego do Governo Federal
OG	Organização Governamental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PMMP	Programa de Prevenção de Meninos e Meninas da Vila Progresso
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios – IBGE
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – ONU
RS	Rio Grande do Sul

SACIS	Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social de São Leopoldo
SAPECCA	Serviço de Atenção, Pesquisa e Estudos com Crianças e Adolescentes – UNISINOS
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINE	Sistema Nacional de Emprego
STCAS	Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do RS

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Distribuição dos jovens segundo a idade.....	87
GRÁFICO 2 - Distribuição dos jovens conforme a situação diante do trabalho	88
GRÁFICO 3 - Distribuição dos jovens segundo o número de filhos.....	89
GRÁFICO 4 - Distribuição dos jovens por série escolar.....	90
GRÁFICO 5 - Distribuição dos jovens conforme a situação de trabalho.....	91
GRÁFICO 6 - Responsáveis pelos jovens.....	92

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Dados estatísticos da população do Brasil.....	73
QUADRO 2 - Dados estatísticos da população do Rio Grande do Sul	73
QUADRO 3 - Dados estatísticos da população de São Leopoldo.....	74
QUADRO 4 - Perfil das jovens entrevistadas	84
QUADRO 5 - Perfil dos jovens entrevistados	85
QUADRO 6 - Sistematização das frases predominantes e relevantes das entrevistas	97
QUADRO 7 - Sistematização das frases significativas das entrevistas	100
QUADRO 8 - Síntese das categorias principais definidas a partir das frases significativas	103
QUADRO 9 - Categoria que serviram de base da interpretação.....	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 JUVENTUDE: POTENCIAL DE MUDANÇA	20
1.1 JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIAL.....	23
1.2 JUVENTUDE OU JUVENTUDES?.....	27
1.3 MORATÓRIA SOCIAL E MORATÓRIA VITAL.....	30
1.4 PROTAGONISMO JUVENIL	34
2 POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE E TRABALHO	37
2.1 DEMOCRATIZANDO A PARTICIPAÇÃO	39
2.2 DIREITOS SOCIAIS	42
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO.....	47
2.3.1 Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE	48
2.3.2 Aspectos funcionais do Programa Primeiro Emprego	52
2.3.3 Limitações programáticas	54
3 PROBLEMAS POSTOS NO TRINÔMIO JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO.....	56
3.1 JUVENTUDE E TRABALHO: UM PROBLEMA DE PESQUISA	58
3.2 O PROBLEMA DE PESQUISA – NECESSIDADES JUVENIS	60
3.3 DELINEANDO A PESQUISA.....	65
4 ANALISANDO AS NECESSIDADES NOS DISCURSOS JUVENIS.....	71
4.1 SÃO LEOPOLDO, JUVENTUDE E PNPE.....	71
4.2 CONVERSANDO COM OS JOVENS.....	80
4.3 APRESENTANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	82

	14
4.3.1 Analisando as entrevistas	93
4.3.2 Categorizando.....	95
5 COMPREENDENDO COMO PENSAM OS JOVENS.....	107
5.1 CATEGORIAS DO BLOCO TEMÁTICO TRABALHO	109
5.2 CATEGORIAS DO BLOCO TEMÁTICO FAMÍLIA.....	131
5.3 CATEGORIAS DO BLOCO TEMÁTICO EDUCAÇÃO	137
CONCLUSÕES	144
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE A – TÓPICO GUIA DA PESQUISA DE CAMPO.....	167
APÊNDICE B - CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	168

INTRODUÇÃO

Após atuar muitos anos com crianças, adolescentes e jovens, resolvi pesquisar, investigar e estudar especificamente questões relativas aos jovens. Por que estudar jovens? Porque eles estão sendo alvo de muitos questionamentos e, principalmente, porque representam uma fase da vida humana onde se aprendem determinadas regras, leis, costumes e se opta por outras, que estarão presentes no seu futuro.

Essa trajetória motivou-me a estudar aqueles que o senso comum trata como *aborrecentes*, *rebeldes sem causa*, usando adjetivos que identificam elementos presentes nessa faixa etária. Entretanto, há outras qualidades na juventude que devem ser consideradas. Todos viveram essa fase da vida ou vão viver e não se pode diminuir o seu valor.

Contudo, o que me levou a esse estudo não se resume a questões relativas ao comportamento de um determinado momento da vida. O que quero é compreender, em um determinado período de nossa história, em um local específico, em condições dadas, datadas e contextualizadas, como os jovens se sentem inseridos em políticas públicas específicas. É o caso da política pública, de inserção do jovem no mercado de trabalho, intitulada Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego do Governo Federal – PNPE. Essa política foi

implantada, em âmbito nacional, no final de 2003. Neste trabalho se analisa sua implementação no município de São Leopoldo, no ano de 2005.

O que proponho é entender como os jovens estão sendo envolvidos por essa iniciativa governamental, entender como eles se vêem diante do trabalho, quais são suas necessidades diante do desafio de ingressar no mundo do trabalho. Além disso, compreender a opção por uma profissão e, conseqüentemente, por um tipo de ação profissional que estará presente em suas vidas por inúmeros anos. São diversas as decisões levadas em conta e que representam dificuldades para esses que, com pouca idade, tendo ou não se desenvolvido suficientemente, se deparam com essas questões e têm que enfrentá-las e superá-las.

Esse estudo visa a compreender o que pensam e sentem os jovens, suas situações específicas para, a partir daí, extrair alguns aprendizados que possam contribuir para que sejam planejadas políticas públicas adequadas. Para conseguir atingir esse objetivo, precisa-se, em primeiro lugar, compreender o que necessitam os jovens, verificando se há uma sintonia entre as necessidades juvenis e o que é programado pela política pública; em segundo lugar, superar o preconceito quanto à imaturidade do jovem; em terceiro lugar, pensar que existem diferenças geracionais e respeitá-las; em quarto lugar, efetivar relações intergeracionais mais sólidas e menos tensas; em quinto lugar, propiciar que as potencialidades dos jovens sejam canalizadas para iniciativas que beneficiem seu desenvolvimento integral, autônomo e cidadão.

A teoria, por sua vez, adquire um *status* superior ao aceitar o valor do plural, da intercomunicação, entre as áreas do saber, da troca conceitual, da produção

diversa, não dogmática, dialógica (GAIGER, 1999). O referencial teórico desse trabalho adota esse princípio. A conceituação sobre juventude, políticas públicas, direitos sociais, trabalho, necessidades e os principais enfoques da pesquisa são objeto de um tratamento teórico, tendo como premissa a abertura para uma construção que se altera¹ (BAJOIT, 1999). A criação teórica é vista como algo inacabado, um ato permanente de transformação. As duas características, ou seja, o diálogo conceitual entre as correntes teóricas e a permanente mudança na produção do conhecimento, estabelecem um patamar de reflexão preocupado com a criação intelectual, com o avanço científico através de premissas abertas à ampliação das fronteiras do conhecimento humano.

O desenvolvimento desse trabalho segue o seguinte percurso:

- a) o primeiro capítulo trata do conceito de juventude. Nele se desenvolvem as noções que, segundo meu entendimento, são as principais: categoria social, juventudes, moratória social, moratória vital e protagonismo juvenil. Essas noções orientam o desenvolvimento da problemática, a análise e a interpretação do material empírico;
- b) o segundo capítulo versa sobre políticas públicas. Parte da análise da importância da participação social no processo de democratização. Essa participação está diretamente relacionada com o objetivo de efetivar os direitos sociais, através das políticas públicas, principalmente o direito do jovem ao trabalho. Esse objetivo se concretiza com a política pública

¹ Bajoit utiliza o termo mais adequado no idioma espanhol, que é *cambia*, porém não é uma palavra correntemente empregada no português do Brasil. Em vista disso, optei por um termo mais adequado ao idioma nacional.

Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE, detalhadamente apresentada;

- c) o terceiro capítulo discorre sobre as questões específicas relativas à problemática definida para a investigação. Há uma relação entre jovens, política pública e trabalho, e é desse trinômio que se extrai a problemática da investigação. Finaliza-se esse capítulo apresentando, em linhas gerais, a metodologia empregada;
- d) no quarto capítulo, contextualiza-se o local onde residem os jovens, expondo as características principais do município de São Leopoldo. Para apresentar a pesquisa, incorporaram-se elementos metodológicos e de análise das entrevistas. Apresentando os sujeitos entrevistados, parte-se para a sistematização do material coletado na pesquisa. Realizo a categorização conceitual através da técnica da análise de conteúdo;
- e) no quinto capítulo, com base nas categorias definidas anteriormente, interpreto as manifestações juvenis. O objetivo é compreender o que foi manifestado pelos jovens, mantendo, para isso, a autenticidade das idéias expressas pelos sujeitos entrevistados;
- f) as conclusões entendem a teoria como algo em movimento, que muda (BAJOIT, 1999). São ressaltadas as principais idéias que se sobressaíram da análise e da interpretação das entrevistas. A escuta dos jovens significa a possibilidade de haver maior consonância entre o planejamento, a regulamentação e a efetivação da política pública, garantindo uma

participação nesse processo. Isso porque suas falas expressam a diversidade de suas necessidades, e elas podem ser, em boa parte, consideradas concretamente. Por fim, à luz dessa produção, indicam-se algumas questões que ficaram em aberto, possibilitando aprofundamentos futuros.

Espero que essa incursão teórico-prática contribua para a reflexão sobre a situação dos jovens em nossa sociedade, considerando suas necessidades, juventude essa que, muitas vezes, faz coisas que fogem à normalidade e desafiam aqueles que querem compreender, parcialmente, o porquê dessas atitudes.

O amadurecimento da minha trajetória profissional, como pesquisador, acontece nesse movimento entre o real e a sua representação. Ao ingressar nesse universo de produção do conhecimento, fui levado a crescer permanentemente em busca de aprendizagem, construindo uma trajetória como pesquisador.

1 JUVENTUDE: POTENCIAL DE MUDANÇA

A juventude pode significar um potencial de mudança social respeitável (DICK, 2003). A vitalidade juvenil representa possibilidades criativas na busca de relações novas e diferentes entre as pessoas.

Partindo do princípio de que haja concordância de que os jovens vivem um excedente de energia (MARGULIS, 2000) e que eles são suscetíveis a mudanças, inclusive porque vivem momentos de muitas novidades, afirmações e experimentações em suas vidas, haveria de se pensar até que ponto os jovens, como categoria social (GROPPO, 2000), significam uma área do conhecimento propícia para a produção científica e em que medida eles possuem um potencial de revelar inovações teóricas.

Com essa reflexão, projetam-se indagações que extrapolam aqueles adjetivos pejorativos que desqualificam os jovens. Essa atitude de desqualificar a juventude, em sentido amplo, é, porém, uma maneira de desconsiderar o potencial a que se aludiu acima. Não se pode negar que os jovens desafiam os adultos, trazendo situações diferentes e inusitadas. Contudo, a reação pode ser positiva, se tentarmos entender suas mensagens, suas angústias, suas manifestações, ou negativa, se tentarmos menosprezá-las, passando a idéia de que os adultos é que sabem, pois já

viveram mais anos, desconsiderando que é nessa inter-relação que aprendizagens novas são suscitadas para ambas as gerações.

Com a introdução da temática dos jovens nas relações sociais, é sensato afirmar que as disputas se ampliaram no cotidiano. Utilizando a metáfora do futebol, vêem-se no campo de jogo mais desafios, porque temos mais jogadores, e eles são hábeis, viris, rápidos e cheios de energia. São outras destrezas que se acrescentam, legitimando novos embates geracionais. Os hábitos e costumes são apreciados, percebidos e reproduzidos, mas também são subvertidos e alterados. Analisar gerações e, especificamente uma delas, é difícil, mas aponta para questões distintas, que causam curiosidades na investigação acadêmica.

O tema juventude suscita uma série de idéias. Objetivando situar melhor o que se entende por juventude, explicitarei a seguir conceitos que contribuem para sua compreensão. Dentre os conceitos utilizados para analisar a temática juventude, passo a ressaltar os seguintes:

- a) juventude como categoria social – a juventude não se caracteriza como uma categoria social apenas pela semelhança de idade; é, também, uma característica sociocultural. O jovem se assemelha a outros pelas condições socioeconômicas em que vive em uma determinada sociedade, por exemplo. Portanto, a juventude é uma categoria social expressa pelo fator biológico etário e pelas condições sociais nas quais vive esse jovem;
- b) juventude ou juventudes? Existem juventudes, pois há uma heterogeneidade na formação da juventude; há jovens que vivem

condições sociais distintas, como é o caso do jovem de classe popular e do jovem de classe média;

- c) moratória social e moratória vital – a moratória caracteriza a juventude como um momento específico e diferenciado da vida. A moratória social (MARGULIS, 2000), em tese, é o período em que o jovem deveria estar se qualificando para assumir responsabilidades futuras. A moratória vital (MARGULIS, 2000) é a energia excedente presente nessa fase das vidas dos jovens. Ambos os conceitos são importantes para a análise dos fenômenos sociais que dizem respeito aos jovens;
- d) protagonismo juvenil – a juventude tem, à sua maneira, demonstrado uma atitude participativa, não necessariamente em organizações sociais ou políticas. Cito, como exemplo, o evento dos *caras pintadas* em mobilizações políticas importantes na conjuntura política do Brasil, do início da década de 90. A inclusão dos jovens no processo de participação política, respeitando suas necessidades, é um estímulo ao aprendizado democrático e cidadão, em um momento que pode ser potencializado para o futuro de suas vidas.

Esses conceitos servem para a definição de uma base teórica sobre a primeira categoria relevante desse estudo, que é a juventude. A abordagem visa a estabelecer uma inter-relação entre os mesmos. Não se trata de noções independentes, mas complementares, que se somam para o entendimento do assunto em questão.

1.1 JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIAL

Abordar a questão da juventude traz à tona uma série de polêmicas e controvérsias. Uma delas diz respeito à indagação se juventude é uma categoria de análise ou não. Um autor que auxilia na reflexão a esse respeito é Groppo. Ele conceitua: *Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social [...].* (GROPPO, 2000, p. 7). Defini-la como uma categoria social é importante, apesar dos limites que essa reflexão apresenta na sociologia da juventude, segundo Groppo, para qualificá-la com um *status* investigativo relevante.

Continuando sua reflexão sobre essa categoria social, Groppo (2000, p. 9) acrescenta: *As definições de juventude passeiam por dois critérios principais, que nunca se conciliam realmente: o critério etário (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério sócio-cultural.* Portanto, a definição de juventude vai além da delimitação de uma faixa etária, colocando-a em um nível mais complexo, que é o sociocultural. De fato, resumir o entendimento sobre juventude a apenas a uma questão de definição etária seria um equívoco. O que se depreende dessa definição é que, além do elemento cronológico, estão envolvidos aspectos relevantes com características que complexificam a análise, ou seja, a forma como se insere socialmente o jovem e de que forma a cultura é influenciada por ele e o influencia. Contrariando, em parte, o que afirma Groppo, há uma relação entre o critério etário e o sociocultural que ficará mais clara ao abordarmos o próximo item, a moratória. Entendo que há momentos em que os dois critérios se comunicam e até se compatibilizam.

A caracterização da juventude como uma *criação sociocultural* é um elemento substancial, porque, no caso dos jovens contemporâneos, é necessário analisar sua relação com a modernidade, que é o contexto onde eles viveram e vivem. A juventude, da forma como existe na modernidade, tem seus traços característicos, forjados nesse tipo de sociedade e interagindo com ele. Nessa linha de raciocínio:

A próxima tarefa será a desmistificação deste fundamento natural da juventude, mostrando que a faixa etária juvenil, assim como os demais grupos de idade, são uma criação sócio-cultural própria, marcante e fundamental dos processos de modernização e da configuração das sociedades contemporâneas [...] (GROPPO, 2000, p. 27).

Abordar essa temática significa desvelar esse fundamento e tratá-lo dentro de uma determinada construção sociocultural, datada e contextualizada. A relação da juventude com a sociedade contemporânea é um elemento a ser considerado. A característica de mudanças rápidas da modernidade contém semelhanças com o modo de ser do jovem (GROPPO, 2000), porque ele também atravessa mudanças biológicas, físicas e emocionais próprias da sua idade. A modernidade mudou muitos aspectos na vida das pessoas e os jovens também mudam muitos aspectos das suas vidas. O que se constata é que existe uma relação entre essa atitude de abertura para a mudança do jovem e a realidade mutável da modernidade.

A afirmação de que o jovem é uma criação da Idade Moderna é enfatizada por Groppo (2000) e também por Schmidt:

A aparição da juventude acontece na Idade Moderna. Na Idade Antiga e Média não se fazia uma distinção fundamental entre crianças, jovens e adultos. As crianças são adultos em miniatura. Os jovens são propriamente adultos jovens. As escolas, massificadas a partir do século XVIII, é que fazem os jovens se sentir membros de uma camada específica (SCHMIDT, 1996, p.27).

A educação teve um papel determinante nesse processo de diferenciação histórica entre crianças, jovens e adultos. E à medida que a alfabetização e a aprendizagem ampliaram a possibilidade do acesso à educação pelas crianças e jovens, no caso analisado e citado acima nos Estados Unidos e na Europa, isso fez com que essa faixa da população, ou seja, a juventude, fosse inserida nas escolas e considerada como categoria social. Esse fato, o de estar freqüentando a escola, adquirindo conhecimento com outros jovens pertencentes à mesma faixa etária, favoreceu a formação da juventude como momento intermediário entre a fase infantil e a adulta.

Essas e outras mudanças são examinadas pelos pensadores contemporâneos. Eles abordam as profundas modificações pelas quais passou a sociedade moderna: Bajoit (2003) aborda a questão demonstrando que os modelos de desenvolvimento social estão em constante mudança; Heller e Fehér (2002) analisam a condição política pós-moderna, traçando um balanço crítico dessa maneira de abordar a modernidade; Bauman (2001) reflete sobre a fluidez da modernidade líquida, afirmando que a velocidade de mudança é intensa, como a água que corre entre os dedos. Essas e outras contribuições nos deixam diante de uma certeza: vivemos um período em que a humanidade passa por muitas mudanças e elas se refletem no modo de vida, nos hábitos, nos costumes, nas relações sociais, políticas e econômicas. Essas transformações incidem diretamente

sobre toda a sociedade, mas talvez de uma forma mais intensa sobre aqueles que são mais suscetíveis a elas, por estarem atravessando um processo de mudança individual.

O fato é que os jovens são suscetíveis a diversos tipos de mudanças. O que se constata no decorrer da história - Groppo (2000) trata disso quando analisa os grupos juvenis radicais do século XIX e o nazifascismo na Europa e a revolução em Cuba - é que a juventude adere tanto a causas políticas de *esquerda*, de *centro-esquerda*, de *centro*, quanto de *direita*, de *centro-direita* ou, ainda, tanto a *progressistas* como a *conservadoras*. Existem possibilidades de os jovens se voltarem a propostas que visem à emancipação (SANTOS, 2003a) ou a propostas que visem à conservação ou, ainda, a propostas de fanatismos radicais que podem ter outras conseqüências. Nesse espectro de opções e adesões em que os jovens podem transitar, há aqueles que aderem a uma ação autônoma, o que favorece que suas necessidades sejam respeitadas e, mais do que isso, implementadas objetivamente.

Tratar da temática em questão significa considerá-la um assunto de importância, de relevância científica, quer dizer, um assunto alçado ao *status* de objeto. Portanto, é convicção nesse trabalho que estudar a juventude tem uma importância científica, a justificar o esforço dispensado.

Entretanto, não é suficiente definir juventude como categoria social. Visando a aprofundar essa argumentação, o próximo item discute e define uma outra faceta dessa categoria, ou seja, sua diversidade. Como considerar esse termo *juventude*? Existem outros aspectos relacionados a ele que possam clarificar sua conceituação?

1.2 JUVENTUDE OU JUVENTUDES?

A despeito do conceito *juventude*, a maioria dos autores define juventude considerando sua pluralidade; por isso, a noção mais utilizada é *juventudes*. Segundo a literatura pesquisada, não existe uma juventude por definição mas, sim, várias juventudes. Essa percepção está relacionada com a fragilidade que envolve a tentativa de estabelecer um conceito preciso sobre juventude:

Ou seja, a multiplicidade das juventudes não se funda num vazio social ou num nada cultural, não emerge de uma realidade meramente diversa, ininteligível e esvaecida. Tem como base experiências sócio-culturais anteriores, paralelas ou posteriores que criaram e recriaram as faixas etárias e institucionalizaram o curso da vida individual – projetos e ações que fazem parte do processo civilizador da modernidade (GRÖPPO, 2000, p. 19).

Para evitar-se uma abordagem da juventude como um conceito homogêneo, é necessário considerar que existem diferenças substanciais entre os jovens. Há os que vivem em boas condições socioeconômicas, tendo a oportunidade de estudar em conceituados colégios, renomadas universidades, freqüentar requintados restaurantes, realizar viagens de turismo pelo mundo. Existem também os que podem realizar parte dessas atividades, e, no outro extremo, existem os que não realizam nenhuma delas.

Dito de outro modo, trazendo outros elementos para a análise:

Cada campo, como mostrei a propósito da moda ou da produção artística e literária, possui suas **leis específicas de**

envelhecimento: para saber como se recortam as **gerações** é preciso conhecer as leis específicas do funcionamento do campo, os objetos de luta e as divisões operadas por esta luta (“**nouvelle vague**”, “novo romance”, “novos filósofos”, “novos juízes”, etc.). Isto é muito banal, mas mostra que a idade é dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes. (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Bourdieu (1983) desenvolve uma abordagem crítica sobre o conceito de juventude. Acentua esse prisma de reflexão que considera as juventudes no plural. No seu entendimento, há preponderantemente duas juventudes: a dos filhos das classes trabalhadoras e a dos filhos da burguesia. Nesse ponto, vê-se a relação que estabelece o pensador entre a faixa etária e a condição social dos envolvidos. Com isso, caracteriza a pluralidade da juventude e, ao mesmo tempo, reforça a premissa anterior, de que não se trata de uma definição apenas biológica ou etária, mas que diz respeito à sua construção sociocultural.

Existem inúmeras variáveis implicadas no conceito de juventude, exigindo da sua análise a observância correspondente. Uma variável diz respeito à realidade do país onde o jovem está inserido. Analisar a pluralidade da juventude significa considerar os acontecimentos vivenciados nas situações sociais diversas:

Como essas relações variam muito de uma classe social para outra, é mais correto falar de juventudes do que de juventude, como se fosse uma realidade única. No Brasil, país conhecido e reconhecido como uma sociedade de imensas desigualdades econômicas e sociais, isso é mais do que evidente. Temos entre nós jovens vivendo e convivendo em universos econômicos, sociais e culturais tão distintos, que seria impossível entendê-los e atuar junto deles de forma homogênea (DA COSTA, 2000, p. 110).

A diversidade do real são essas situações específicas nas quais estão envolvidos os jovens. A realidade brasileira é marcadamente injusta; segundo o índice GINI², o país é um dos piores no quesito concentração de renda. Nesse contexto social e econômico é que se fala em juventudes. Nos extremos, há a pertencente à classe social possuidora de muita renda e a pertencente à classe popular (GROPPO, 2000, p. 17), detentora de pouquíssima renda.

Adota-se o conceito de juventudes no plural com esse intuito, ou seja, ressaltar que a juventude não é única, contendo no seu interior uma série de variáveis que se referem a questões econômicas, como as condições de vida, conforme enfatiza Bourdieu (1983), as que se referem a questões culturais, como as étnicas, assim como outras, relativas ao local de origem, por exemplo. Existem situações que dizem respeito ao gênero, que inspiram indagações como esta: será que as jovens e os jovens pensam e agem da mesma forma? Essas variáveis se entrecruzam nas situações concretas do cotidiano das juventudes, ou seja, não acontecem separadas ou isoladas, mas estão presentes concomitantemente na vida dos grupos juvenis.

A conceituação de juventude como categoria social e a conceituação de juventudes se complementam. A categoria social juventude incorpora elementos

² O Brasil é o oitavo país em desigualdade social, na frente apenas da latino-americana Guatemala e dos africanos Suazilândia, República Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia, segundo o coeficiente de Gini, parâmetro internacionalmente usado para medir a concentração de renda. O coeficiente de Gini varia de zero a 1,00. Zero significaria, hipoteticamente, que todos os indivíduos teriam a mesma renda, e 1,00 mostraria que apenas um indivíduo teria toda a renda de uma sociedade. O índice brasileiro foi de 0,593 em 2003, segundo o relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em 177 países. De acordo com o documento, no Brasil 46,9% da renda nacional concentram-se nas mãos dos 10% mais ricos. Já os 10% mais pobres ficam com apenas 0,7% da renda. Na Guatemala, por exemplo, os 10% mais ricos ficam com 48,3% da renda nacional, enquanto na Namíbia, o país com o pior coeficiente de desigualdade, os 10% mais ricos ficam com 64,5% da renda. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u112798.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2005.

biológicos e elementos socioculturais. A idade é um aspecto que marca essa categoria, mas não é o único, não é em si mesmo o principal. A condição sociocultural acrescenta aspectos relevantes, pois relaciona o jovem, conceito genérico, com condições sociais históricas específicas. Concomitantemente, a categoria social é plural, ao representar realidades diferenciadas, e é singular, pois expressa características comuns da juventude, como a situação econômica, a étnica, o gênero, a faixa etária³.

1.3 MORATÓRIA SOCIAL E MORATÓRIA VITAL

A definição de juventude corresponde a um esforço intelectual para compreender quem são os jovens; há algumas características que são específicas suas. Uma delas diz respeito à outra faceta que merece atenção, ou seja, a moratória:

En cierta literatura sociológica reciente, se trata de superar la consideración de "juventud" como mera categorización por edad. En consecuencia, se incorpora en los análisis la diferenciación social y, hasta cierto punto, la cultura. Entonces se dice que la juventud depende de una moratoria, un espacio de posibilidades abierto a ciertos sectores sociales y limitado a determinados períodos históricos (MARGULIS, 2000, p. 15).

A primeira idéia relacionada ao conceito de moratória é a de um espaço de possibilidades aberto. Assim como na economia ela é um prazo a mais,

³ A demarcação do tipo de jovem que será analisado revelará um perfil particular de jovem, conforme sua disposição no contexto sociocultural, fundamentalmente.

disponibilizado para o pagamento de uma dívida, na sociologia da juventude moratória é esse tempo que os jovens deveriam ter para o seu desenvolvimento. Entretanto, alguns segmentos jovens têm essa possibilidade, outros não.

Existem dois tipos de moratória: a social e a vital. Quanto à primeira:

Desde este punto de vista, los integrantes de los sectores populares tendrían acotadas sus posibilidades de acceder a la moratoria social por la que se define la condición de juventud; no suele estar a su alcance el lograr ser joven en la forma descrita: deben ingresar tempranamente al mundo del trabajo – a trabajos más duros y menos atractivos –, suelen contraer a menor edad obligaciones familiares (casamiento o unión temprana, consolidada por los hijos). Carecen del tiempo y del dinero – moratoria social – para vivir un período más o menos prolongado con relativa despreocupación y ligereza (MARGULIS, 2000, p. 17).

A *moratória social* traz consigo esse elemento preponderante que caracteriza um período da vida das pessoas, em que não existiria a necessidade e a cobrança do trabalho, para a sobrevivência sua e de sua família. É um período em que seriam criadas condições para que o jovem desenvolvesse suas potencialidades educativas, culturais, esportivas, para, posteriormente, estar apto a assumir responsabilidades na vida adulta. Contudo, ao tratar-se de jovens de classes populares, como argumenta Margulis, a situação é outra:

Aún cuando el desempleo y la crisis proporcionan a veces tiempo libre a jóvenes de clases populares, estas circunstancias no conducen a la “moratoria social”: se arriba a una condición no deseada, a un “tiempo libre” que se constituye a través de la frustración y la desdicha (MARGULIS, 2000, p. 18).

A situação descrita corresponde à realidade de um grande número de jovens das cidades brasileiras⁴. Eles se deparam com a falta de alternativas, contribuindo, assim, para que sejam rotulados pejorativamente. A necessidade imediata os força a providenciar seu sustento, sua sobrevivência, valendo-se, inclusive, em casos extremos, de atos ilícitos.

São diversas as circunstâncias nas quais os jovens não vivem a *moratória social*, ingressando precocemente na vida adulta. Essa situação é verificada com o jovem de classe popular, proveniente de uma família sem condições financeiras e que necessita muito cedo, às vezes ainda na sua infância, auxiliar na geração de recursos para a manutenção do grupo familiar.

Existe uma segunda maneira de analisar o conceito de moratória, como *moratória vital*. Todos os jovens possuem uma carga de energia adicional para viverem, característica dessa faixa etária. Afirma Margulis:

Es necesario, entonces, recuperar ciertos aspectos aparentemente olvidados por cierta literatura reciente. Uno de ellos, ya anticipado, es el de la moratoria vital (concepto complementario de "moratoria social"). En este sentido es que la juventud puede pensarse como un período de la vida en que se está en posesión de un excedente temporal, de un crédito o de un plus, como si se tratara de algo que se tiene ahorrado, algo que se tiene de más y del que se puede disponer, que en los jóvenes es más reducido, se va gastando y se va terminando antes, irreversiblemente, por más esfuerzos que se haga para evitarlo (MARGULIS, 2000, p. 21).

⁴ Conforme a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, há um percentual de 34% dos jovens que ficam mais de um ano à procura de um emprego; 26%, entre seis meses e um ano (ABRAMO e BRANCO, 2005a, p. 392).

A energia excedente contribui tanto para o desenvolvimento dos jovens como para expô-los a situações perigosas. Essa energia os induz a pensarem que podem ter atitudes que coloquem suas vidas em risco. Essa vitalidade juvenil tanto pode favorecer o desenvolvimento sadio como pode levar à morte prematura. A virilidade juvenil favorece comportamentos que consideram que a morte está distante. A *moratória vital* representa essa garantia de que ele não morrerá, porque é jovem. A morte é assunto das pessoas velhas. Essa maneira de pensar estimula a um agir que vulnerabiliza suas existências, em algumas situações.

Por outro lado, ela estimula, da mesma forma, a um agir que prima pelo aproveitamento pleno da vida. O jovem vive com intensidade seus momentos com amigos, namorados, familiares, colegas de trabalho. A energia vital adicional lhe oportuniza essa força que o move, que o faz contundente na sua opinião. A prática de esportes, freqüentar boates e dançar a noite inteira, são exemplos da importância que a energia excedente tem nas suas vidas cotidianas.

Ambas as moratórias são parte da base conceitual desse estudo. Quando se afirma que a juventude tem um potencial de mudança, leva-se em conta, também, esse fator, ou seja, os jovens estão em uma fase da vida na qual essas características não são exclusivas suas, mas, certamente, são características que os distinguem de outras faixas de idade.

As moratórias, esse *prazo* a mais que possuem os jovens, abrem possibilidades para reforçar sua atuação autônoma e livre na sociedade. Vive-se uma época de reinvenção democrática (SANTOS e AVRITZER, 2003b) segundo defendem inúmeros grupos políticos, partidários de matizes ideológicos distintos. As

juventudes possuem um potencial de mudança social (GROPPO, 2000). As sociedades modernas têm mudado consideravelmente nas últimas décadas (BAJOIT, 2003). No Brasil não foi diferente, como mostra o caso da redemocratização política, que tem avançado nessa direção. Verifica-se um paralelo entre os jovens que estão suscetíveis a mudanças e uma sociedade que atravessou inúmeras mudanças.

1.4 PROTAGONISMO JUVENIL

A atuação protagônica dos jovens, segundo Dick (2003), é relevante. No decorrer da história, houve momentos em que a participação do jovem fez-se presente, salientando suas possibilidades, suas potencialidades. *A Humanidade não é feita somente de adultos e homens; ela é construída, da mesma forma, pelos jovens e pelas mulheres, só que isso é considerado – algumas vezes – como secundário* (DICK, 2003, p. 48).

Os jovens são uma força social expressiva que deve ser respeitada. O reconhecimento dessa premissa significa, necessariamente, propiciar espaços onde possa haver a manifestação de suas idéias, suas necessidades, suas expectativas, enfim, onde possam exprimir o que pensam. Implica, além disso, a possibilidade de realizar seus desejos e viver com dignidade.

Uma sociedade não vive sem a juventude, só que a sociedade nem sempre tem a coragem de dizê-lo. Os jovens aparecem tanto naquilo que fazem como naquilo que são levados a realizar na imaginação dos artistas e do povo. Os jovens – mesmo não sendo

“juventude”, isto é, jovens articulados e organizados autonomamente – exercem um tipo de protagonismo na sociedade (DICK, 2003, p. 47).

Criar espaços onde o jeito da população juvenil possa canalizar suas falas, suas angústias, suas expectativas, suas frustrações, suas ansiedades, suas carências, enfim, suas principais necessidades, indica a viabilização de possíveis canais de diálogos com as juventudes, com suas diversidades.

A perspectiva protagônica é a que prevê a efetivação de diálogo com a juventude, em que os jovens sejam ouvidos, sejam respeitados, com ações específicas que possibilitem o desenvolvimento autônomo de suas personalidades. Um exemplo de mobilização social que ilustra essa idéia foi a manifestação que ficou conhecida publicamente como os *caras pintadas*⁵, que saíram às ruas em protesto contra as medidas tomadas pelo presidente Fernando Collor, em 1992.

Abramo enfatiza a diferença da manifestação política dos jovens nos últimos tempos.

Mas também pelo aparecimento de novos atores juvenis, em grande parte dos setores populares, que vieram a público, principalmente por meio de expressões ligadas a um estilo cultural, colocar questões que os afetam e preocupam, diferentes daquelas colocadas pelas gerações juvenis precedentes, e para as quais não havia nem mesmo formulações elaboradas no plano da política [...] (ABRAMO, 2005b, p. 39).

⁵ Dick (2003, p. 254-255) comenta esse fato, ressaltando a influência juvenil, nesse caso específico, sobre o impedimento do presidente. Na análise, consideram-se o individualismo, o hedonismo, o conservadorismo presente na juventude, mas considera-se também a possibilidade de uma manifestação da juventude ter esse outro sentido.

A intenção de relacionar os conceitos expostos - categoria social, juventudes, moratória social, moratória vital e protagonismo juvenil - é desenvolver uma abordagem objetiva, refletir sobre o real, conforme enfatiza Marx (1996): as condições materiais, políticas, sociais e culturais da existência humana. Por que estudar essa realidade? Há gerações que se inter-relacionam, com modos de vida distintos, opiniões contrastantes, posições sociais incomuns. A realidade social revela uma sociedade adulta que determina preponderantemente seus valores e suas posições para as demais faixas de idade (DICK, 2003). Todas as faixas de idade deveriam ver respeitadas suas opiniões, seus valores e suas posições políticas. Com isso, expresso uma posição pessoal como pesquisador. Entendo que a objetividade investigativa não significa neutralidade. Posicionar-se pelo respeito às opiniões dos jovens é um princípio.

É difícil tratar de uma categoria social diversa, carregada de energia, que se envolve com mudanças, em uma sociedade que atravessa profundas mudanças, sem influenciá-la ou ser influenciado pela mesma. As juventudes desafiam, ensinam e provocam as demais gerações a pensar e agir de maneira diferente e a sair, muitas vezes, por exemplo, de condições adultas cristalizadas e acomodadas. Esse estudo visa a realizar um esforço para compreender melhor essas inquietações juvenis e perceber até que ponto se pode aprender com elas e entendê-las para traçar novas idéias, novos conceitos, novas formulações acadêmicas, mesmo que as mesmas sejam, em grande medida, elaboradas pelos e para os adultos.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE E TRABALHO

Esse tema traz consigo uma multiplicidade de aspectos. O primeiro que entendo importante assinalar diz respeito ao conceito de políticas públicas.

Essa acepção nos remete, assim, à constituição dos atores da sociedade civil e à sua capacidade de propor ações na esfera pública que respondam ao seu campo de necessidades transformadas em direitos. Por essas razões, quando se trata de políticas públicas de juventude, é preciso analisar quais são os atores que as demandam, não só a partir dos recortes mais comuns em torno da origem de classe ou do tipo de associação ou movimento dos quais são representantes, mas considerar, também, os recortes geracionais: seriam os próprios jovens mandatários dessas políticas ou apenas o mundo de adultos articulado no campo das instituições? (SPÓSITO, 2003b, p. 59).

A necessidade do cidadão leva à busca de soluções na esfera pública, através de proposições da sociedade civil. A transformação de necessidades em direitos é a forma de tornar demandas sociais pautas da agenda pública. Quem são os atores que sentem essas necessidades, reivindicam esses direitos? Os jovens têm participado, como foi abordado no primeiro capítulo, da esfera pública?

É importante, segundo o entendimento de Spósito, a formulação de políticas voltadas ao segmento juvenil: *Por outro lado, as políticas voltadas para os momentos do ciclo de vida – velhice, infância e juventude – sustentam-se no pressuposto de que cada um desses momentos encerra singularidades que*

demandam modos diversos de intervenção do Estado e de constituição de suas ações (SPÓSITO, 2003b, p. 61). Nesse aspecto, deve-se estabelecer uma relação com a idéia de juventude como uma categoria biológica e sociocultural. Em outras palavras, a juventude possui particularidades que justificam a necessidade de sua participação no processo político assim como a efetivação de políticas específicas para esse segmento.

Há, também, mobilizações políticas de organizações que pautam os problemas sociais enfrentados pelos jovens. Constata-se que as bandeiras juvenis estão na agenda pública municipal, estadual, regional e nacional, principalmente, nos últimos anos (SPÓSITO, 2003b). Quanto à agenda pública internacional, vê-se que existem assuntos dessa ordem como, por exemplo, a exploração do trabalho infanto-juvenil, através de denúncias como as da OIT – Organização Internacional do Trabalho, e ações de combate a essa prática. Na agenda nacional, são divulgados os problemas que atingem as crianças e os jovens, como a exploração do trabalho juvenil, caracterizada como uma questão pública. Um ator primordial para a implementação de política pública é o Estado:

Embora possamos considerar que as políticas públicas compreendam modos diversos de presença de atores coletivos da sociedade civil, em sua formulação, execução e avaliação, é preciso admitir que a natureza da presença do Estado é ingrediente fundamental para qualificar o caráter público de sua orientação. O Estado, nesse caso, é concebido a partir de uma noção mais ampla do que aquela referente ao poder executivo – os governos (SPÓSITO, 2003b, p. 60).

O Estado é o primeiro e o principal agente de implementação da política pública. A sociedade civil tem um papel importante, atuando propositivamente no

que diz respeito à implantação de demandas sociais, de direitos. Segundo Spósito (2003b), a *interação* corresponde ao momento inicial de programar; o *intermediário* de implantar; o *final*, de avaliar a política. Ou seja, há uma ação conjunta que corresponde a todos os momentos do processo.

As noções desenvolvidas nesse capítulo visam a construir uma base teórica que dê sustentação às análises que se seguirão adiante, em torno dos seguintes temas: a) democracia representativa e participativa no Brasil; b) direitos sociais - direito ao trabalho e juventude; c) programas de implementação de emprego para jovens no Brasil, especificamente o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE, também conhecido publicamente como Programa Primeiro Emprego.

2.1 DEMOCRATIZANDO A PARTICIPAÇÃO

A reinvenção da democracia é uma necessidade para o avanço da emancipação social (SANTOS 2003a). É na democracia que se implementa política pública na sociedade contemporânea. É essa democracia que deve ser analisada criticamente, avaliando-se suas possibilidades e limites, como meio de efetivação de políticas públicas.

Santos e Avritzer (2003b) realizam uma reflexão histórica sobre as teorias que analisaram a democracia representativa e a democracia participativa. Sinalizam os limites da democracia representativa:

Aliás, a expansão global da democracia liberal coincidiu com uma grave crise desta nos países centrais onde mais se tinha consolidado, uma crise que ficou conhecida como a da dupla patologia: a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da representação, o fato de os cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram (SANTOS e AVRITZER, 2003b, p. 42).

Além de evidenciar os limites da democracia representativa, destacam, as virtudes da democracia participativa, ressaltando as experiências do Brasil e da Índia. A democracia participativa incorpora elementos que fortalecem o controle social pela cidadania ativa. Já a democracia representativa mostrou-se, no decorrer do último século, insuficiente. Isso porque, muitas vezes, ao receber a delegação para representar os cidadãos, esses representantes deixam de lado seus representados e passam a preocupar-se apenas com seus interesses particulares. Meios de controle, por parte daqueles que delegam poderes, são imprescindíveis, assim como as formas de participação direta dos cidadãos garantem maior possibilidade de assegurar que suas expectativas sejam consideradas e suas necessidades sejam resolvidas:

A nosso ver existem duas formas possíveis de combinação entre democracia participativa e democracia representativa: coexistência e complementaridade. Coexistência implica uma convivência, em níveis diversos, das diferentes formas de procedimentalismo, organização administrativa e variação de desenho institucional [...] A segunda forma de combinação, a que chamamos complementaridade, implica uma articulação mais profunda entre democracia representativa e democracia participativa (SANTOS e AVRITZER, 2003b, p. 75-6).

A democratização avança com a melhoria das condições de vida dos cidadãos. A participação social pressiona para que a efetivação dos direitos

aconteça. Quanto ao jovem, a participação o estimula a valorizar o hábito de estar junto, de fazer parte, de ser ouvido, de ver respeitada sua opinião, enfim, ser considerado um cidadão com direito à dignidade, não apenas um número estatístico. A participação juvenil tem esse mérito de propiciar a adoção, pelo jovem, de uma atitude protagônica. Participar é pedagógico, educativo, porque insere essa parcela significativa da população em instâncias onde se exercitam o envolvimento, a soma de força, o consenso, a reivindicação.

Por isso, instituir políticas públicas nesse campo está relacionado com a aprendizagem juvenil da participação, com a sua politização. É necessário atentar para o uso dos jovens pelos adultos, sua manipulação, o que Groppo (2000) indica com os conceitos de heteronomia - quando o jovem realiza atos em vista do que os outros querem que ele faça - e autonomia - quando ele realiza atos por sua própria vontade⁶.

A participação social de jovens, desde pouca idade, auxilia no desenvolvimento de uma preocupação maior por questões que dizem respeito à sua comunidade. Por isso, a possibilidade de os jovens votarem a partir dos 16 anos, facultativamente, é um exemplo de afirmação positiva da sua integração política. Outras formas de participação direta têm seu valor para gerar vontade de exercer a cidadania. Dessa forma, acontece o protagonismo juvenil (DICK, 2003), ou seja, a participação efetiva daqueles que são diretamente atingidos pelos programas e políticas de governos. Isso nos leva a pensar que a participação poderia representar o seguinte: a) as propostas políticas desenvolvidas com o envolvimento dos jovens

⁶ O que Santos (2003a) chama de reinvenção da emancipação social em sentido amplo, quando os membros da sociedade organizada participam e decidem sobre os rumos de suas vidas.

poderão ter maior eficácia; b) começar a aprendizagem cidadã na juventude poderá significar uma democracia mais sólida no futuro; c) a aprendizagem democrática deverá acontecer em algumas gerações, sendo que de geração a geração poderá arraigar-se o princípio dos direitos, da participação e da justiça social; d) ouvir os jovens auxiliará na formulação, deliberação e operacionalização de programas públicos que tratem dos direitos.

2.2 DIREITOS SOCIAIS

Spósito (2003b) considera que cabe à política pública satisfazer as necessidades dos cidadãos, expressas em seus direitos: A ampliação da cidadania, da democracia, supõe essa prática política de implementação dos direitos.

Uma significativa referência universal é o legado dos direitos humanos: *Dois documentos são centrais no processo de elaboração e de garantia legal no campo dos direitos. São eles a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, pela Assembléia Nacional Constituinte Francesa de 1789, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela ONU, em 1948* (ROJAS COUTO, 2004, p. 36). Esses documentos tornaram-se referências históricas para os que lutam pelos direitos humanos. Representam um século e meio de mobilização social da humanidade, principalmente dos países centrais, pelos direitos humanos.

Esse legado histórico tem influenciado a luta dos movimentos sociais de diversos países, assim como a regulamentação legal dos direitos. No Brasil, foi a Constituição Federal de 1988 que atendeu às reivindicações de direitos expressos

pela participação popular. *Ao mesmo tempo, foi uma década pródiga em movimentos sociais e em participação da sociedade, organizando-se, por meio de entidades, organizações não-governamentais (ONGs) e sindicatos, para participarem do movimento Pré-Constituinte, bem como para denunciar o descumprimento das propostas por parte do governo.* (ROJAS COUTO, 2004, p. 137).

A regulamentação legal dos direitos tem seu valor, assim como têm importância a organização, a mobilização e a pressão política exercida pelos movimentos sociais e pelos cidadãos. Houve, no Brasil, momentos de concessão de direitos, como no período populista, assim como houve participação popular para conquistar a regulamentação de leis que assegurassem direitos civis, políticos e sociais, como na situação já referida da Constituição Federal de 1988. *Uma das questões centrais no terreno das políticas sociais tem sido compreendê-las em relação ao binômio concessão ou conquista.* (ROJAS COUTO, 2004, p. 60). Saliente-se ainda que, apesar da mobilização social e da garantia em lei, muitos cidadãos não têm seus direitos implementados efetivamente.

Quero deter-me na reflexão sobre os direitos sociais, conforme Rojas Couto:

Já os direitos de segunda geração – os direitos sociais – são exercidos pelos homens por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los. É no âmbito do Estado que os homens buscam o cumprimento dos direitos sociais, embora ainda o façam de forma individual. Esses direitos vêm se constituindo desde o século XIX, mas ganharam evidência no século XX. Ancoram-se na idéia de igualdade, que se constitui numa meta a ser alcançada, buscando enfrentar as desigualdades sociais (ROJAS COUTO, 2004, p. 35).

A atuação do Estado é determinante para garantir a efetivação de direitos sociais. Ele tem a atribuição principal de implementar políticas públicas, através da execução de programas e projetos sociais. Esses programas devem ter recursos orçamentários destinados à sua viabilização (ABAD, 2003). Deliberar sobre a execução de programas sociais é tarefa essencial do Estado. Entretanto, desde a Constituição Federal de 1988 há um ator a mais nesse processo de deliberação, pois a Lei Magna prevê a participação direta dos cidadãos. Esse é um princípio que auxilia a participação propositiva dos cidadãos através de plebiscito, referendo, conselhos ou de outras formas de intervenção política.

No Brasil, diversos problemas sociais vividos pela população juvenil geram uma série de demandas. Um dos principais é o relativo ao emprego, à projeção de sua sobrevivência futura, assim como de sua família. O trabalho é um dos direitos sociais fundamentais do ser humano para garantir sua existência, entre outros:

Constituem-se em direitos de prestação de serviços ou de créditos, pois geram obrigações positivas do Estado, que detém a responsabilidade de, por meio do planejamento e da consecução de políticas para o bem-estar do cidadão, atender às demandas por educação, trabalho, salário suficiente, acesso à cultura, moradia, seguridade social, proteção do meio ambiente, da infância e da adolescência, da família, da velhice, dentre outros (ROJAS COUTO, 2004, p. 48).

A temática juventude e trabalho incide sobre uma das dimensões presentes no jovem, que é a necessidade de renda, de emprego, de trabalho. Compreender como essa questão repercute junto aos jovens é uma tarefa de análise e interpretação importante. Para entendê-la, cabe primeiro definir de qual trabalho estou falando, ou de que forma o direito ao trabalho concretiza-se.

O trabalho é algo que afeta todas as pessoas, de maneira especial os jovens⁷. A forma como incide sobre eles é agravada pelas profundas transformações pelas quais passou o mundo do trabalho (ANTUNES, 2000). Uma delas é exatamente a questão do déficit entre oferta e demanda de empregos, pois a criação de empregos não acontece com a mesma intensidade com que cresce a necessidade da população.

Forrester (1997) sinaliza a *extinção do emprego* e as conseqüências dessa transformação. Para Castel (2004b), as mudanças no mundo do trabalho não implicam a extinção do emprego:

Ora, tenho constatado que, até agora, fizemos pesar essa saída da civilização do trabalho sobre os mais vulneráveis: os desempregados, os jovens que não encontram trabalho. Se os interrogarmos, dirão que o trabalho é ainda mais necessário, pois está faltando e que trazem em seu desespero, em sua infelicidade, seu sofrimento, o peso da ausência do trabalho (CASTEL, 2004b, p. 263).

O trabalho é um tema crucial para o projeto de vida e o futuro desses jovens. Muitos deles, ao chegarem a essa fase da vida, vêm-se diante de uma importante decisão: por qual profissão optar? Ao fazerem sua opção, terão que considerar as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho. Há jovens que concluem cursos universitários, cursos técnicos ou o ensino médio, mas, na hora de começar a trabalhar, não encontram emprego. Segundo dados da pesquisa *Perfil da Juventude*

⁷ Na página eletrônica do MTE é dimensionado estatisticamente o que representa o desemprego juvenil: o desemprego juvenil é um dos principais desafios enfrentados pelo Governo [...] *O índice de desemprego entre os jovens nessa faixa etária (16 a 24 anos) é quase o dobro da taxa de desempregados em geral. Os homens e as mulheres jovens desempregados somam cerca de 3,5 milhões, ou 45% do total de 7,7 milhões de desempregados em todo o país.* Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2004.

Brasileira, 36% dos jovens trabalham, 32% já trabalharam e estão desempregados, 24% nunca trabalharam e nunca procuraram emprego e 8% nunca trabalharam, mas estão procurando emprego⁸ (ABRAMO e BRANCO, 2005a, p. 372).

A população jovem é nitidamente atingida pelo problema do desemprego, do acesso ao trabalho. Em vista disso, priorizou-se, na formulação de políticas públicas, nos últimos anos, a implementação de um maior número de programas e projetos com esse foco. A perspectiva de criar, na agenda política, programas que garantam o direito ao trabalho para os jovens tem gerado questões. Uma delas diz respeito ao Programa Primeiro Emprego do Governo Federal – PNPE.

O presente estudo visa a compreender o que necessitam os jovens diante da temática do emprego, mais especificamente em função do Programa Primeiro Emprego PNPE. O Programa tem sua formulação e seu desenvolvimento baseado em pareceres da equipe técnica do Governo, de órgãos governamentais, principalmente. O que se pretende é ouvir as necessidades expressas pelos próprios jovens. Programar a partir de quem é diretamente atingido pelo programa tem o sentido de aprimorar a prática política cidadã, emancipatória, protagônica, democrática, implementadora de direitos sociais.

⁸ A pesquisa analisa, ainda, que as mulheres são a maioria dos desempregados (35%); os que estão mais empregados são os jovens homens entre 21 e 24 anos (63%), enfim, a pesquisa revela as diferenças entre gênero e faixas de idade (ABRAMO;. BRANCO, 2005a, p. 372).

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

Quatro programas governamentais, anteriores ao Programa Primeiro Emprego – PNPE, do atual Governo Federal, tiveram o mesmo objetivo de introduzir o jovem no mercado de trabalho. Foram eles: os do Governo Federal anterior, intitulados *Serviço Civil Voluntário* (1998-2002) e *Capacitação Solidária* (1996-2003); o do Governo do Estado de São Paulo (2000-2002), intitulado *Jovem Cidadão: primeiro trabalho*; e o do Governo do RS (1999-2002), *Primeiro Emprego* (LEITE, 2003, p.153-172). Esses programas evidenciaram dificuldades de efetivação, como se constata em dois casos:

- a) *Programa Jovem Cidadão: primeiro trabalho*, criado pelo Governo Estadual, em São Paulo, entre os anos 2000 e 2002. Nesse Programa, aconteceu a *efetivação em torno de 20% dos estagiários nas empresas; outros 10-15% obtiveram trabalho a partir de contatos/ referências durante o estágio* (LEITE, 2003, p. 160);
- b) *Programa Primeiro Emprego*, criado pelo Governo Estadual, no Rio Grande do Sul, entre os anos 1999 e 2002. Alcançou os seguintes resultados, medidos pela *Taxa de inserção: após participar do programa, 74% dos jovens estavam empregados; 44% permaneceram na mesma empresa* (LEITE, 2003, p. 164). Mesmo que tenha obtido melhores resultados, o Programa do RS também enfrentou dificuldades para se aproximar das metas traçadas, conforme revela o índice dos jovens que permaneceram na empresa.

Os dois exemplos ilustram que esse tipo de programa tem sua validade, mas enfrenta obstáculos para atingir suas metas. Programas como esses, de âmbito estadual, serviram como primeiras experiências para que se projetasse, posteriormente, um Programa em âmbito nacional. A dimensão dessa problemática social fez com que programas desse tipo fossem adquirindo importância nas agendas políticas. Programas com esse perfil são necessários; entretanto, indagações sobre suas implementações e seus resultados são pertinentes. É preciso entender os avanços atingidos, as dificuldades e as possibilidades de melhorias futuras na implementação de políticas públicas.

Para compreender as necessidades do jovem diante do trabalho, optei pela análise do Programa Primeiro Emprego – PNPE. Esse Programa foi criado no final de 2003 e está em funcionamento de fato desde o início de 2004. Apresentarei o Programa e seus desdobramentos para, posteriormente, analisar sua efetivação na ótica dos jovens entrevistados.

2.3.1 Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE – é de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Foi criado pela Lei Federal 10.748, de 22 de outubro de 2003. A Medida Provisória nº 186, de 13 de maio de 2004, alterou a Lei 10.748. A mudança objetivou aprimorar o Programa para agilizar sua operacionalização.

O PNPE tem o objetivo de possibilitar o ingresso no mercado de trabalho para jovens entre 16 e 24 anos sem uma primeira experiência profissional, garantindo sua inserção socioeconômica, com a carteira de trabalho assinada e todos os direitos sociais garantidos. Os recursos necessários para a manutenção do PNPE são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Para a operacionalização do PNPE, há uma ação articulada entre o MTE e a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do RS – STCAS, neste caso. A operacionalização acontece junto ao Sistema Nacional de Empregos – SINE, programa do MTE. Essa instituição desenvolve o PNPE nos municípios. No RS, o SINE utiliza as agências da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS, órgão da STCAS-RS, responsável pelo Programa. Há uma ação conjunta entre órgãos dos governos estaduais e o federal.

Integram o PNPE os seguintes projetos e programa:

- a) *Consórcio Social da Juventude⁹ – O CSJ é um Projeto do PNPE, em parceria com a sociedade civil na execução do Programa, com foco em seus três eixos de organização: **fomento** à geração de postos de trabalho formais, **preparação** para o primeiro emprego e **articulação** com a sociedade civil. O CSJ deve alcançar jovens que, em virtude de suas condições socioeconômicas, têm dificuldades de acesso ao SINE, ou seja, são jovens de maior vulnerabilidade social, por meio da mobilização e da*

⁹ A fonte dessas informações é o Termo de Referência do Consórcio Social da Juventude [s.n.] [s.d.].

articulação dos esforços da sociedade civil organizada. O público-alvo do CSJ são jovens de 16 a 24 anos, com destaque para quilombolas e afro-descendentes; indígenas em conflito com a lei ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas; jovens portadores/as de necessidades especiais; trabalhadores rurais. É obrigatório que todos sejam de baixa renda, que estejam matriculados/as e freqüentando estabelecimento de ensino fundamental. A qualificação prevê 400 horas de curso¹⁰, realizada nas entidades executoras, e, também, 100 horas de trabalho voluntário em projetos comunitários. O projeto tem a duração de quatro meses e cada jovem recebe uma bolsa de R\$ 150,00 mensais para viabilizar a sua permanência no Consórcio.

- b) Serviço Social Voluntário e Trabalho Comunitário¹¹ – SCV – É desenvolvido nas Unidades da Federação por meio de convênios firmados, principalmente, com governos estaduais e municipais. O Projeto oferece oportunidade de profissionalização, formação para a cidadania, prestação de serviços comunitários e elevação de escolaridade de jovens desocupados, saídos do sistema penal ou de instituições socioeducativas, oriundos de famílias de baixa renda, com baixa escolaridade e em situação de risco social. O SCV, que tem duração prevista de 600 horas distribuídas em 6 meses, oferece ajuda de custo de R\$ 150,00, orientação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho.*

¹⁰ Essas 400 horas são divididas da seguinte forma: 240 horas para a formação geral e 160 horas de formação profissionalizante.

¹¹ A fonte das informações dos itens b, c e d é a página eletrônica do Ministério do Trabalho e do Emprego <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 10 jan. 2005.

- c) *Jovem empreendedor – Para criar oportunidades de ocupação e renda para jovens de baixa renda, por meio de estímulo ao desenvolvimento de pequenos negócios, foi criado um projeto de capacitação associado ao crédito, com linha de financiamento de R\$ 100 milhões oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O público-alvo dessa ação é o mesmo definido nas regras do PNPE: jovens de 16 a 24 anos, em situação de desemprego, integrantes de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, com prioridade para portadores de necessidades especiais, mulheres, afro-descendentes, indígenas e aqueles saídos de sistemas penais.*
- d) *Programa Soldado Cidadão – Foi criado pelo Governo Federal, que determinou a incorporação de um número maior de jovens para prestação do serviço militar. Foram beneficiados, em 2004, cerca de 30 mil soldados, que tiveram acesso a cursos de capacitação e formação profissional.*

O PNPE abrange assim uma ampla gama de ações¹². Cada um desses projetos ou subprogramas envolve outros órgãos governamentais, em alguns casos em âmbito nacional e estadual, além de órgãos não governamentais e a iniciativa privada. Ilustra-o o CSJ: a Delegacia Regional do Trabalho do RS, do MTE, acompanhou o desenrolar do Projeto. No estado do RS, ele foi coordenado, em 2005, pela organização FUNDSOL – Fundação Solidariedade, de Porto Alegre. Os

¹² A utilização da terminologia *programa* para designar o Programa Soldado Cidadão que constitui o PNPE evidencia algum arranjo programático. Isso porque a lógica seria usar o termo *projeto* como parte de um Programa geral. A incorporação de programas que já existiam no Governo anterior no PNPE pode ter sido a causa dessa inadequação.

CSJs ocorreram nas regiões metropolitanos de alguns estados brasileiros. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, o CSJ ocorreu em onze municípios.

2.3.2 Aspectos funcionais do Programa Primeiro Emprego

Os jovens que quiserem se inscrever no PNPE devem procurar uma organização governamental ou não governamental habilitada. As inscrições para um emprego são realizadas junto ao SINE. Uma vez cadastrado, o jovem aguarda ser chamado por uma empresa interessada. Para se cadastrarem junto ao SINE ou órgão responsável, as empresas têm que estar em dia com o pagamento dos impostos.

Uma vez inscrito, o jovem cadastrado fica aguardando, na lista do seu município de origem ou onde se inscreveu, sua vez de ser chamado. A instituição privada que estiver vinculada ao PNPE deve disponibilizar a vaga para um jovem. O problema, é a exigência de percorrer toda a lista de inscritos até que haja um jovem com o perfil esperado pela empresa contratante¹³. Escolhido, o jovem pode assinar um contrato por tempo determinado, no mínimo de um ano, ou de tempo indeterminado. No primeiro ano, a empresa recebe uma subvenção de R\$ 250,00, em seis parcelas bimestrais, para cada emprego gerado. Os demais meses são pagos pela própria empresa. A empresa não pode realizar o rodízio de empregados, utilizando a mão-de-obra juvenil com esse propósito. Para evitar essa situação, que

¹³ Essa dificuldade e outras de teor técnico-burocrático foram apresentadas por pessoa responsável que entrevistei junto ao SINE. O atraso do recurso do Governo às instituições privadas e a inadimplência destas instituições privadas em relação a impostos públicos federais não permitem o cadastramento. Estes são alguns obstáculos práticos ressaltados na operacionalização do Programa.

na prática significaria a substituição de um funcionário por um jovem com um salário menor, a Lei prevê mecanismos de fiscalização.

Os critérios estabelecidos em Lei¹⁴ para a participação de jovens interessados, além da idade e de não ter tido vínculo empregatício anterior, são os seguintes:

- a) que sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo;
- b) estejam matriculados e freqüentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio, ou cursos de educação de jovens e adultos, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, ou que tenham concluído o ensino médio;
- c) estejam cadastrados nas unidades executoras do PNPE, nos termos desta Lei;
- d) e não sejam beneficiados por subvenção econômica de programas congêneres e similares, nos termos do disposto no art. 11.

Um elemento relevante diz respeito à freqüência na escola. O PNPE estabelece que o jovem, para participar, deve estar matriculado e freqüentando a

¹⁴ Lei 10.748, de 22 de outubro de 2003, que instituiu o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE, modificada pela Medida Provisória 186 de 13 de maio de 2004.

escola regularmente. O público-alvo deste Programa são jovens de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Os jovens nessa situação social, geralmente, precisam completar o ensino fundamental e o ensino médio. Por isso, o PNPE prevê prioridade de inserção no mercado de trabalho para os jovens que ainda não tenham completado o ensino fundamental ou médio.

2.3.3 Limitações programáticas

A constatação atual é que o PNPE não alcançou suas metas previstas e dificilmente as alcançará. Uma avaliação do PNPE foi realizada por Salomon: *De outubro de 2003 até agora, na principal linha do Programa, só 3.400 jovens foram contratados mediante incentivos às empresas, segundo o Ministério. Continua o texto: Quando foi lançado o Primeiro Emprego visava atingir 250 mil jovens até o final de 2004. Dos R\$ 65 milhões destinados pelo Orçamento de 2005 ao incentivo às contratações, haviam sido pagos até sábado (30.04.2005) R\$ 67 mil (0,1%) (2005, capa).*

A diferença entre as metas iniciais do PNPE e a sua efetivação é considerável. O próprio Governo demonstra ter percebido essa evidência ao projetar alterações de rumo. Uma alteração foi priorizar a qualificação dos jovens e não apenas seu encaminhamento para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho. Um dos projetos que realiza esse procedimento é o Consórcio Social da Juventude – CSJ. Em 2004, foram qualificados 6.800 jovens, dos quais 2050 conseguiram

emprego com carteira assinada. A meta para 2005 era qualificar 63 mil jovens e empregar 30 a 40% dos mesmos (SALOMON, 2005).

Os debates sobre os motivos que levaram o PNPE a apresentar essas insuficiências são inúmeros. O Governo ressalta dificuldades para as empresas aderirem ao mesmo, o não interesse por pessoal pouco qualificado e as dívidas delas com o fisco. Já as empresas reclamam da burocracia do processo de inscrição no PNPE e do atraso da contrapartida do Governo para pagamento dos jovens. Concretamente, pode-se dizer que o Programa não alcançou seus objetivos iniciais e passou por reformulação. Porém, um ponto que não tem sido abordado, nem pelo Governo e nem pelas empresas, mas para o qual se deveria conceder mais atenção, tem a ver com o terceiro ator relevante, que é o jovem. Copetti (2005) aponta para os milhares de jovens que se inscreveram no PNPE e não são chamados. Cabe indagar aos jovens, motivo da existência do PNPE, como eles estão se sentindo em relação ao mesmo. A intenção desse estudo, como já foi dito, é estabelecer uma relação entre as necessidades dos jovens e a efetivação do direito ao trabalho.

O próximo capítulo adentrará a problemática que orientou a realização da pesquisa junto aos jovens inscritos e participantes do PNPE.

3 PROBLEMAS POSTOS NO TRINÔMIO JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO

A sociedade brasileira, depois de duas décadas de autoritarismo, iniciou nos anos oitenta a experiência de redemocratização do país. Nesse processo, a sociedade civil organizada engajou-se na luta pela redemocratização do Brasil e, posteriormente, na garantia de direitos civis, políticos e sociais (ROJAS COUTO, 2004). Essa mobilização, organização e pressão social foram importantes na aprovação de leis que garantiram direitos, expressos na Constituição Federal Brasileira de 1988 e na Legislação Complementar. Contudo, parte significativa delas permaneceu somente como letras escritas em inúmeros documentos. O fato de não se tornarem realidade representa um problema social.

A não efetivação de direitos expõe a situação de exclusão dos jovens (CASTEL, 2004a). Significa, concretamente, inviabilizar que um número expressivo de jovens cresçam e desenvolvam suas potencialidades. A dimensão desse problema aumenta na medida em que se refere a jovens, ou seja, a pessoas que, em situação contrária, estariam em pleno desenvolvimento. Essa situação incide distintamente sobre a juventude como um todo, penalizando mais severamente os jovens de classe popular. O fator econômico não é o único, mas é relevante na análise do trabalho para jovens de classe popular, desprovidos de recursos materiais

suficientes. Da forma como vem sendo abordada, a temática do trabalho torna-se mais relevante em contextos de desigualdades sociais, como o brasileiro.

Entendo, por outro lado, que há uma relação estreita entre a problemática social e a investigação. Investigar por que os direitos sociais enfrentam dificuldades de se tornarem realidade é minha proposta. O propósito investigativo é analisar o PNPE tendo como referencial principal o público-alvo da política, o jovem. Quais são suas necessidades diante do tema trabalho e, especificamente, diante do PNPE? A partir dessa ótica, a análise verifica quais foram os motivos que levaram à sua implementação, as situações nas quais o PNPE revelou-se pertinente e eficaz, assim como aquelas em que revelou seus limites, suas contradições. O que se pretende é ouvir aqueles para quem é dirigido o PNPE, a fim de entender suas necessidades. Compreendendo melhor o que o público-alvo, o jovem, tem a dizer sobre o PNPE, este poderá ser qualificado, observando-se ao mesmo tempo, o princípio democrático de respeitar aquilo de que o cidadão necessita.

A problemática de pesquisa tem como ponto de partida um problema social. Ela está intrinsecamente vinculada à problemática social; separá-las ou abordá-las como momentos isolados significaria um equívoco conceitual. Uma não se resume à outra, ambas se interligam. As mudanças por que passaram as sociedades contemporâneas revelaram a necessidade da sociologia rever suas formulações teóricas, construir novos paradigmas conceituais (BAJOIT, 2003; SANTOS, 2003a). A realidade social é a fonte dessa problemática. Daí fazem-se escolhas para uma análise criteriosa e crítica. Investigar a realidade social é um exercício instigante e desafiador.

3.1 JUVENTUDE E TRABALHO: UM PROBLEMA DE PESQUISA

Identificar-se como *trabalhador* é um valor básico em nossas sociedades. Pesquisas antigas e recentes atestam que *trabalhador* é, no imaginário popular – inclusive dos jovens – a condição que distingue o *cidadão* do *marginal* (LEITE, 2003, p. 156). Esse reconhecimento é fundamental, uma vez que se questiona o trabalho por inúmeros motivos: a) porque o trabalho é uma forma de exploração do ser humano pelo ser humano (MARX, 1974); b) porque o trabalho não é importante, visto que os jovens gostariam de realizar outras coisas e não trabalhar; c) porque trabalhar é uma imposição social e não uma opção pessoal; d) porque há uma grande transformação no mundo do trabalho, inclusive com a possibilidade da sua extinção (FORRESTER, 1997). Essas reflexões contemplam inúmeras verdades sobre as quais caberia uma discussão. Em suma, para os efeitos desta elaboração, adota-se a premissa de que o trabalho é um elemento fundamental na vida das pessoas, objetiva e subjetivamente.

Saliente-se que analisar o PNPE traz consigo uma série de implicações. Seguem-se abaixo algumas indagações, no sentido de aquilatar a dimensão do problema:

- a) Qual a idade dos jovens que são atingidos por determinado programa social? E, para essa faixa etária, quais são as principais preocupações? Fala-se muito, atualmente, em políticas para crianças (ABRAMO, 2005b), porém, como ficam as políticas específicas para os jovens que, estando em pleno desenvolvimento, suscitam outras problemáticas?

- b) A juventude preocupa-se com a definição, a iniciação, a preparação, a opção e a qualificação profissional. Daí surgem questionamentos: quais as alternativas de trabalho e renda para os milhões de jovens que estão nessa situação? Por outro lado, ao mesmo tempo em que há uma desocupação, há iniciação precoce no mercado de trabalho. Em que aspectos uma ou outra dessas realidades dificulta a implementação de políticas públicas?
- c) Os programas oferecidos conseguem absorver a demanda de jovens que chegam anualmente ao mercado de trabalho? Programas como o PNPE auxiliam os jovens a se qualificarem profissionalmente e, posteriormente, ingressarem em postos de trabalho? Que tipo de preparação é necessária para o jovem iniciar sua vida profissional? O empreendedorismo é uma opção viável para jovens que não queiram ser empregados ou que queiram realizar atividades como profissionais liberais, cooperativados, associados?

Dito isso, cabe enfatizar a decisão de adotar, na análise, o viés das necessidades dos jovens diante da implementação do PNPE. A juventude, público-alvo da política, certamente tem algo a dizer para a sua implementação. É possível compreender a juventude e suas necessidades para aprimorar a política. Esse exercício de criar canais de diálogo permanente com os envolvidos pelas políticas públicas representa um desafio aos pesquisadores, às instituições acadêmicas e aos órgãos executores.

3.2 O PROBLEMA DE PESQUISA – NECESSIDADES JUVENIS

Para introduzir essa questão, volto à pesquisa nacional *Perfil da Juventude Brasileira* (ABRAMO e BRANCO, 2005a). Ela apresentou resultados que atestam a importância do estudo sobre políticas públicas e trabalho para os jovens. É resultado da iniciativa do Projeto Juventude do Instituto Cidadania, em parceria com o Instituto de Hospitalidade e o SEBRAE. Foi realizada, em 2003, sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas, entrevistando-se 3.501 jovens em 198 municípios, estratificados por localização geográfica, contemplando 25 Estados da União. Em 1999, a Fundação Perseu Abramo também realizou uma pesquisa denominada *Juventude: Cultura e Cidadania* (ABRAMO e VENTURI, 2000), nas nove regiões metropolitanas e no Distrito Federal. A pesquisa de 2003 retoma alguns dos pontos tratados em 1999 e compara resultados das duas pesquisas¹⁵.

Na pesquisa publicada em 2005, uma das perguntas, feita para os jovens, foi: *Quais são as piores coisas de ser jovem?* (ABRAMO e BRANCO, 2005a, p. 380) A resposta *falta de trabalho/renda* aparece entre as primeiras, ficando atrás de respostas como *não tem nada ruim*, *conviver com riscos* ou *falta de liberdade*. Outra questão tratada dizia respeito aos assuntos que mais interessam aos jovens. Em primeiro lugar, aparece a *educação*; em segundo, *emprego/profissionalização*; em terceiro, *cultura/lazer*. Para a pergunta sobre os problemas que mais preocupam o jovem atualmente, a primeira resposta foi *segurança/violência*; a segunda, *emprego/profissional*; a terceira (com uma grande diferença), *drogas*; e a quarta, *educação*. Quanto aos assuntos que os jovens gostariam de discutir com os/as

¹⁵ Essas pesquisas são importantes, porque não localizei registro de outras de âmbito nacional, no Brasil, direcionadas à juventude.

amigos/as as respostas nas primeiras colocações apontaram: *relacionamentos amorosos, violência, futuro profissional, drogas e sexualidade*.

Poderiam ser elencadas e analisadas outras questões da pesquisa, porém não é esse aqui o objetivo. A finalidade de referência ao resultado dessa pesquisa é destacar que, além dos aspectos objetivos presentes em análises estatísticas, há que valorizar também a manifestação daqueles que são diretamente interessados no assunto. A questão do trabalho toca os jovens de uma maneira ou outra, seja como preocupação, seja como algo que os interessa. A preocupação com o trabalho, com o emprego, com a renda, com o futuro profissional é algo que acompanha sua condição juvenil. Os jovens percebem as dificuldades de estruturação de suas vidas pessoais e profissionais. Quando solicitados, expressam suas idéias (DICK, 2003), suas necessidades. Quando o interlocutor é o sujeito do processo, a possibilidade de a informação estar condizente com a realidade analisada e, por conseguinte, com o problema investigado, é maior. Como a fonte da informação tem esse grau de intimidade com o problema, por vivê-lo, suas questões poderão ser mais valiosas para a análise teórica e social.

O trabalho é uma necessidade para a maioria dos cidadãos. E essa necessidade é expressa através de um direito social. O objetivo da regulamentação desse direito é satisfazer a necessidade do trabalho (HELLER, 1996). Satisfazendo-a, criam-se condições para que o jovem tenha uma renda, recursos financeiros, para satisfazer outras necessidades, enfim, outros direitos, como o de ter uma casa e estudar. Essas condições viabilizarão respostas para suas necessidades, para suas insatisfações.

Conforme Heller e Fehér:

A segunda vantagem em ver a modernidade da perspectiva das necessidades está na possibilidade de combinar dois discursos distintos: o da filosofia social e o da filosofia existencial. Pode-se tematizar a criação, a distribuição, a percepção e satisfação sociais das necessidades, e igualmente tematizar a relação subjetiva do indivíduo com o sistema de necessidades, isto é, as aspirações, alegrias, sofrimentos e esperanças das pessoas *qua* pessoas, suas ligações umas com as outras, suas vulnerabilidades, anseios, felicidade e infelicidade (HELLER e FEHÉR, 2002, p. 30-1).

Para os autores, a satisfação das necessidades sociais é identificada como filosofia social, enquanto a relação subjetiva do indivíduo com o sistema de necessidades seria a filosofia existencial. Por outro lado, conceituam o sistema de necessidades, que inclui tanto as sociais como as existenciais. Esses conceitos estão relacionados com aquilo que Heller e Fehér denominam de *sociedade insatisfeita*, sendo a insatisfação o motor que faz avançar as sociedades e provoca a busca permanente por aquilo que está faltando. Para os autores acima citados, a sociedade preocupou-se muito com os aspectos objetivos da insatisfação. Propõem que se considerem tanto as necessidades objetivas como a insatisfação, naquilo que é denominado de *filosofia existencial*, ou seja, questões relacionadas à subjetividade, como, por exemplo, o respeito às diferenças, à liberdade individual.

Heller reflete sobre o *sistema de necessidades*.

Si la pregunta que ha de plantearse es la de si es más importante la necesidad de comida o la de actividad creativa, la necesidad de amistad o la de higiene, nos veremos atrapados en debates completamente carentes de sentido, puesto que todas estas necesidades aparecen en los aspectos más diferentes de la vida y

de la actividad humana. Las preferencias, sin embargo, no ordenan las necesidades en series consecutivas, refieren al sistema de necesidades. Es la forma de vida la que se refleja en el sistema de necesidades. Las opciones tomadas dentro del sistema de necesidades significan, por tanto, la preferencia de una o más formas de vida frente a otras (HELLER, 1996, p.69).

A autora citada reforça a idéia de que as necessidades são diferentes conforme as idiosincrasias individuais, pessoais. Elas não podem ser classificadas em reais e irreais; segundo ela, todas as necessidades são reais e devem ser respeitadas. Essa conceituação auxilia para verificar que não existem necessidades verdadeiras e falsas, boas e más; todas são necessidades, isso porque são pessoas, grupos que desejam sua satisfação, e esse é o princípio determinante para que sejam respeitadas. Junto com esse princípio é desenvolvida a argumentação quanto à limitação de se conseguir satisfazer as necessidades de todas as pessoas. Isso porque há limites materiais, como é o caso da finitude do meio ambiente e, também, da impossibilidade de realizar tudo o que as pessoas necessitam, tanto no sentido material como imaterial. Por isso, Heller (1996) afirma que prioridades precisam ser decididas pelas pessoas e grupos para definir as necessidades que são possíveis de implementar e as que não o podem no momento, mas talvez o sejam no futuro.

A única forma inadmissível é aquela na qual um homem usa o outro como um simples meio de satisfazer as suas necessidades; nesse caso, há um imperativo categórico ético a impedir que se aceite esse tipo de ação. Como exemplos, podem ser citadas a opressão, a dominação, a humilhação, a exploração. Ela cita o caso soviético como exemplo extremo de ditadura de necessidades, porque, nessa

experiência histórica, um poder central determinava o que era necessário para as pessoas e o que não era necessário, sem levar em consideração suas opiniões.

Um outro imperativo categórico a ser considerado é o que proíbe uma exploração do homem sobre a natureza que represente o risco de sua extinção. Além da não exploração do homem pelo homem, é imperativo, também, pensar no problema dos abusos da espécie humana em relação ao meio ambiente. Essa questão não é evidenciada pela pensadora explicitamente, mas é coerente com sua linha de pensamento.

Heller (1996) diz que a necessidade mais preciosa é a liberdade de escolha da pessoa, de ser senhor de si mesmo, sua autonomia: [...] *La necesidad de ser sus propios señores, los señores de su destino* (HELLER, 1996, p. 107). Para ela, as necessidades radicais são aquelas que visam a abolir a dependência e a subordinação. A pensadora desenvolve uma conceituação na qual a necessidade é a expressão da busca de satisfação permanente, na modernidade, de forma autônoma e livre.

Esse princípio de Heller (1996) é a base para refletirmos sobre a implementação do direito ao trabalho do jovem. Por um lado, porque se pode perguntar se de fato ele sente necessidade de trabalhar. Por outro, caso a resposta seja positiva, pode-se perguntar: que tipo de trabalho ele necessita? E de que forma a política pública – o PNPE – respeita as necessidades desse jovem? É preciso questionar os jovens se o PNPE coincide com suas necessidades. Na definição, na implementação e na avaliação do PNPE, são consideradas as necessidades dos jovens e dos grupos juvenis? Sentem-se eles envolvidos pelo Programa? As

necessidades dos jovens coincidem com as previstas pelo PNPE? Essas questões nortearam a execução da pesquisa.

Ao considerar as necessidades dos jovens, incluem-se, na análise, outros fatores que estão diretamente ligados ao mundo deles, ao seu cotidiano, à sua forma de ver, perceber e reagir diante dos fatos (HELLER e FEHÉR, 2002). Essa foi uma premissa que orientou o detalhamento da metodologia de pesquisa.

Essa tarefa de entender melhor as necessidades a partir da visão do outro significa um desafio. Para isso, é importante estar muito próximo daquele que é o outro. Ele tem hábitos, costumes, rotinas, enfim, uma forma diferente e particular de viver, sentir, conviver. Por isso, é instigante penetrar nesse universo de sentidos e significados juvenis.

3.3 DELINEANDO A PESQUISA

Uma necessidade objetiva é desdobrar os conceitos, as idéias, as noções em harmonia com uma ordenação operacional detalhada. Nessa seção, descrevo em que bases metodológicas foi aplicada a pesquisa e como foi organizada a sua operacionalização.

Esse item visa exatamente ao encadeamento de ações que fizeram com que o processo fosse garantido durante a sua implementação e que os resultados fossem alcançados ao seu final. Por isso, abordarei os itens metodológicos partindo de considerações gerais e chegando aos aspectos mais específicos.

a) Pesquisa de campo

As opções que realizei levam em consideração a base teórica dessa investigação. A primeira foi a de realizar uma pesquisa de campo. Isso porque o objeto de estudo, no seu sentido amplo, é um fenômeno social relativo à vida das pessoas. Tendo como ponto de partida a idéia formada pelo investigador, sua representação do real, faz-se necessário verificar se essa idéia ou representação é coerente com a realidade, colocando-a à prova, investigando-a (BOURDIEU et al, 1999). Para que isso ocorra, precisa haver a abordagem das pessoas, indo até os lugares que elas freqüentam e, através da conversa, do diálogo, entrando em contato com aquelas situações que se quer conhecer e analisar.

O objeto e o problema (BAUER e GASKELL, 2002a) dessa investigação levam a essa definição. Para entender, conceituar e interagir com as necessidades dos jovens, tenho que, necessariamente, contatá-los, conhecer suas formas de expressão, como vivem e como reagem diante dos fatos do dia-a-dia.

As maneiras como as pessoas se relacionam com os objetos no seu mundo vivencial, sua relação sujeito-objeto, é observada através de conceitos tais como opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discurso, cosmovisões, hábitos e práticas (BAUER e AARTS, 2002c, p. 57).

A ida a campo favoreceu a aplicação do aporte teórico apreendido no decorrer desse Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Essa forma de colocar frente a frente teoria e prática, dialeticamente (FREIRE, 1996), faz com que os dois pólos dessa relação avancem. A teoria avança à medida que considera

a importância da experimentação. A sistematização desses momentos coloca os dois pólos dessa relação dialética, favorecendo que, na sua movimentação permanente, o conhecimento tenha possibilidade de aprimorar-se.

b) Método de pesquisa

O próximo passo foi definir o método de pesquisa. Para elucidar a reflexão a respeito dos dois métodos predominantes de pesquisa, o quantitativo e o qualitativo, vale lembrar: *Em nossos esforços, tanto em pesquisar, como em ensinar pesquisa social, estamos tentando um modo de superar tal polêmica estéril, entre duas tradições de pesquisa social aparentemente competitivas* (BAUER et al, 2002b, p. 23). Não se trata de preferir um método ou outro, ou de valorizar mais um em detrimento do outro, mas de considerar os dois, sendo que em determinada pesquisa um poderá ser mais aconselhável do que o outro.

A opção principal, para esse estudo, foi pelo método qualitativo porque representa uma maneira de compreender melhor aquilo que os jovens pensam, sentem, enfim, necessitam, conforme apontam os objetivos da pesquisa. Dessa forma, a meta foi atingir um número de jovens suficiente para aprofundar reflexões, percebendo suas necessidades frente ao tema *juventude e PNPE*. Ao mesmo tempo, utilizei, durante a análise de outros aspectos do estudo, informações estatísticas, igualmente úteis.

c) Coleta de dados primários

Para que houvesse a coleta de informações junto ao público-alvo, jovens de 16 a 24 anos, utilizou-se a técnica de entrevista. O instrumento de coleta de informações seguiu um roteiro de perguntas abertas. Essas perguntas nortearam os tópicos delineados como prioritários no decorrer das entrevistas. Dessa forma, houve espaço para indagações diferenciadas, que favoreceram uma maior abrangência. Saliente-se que as perguntas tiveram o sentido de orientar as entrevistas com os jovens. Os eixos orientadores da entrevista conformam o que Gaskell (2002) denomina de *tópico guia* (cf. Apêndice A).

Além dos jovens, foram interlocutores os técnicos que atuam no órgão público responsável pela implantação do PNPE, o SINE de São Leopoldo e organizações não governamentais que desenvolveram o PNPE - Consórcio Social da Juventude em São Leopoldo.

d) Sistematização e análise

As entrevistas com os jovens foram gravadas. As gravações foram transcritas na íntegra, servindo, assim, como material essencial de análise e interpretação. O resultado da transcrição gerou o que se denomina de *corpus* das entrevistas: *A palavra corpus (latim; plural corpora) significa simplesmente corpo. Nas ciências históricas, ela se refere a uma coleção de textos.* (BAUER e AARTS, 2002c, p. 44).

Para analisar o *corpus*, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1995). Esse procedimento metodológico visa a estudar criteriosamente as manifestações expressas nas entrevistas. Com isso procurou-se respeitar o que foi expresso pelos jovens que se dispuseram a prestar informações.

Utilizaram-se programas de computador apropriados para esse tipo de pesquisa. Os programas que auxiliaram na sistematização das informações coletadas foram de três tipos: editor de texto, planilha eletrônica e editor de lâminas. As pastas e arquivos criados constituíram um banco de dados com todas as informações relativas ao estudo.

e) Fontes secundárias

Fontes de informação secundárias foram utilizadas desde o início desse estudo, através de consultas, visitas e entrevistas de responsáveis de instituições que estão gerenciando o PNPE, em São Leopoldo e em âmbito estadual. Trata-se de documentos específicos relativos ao PNPE, como a Medida Provisória, a Lei aprovada no Senado e na Câmara dos Deputados, documentos utilizados nos órgãos estaduais e municipais para a regulamentação e efetivação do Programa, documentos produzidos pelos jovens e pelos educadores com os mesmos.

Ao dirigir-me aos órgãos para conhecer melhor o PNPE, verifiquei que existiam materiais produzidos pelos jovens, como jornais e cartazes. Esses materiais serviram como subsídio complementar.

f) Retornar os resultados

O objetivo é que, depois de concluído esse estudo, ocorra o retorno dos principais resultados aos atingidos pela pesquisa. Os resultados também poderão ser interessantes para os órgãos públicos, assim como para as organizações não governamentais. Disponibilizar esse tipo de produção significaria um subsídio para a

ação dos conselhos e dos fóruns, por exemplo. O retorno de um relatório, através de reuniões, ou algum tipo de documento, representaria uma forma de passar as informações sistematizadas para aqueles que foram envolvidos por esse projeto. Agindo assim, a academia estará se aproximando das comunidades, contribuindo com aportes que servem para a melhoria das condições de vida dos jovens.

4 ANALISANDO AS NECESSIDADES NOS DISCURSOS JUVENIS

A apresentação do município de São Leopoldo constitui-se em um elemento importante para contextualizar em que realidade vivem os jovens entrevistados. Após a informação de dados estatísticos gerais sobre o município e sobre o jovem que vive nele, apresenta-se o perfil dos jovens entrevistados. Na apresentação, há alguns gráficos com informações do grupo, que favorecem o conhecimento do mesmo. Em seguida, faz-se a análise do conteúdo das entrevistas através da utilização do método Análise de Conteúdo – AC. Esse tipo de análise visa a sistematizar as informações contidas nas entrevistas, garantindo uma sistemática lógica de análise, considerando, assim, as idéias expostas pelos entrevistados.

4.1 SÃO LEOPOLDO, JUVENTUDE E PNPE

O município de São Leopoldo está localizado no Vale do Sinos, na região da Grande Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, a uma distância aproximada de 30 quilômetros de Porto Alegre.

A chegada dos imigrantes alemães, em 1824, é o seu principal fato histórico, o qual lhe confere o reconhecimento público de *berço da colonização alemã*. Havia tribos de nativos que habitavam essas terras e afro-descendentes que viviam como

escravos. A convivência entre os nativos e os imigrantes foi de disputa desse território. No entanto, as tribos foram perdendo seus espaços, e os imigrantes solidificando sua moradia na região (DICK, 2005).

Nesses seus 181 anos de história, o município atravessou muitas mudanças. Ele tinha, em 1980 (Censo do IBGE), 98.093 habitantes, e, em 2005, a população estimada era de 209.611 (IBGE, 2005)¹⁶, representando um acréscimo considerável de sua população a cada ano. A sua característica como município de descendentes de alemães foi se modificando, nessas últimas décadas, principalmente, em vista da vinda de um número expressivo de migrantes de municípios do interior do RS.

Atualmente São Leopoldo é o oitavo maior município em número de habitantes no estado do RS (Censo de 2000) e o décimo colocado em termos econômicos (DICK, 2005, p. 5). Para a visualização da situação estatística do município em relação ao Brasil e ao estado do Rio Grande do Sul, seguem os quadros 1, 2 e 3¹⁷:

¹⁶ Essa informação foi obtida junto à página eletrônica do IBGE –<[http:// www.ibge.gov.br/cidadesat/](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/)>. Acesso em: 05 nov. 2005.

¹⁷ Ao estudar as dimensões da população jovem do Brasil, depara-se com um amplo universo, de significativa expressão estatística. Conforme Frigotto: *Embora a elevação da vida média dos brasileiros nos últimos 50 anos tenha sido significativa e, de outra parte, as taxas de natalidade tendam a ser menores, podemos afirmar que o Brasil é um país com um contingente extraordinário de crianças e jovens. Com efeito, de acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1999, aproximadamente 47% da população brasileira tinha até 24 anos de idade.* (2004, p. 184). O Brasil é um país marcadamente infanto-juvenil. Em torno da metade da sua população tem menos de 24 anos de idade.

QUADRO 1 - Dados estatísticos da população do Brasil

Brasil		
	Valores absolutos	Valores relativos %
População total	182.060.108	100
Vivem na zona urbana	151.109.890	83
Vivem na zona rural	30.950.218	17
Mulheres	93.386.375	51,3
Homens	88.673.733	48,7
Residentes de 15 a 19 anos	17.763.002	9,8
Residentes de 20 a 24 anos	17.051.360	9,4
População economicamente ativa	92.860.128	62
Ocupadas	84.596.294	56,5
Desocupadas	8.263.834	8,9

Fonte: PNAD/IBGE 2004

QUADRO 2 - Dados estatísticos da população do Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul		
	Valores absolutos	Valores relativos %
População total	10.748.024	100
Residentes de 15 a 19 anos	933.359	8,7
Residentes de 20 a 24 anos	915.676	8,5
População ocupada	5.726.933	53,28

Fonte: PNAD/IBGE 2004

QUADRO 3 - Dados estatísticos da população de São Leopoldo

São Leopoldo		
	Valores absolutos	Valores relativos %
População total	193.547	100
Vivem na zona urbana	192.895	99,7
Vivem na zona rural	652	0,3
Mulheres	98.863	51
Homens	94.684	49
Pessoas residentes de 10 a 19 ¹⁸ anos	36.607	19
Pessoas residentes de 20 a 29 anos	33.362	17
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – rendimento nominal mensal até 1 salário mínimo	16.662	8,6
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – rendimento nominal mensal de 1 a 2 salários mínimos	26.275	13,6
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – rendimento nominal mensal de 2 a 3 salários mínimos	16.119	8,3
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos	17.497	9
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – rendimento nominal mensal de 5 a 10 salários mínimos	15.583	8
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – rendimento nominal mensal de 10 a 20 salários mínimos	6.242	3,2
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – rendimento nominal mensal de mais de 20 salários mínimos	2.903	1,5
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – sem rendimento	56.673	29,3

Fonte: Censo IBGE 2000

As informações contidas nos quadros 1 e 2 evidenciam diferenças não expressivas entre o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil. O percentual da população na faixa dos 10 aos 29 anos é um pouco menor no RS, assim como o da

¹⁸ A divisão da faixa de idade do Censo de 2000 abrange dos 10 aos 19 anos e dos 20 aos 29 anos de idade, diferentemente do PNAD, que divide dos 15 aos 19 e dos 20 aos 24 anos. Ambas as situações não correspondem exatamente à faixa etária definida como público-alvo da pesquisa, ou seja, dos 16 aos 24 anos. Entretanto, essas informações aproximadas servem como uma referência para a análise.

população ocupada. Contudo, em ambos os casos, as diferenças não são expressivas. Não é possível comparar outros dados estatísticos porque não existe a informação específica; por exemplo, a população economicamente ativa é calculada por grandes regiões e não por estado.

O município de São Leopoldo possui um indicador que o diferencia da média nacional. A média nacional é de 83% das pessoas residirem na zona urbana, e 17% na zona rural. São Leopoldo possui uma população eminentemente urbana, com 99,7% da população residindo na zona urbana e apenas 0,3% residindo na zona rural. Esse aspecto se reflete no tipo de vida e de problemas que os jovens do município enfrentam, como, por exemplo, a violência (OLIVEIRA, 2004).

Segundo dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) da ONU, São Leopoldo apresenta a seguinte evolução no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M¹⁹: de 0,757 em 1991 passou para 0,805 em 2000. A variável que apresentou a mudança mais significativa foi a da educação, passando de 0,858 para 0,945. O município é considerado, segundo o PNUD, em *alto desenvolvimento*. Esse conceito atribuído ao município encontra-se muito próximo do limite mínimo, que é 0,801. A conceituação coloca o município nesse espaço intermediário entre *em desenvolvimento* e *alto desenvolvimento*. O Índice revela melhorias nas condições de vida no município, nos últimos anos.

¹⁹ O IDH-M varia entre 0-1, sendo que quanto mais perto do 0 pior a situação avaliada. A classificação segue a divisão: de 0 a 0,500 – baixo desenvolvimento; de 0,501 até 0,800 – em desenvolvimento; e acima de 0,801 – alto desenvolvimento. O IDH-M avalia três variáveis: a renda, a longevidade e a educação. A página eletrônica do PNUD onde foram coletados os dados é <[http:// www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: 15 dez. 2005.

Essas informações estatísticas explicitam uma visão geral do município. O objetivo, agora, é deter-se sobre os dados estatísticos relativos à população juvenil. A população juvenil do município, apesar de ter diminuído nas últimas décadas em termos relativos (Censos 1980, 1991, 1996, 2000), tem aumentado em números absolutos.

Nessa parcela da população, o desemprego é preocupante, conforme Oliveira:

Destaca-se o fato de que a situação do emprego assalariado na região metropolitana de Porto Alegre é preocupante. Conforme pesquisa realizada pelo SINE e FGTAS (2003), das 227 mil ocupações geradas no período, apenas 19% (43 mil) diziam respeito à renda assalariada. Por outro lado, enquanto em 2002 a taxa de desemprego atingiu 15,3% da população ativa para o trabalho na região, em setembro de 2003 já chega a 18%. Na faixa etária de 10 a 17 anos, 45,4% dos adolescentes estão fora do mercado de trabalho, e entre 18 e 24 anos, temos 24,4% desempregados. As taxas de desemprego são maiores entre os trabalhadores de baixa escolaridade: 18 e 20% com fundamental incompleto e completo, respectivamente, ao passo que entre aqueles que têm ensino médio completo é 13%, diminuindo ainda mais o desemprego quando a escolaridade é de nível superior, onde atinge apenas 5% (OLIVEIRA, 2004, p. 20).

Apesar de não ter conseguido dados estatísticos específicos sobre a questão do emprego no município, os dados do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre são uma referência para São Leopoldo. Inclusive estudos de Oliveira (2004) e Olinto, Costa e Schwengber (2001) revelam a situação de vulnerabilidade juvenil do município, corroborando as informações estatísticas apresentadas: *Tais dados apontam a situação de maior vulnerabilidade para a população juvenil masculina de baixa renda, uma vez que se trata de um segmento que mais sofre*

pressões quanto à sustentação simbólica e material das famílias (OLIVEIRA, 2004, p. 20).

Essas informações estatísticas revelam que a juventude do município, especialmente a de classe popular, enfrenta dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, sendo esse o objeto deste estudo. Reforçando a problemática analisada, vê-se o seguinte:

Estudos apontam que tanto o alto crescimento populacional quanto a elevada taxa de urbanização podem ser consideradas situações de risco social, quando não se fazem acompanhar, como é o possível caso deste município, de políticas públicas que garantam maior equidade no acesso aos direitos básicos de sua população (OLIVEIRA, 2004, p. 19).

Essa afirmação denota a dificuldade enfrentada pelo município para operacionalizar direitos sociais. Ao mesmo tempo em que teve um crescimento populacional expressivo nos últimos anos, não teve o investimento em políticas públicas na mesma intensidade. Uma evidência dessa questão é o fato de que a Coordenadoria da Juventude foi criada em 2004 e a primeira Conferência Municipal da Juventude foi realizada em 2005²⁰. A criação desse órgão não garante a efetivação de direitos sociais, assim como a conferência tampouco a garante, mas ilustra o quanto essa questão, apesar de ser importante, não recebeu a devida prioridade.

²⁰ Essa informação foi obtida junto à Coordenadoria da Juventude Municipal.

Outro fato que revela que não se tem investido suficientemente em políticas públicas no município é a dificuldade de se localizar documentos que abordem a temática *juventude e políticas públicas* em São Leopoldo. Além dos textos citados no estudo, não foi possível, apesar da procura em diversas instituições, localizar outras publicações sobre o assunto. A produção teórica disponível demonstra que houve limitados investimentos em políticas públicas, especificamente em relação ao direito ao trabalho, no município. Esses investimentos significariam a implementação dos direitos sociais dos jovens. Por isso, demonstra-se como necessária a produção teórica que sistematize outras informações sobre essa temática no município.

Obtive algumas informações sobre o PNPE, em São Leopoldo, junto à Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social de São Leopoldo – SACIS. Segundo o responsável da Secretaria, não há registro do funcionamento dos projetos Serviço Social Voluntário e Trabalho Comunitário e Jovem Empreendedor no município.

O Programa Soldado Cidadão é implementado pelas duas unidades do Exército existentes no município, porém sua execução resume-se ao recrutamento anual de um número maior de soldados. Esse tipo de seleção de jovens para o Programa via unidades do Exército é questionável²¹, mas entendo que não deva ser objeto de análise desse estudo. É importante explicitar que minha opção por não investigar jovens recrutados pelo Exército se deve às dificuldades de saber quais

²¹ Questionável no sentido de que uma política pública que efetiva o direito ao trabalho estar sob a responsabilidade de um organismo com uma outra natureza como é o caso do Exército, das Forças Armadas.

seriam os escolhidos e de ter acesso às informações necessárias junto às instituições militares.

A falta de informação sobre o funcionamento dos projetos Serviço Social Comunitário e Jovem Empreendedor e as dificuldades do Programa Soldado Cidadão me levaram a optar por investigar o Programa Primeiro Emprego – PNPE executado pelo Sistema Nacional de Empregos e o Programa Primeiro Emprego – PNPE/Consórcio Social da Juventude. O outro motivo foi porque existiam cinco grupos do CSJ²², em São Leopoldo, favorecendo a viabilidade da proposta da realização de grupos focais e de entrevistas individuais. Por isso, a decisão foi estudar o Programa implementado pelo PNPE/SINE, o qual inscreve jovens para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho, e o Projeto PNPE/CSJ²³, implementado pelas organizações não governamentais Círculo Operário Leopoldense e Programa de Prevenção Meninos e Meninas da Vila Progresso PMMP²⁴.

²² Além do Círculo Operário Leopoldense – COL e do Programa de Prevenção de Meninos e Meninas da Vila Progresso – PMMP, desenvolveram o Projeto CSJ em São Leopoldo as seguintes organizações não governamentais: Cooperativa de Trabalho e Produção do RS (Cootraergs), Movimento Consciência Negra Palmares e Projeto Guadalupe.

²³ No município de São Leopoldo, ele foi coordenado pelo Círculo Operário Leopoldense – COL, em parceria com mais quatro ONGs locais. Os jovens que freqüentaram o PNPE/CSJ são provenientes de vilas do município. No ano de 2005, aproximadamente 200 jovens leopoldenses começaram os cursos do CSJ. Desses, 80% deveriam ter sido indicados pelas organizações que desenvolveram os cursos, e os 20% restantes deveriam ter sido indicações do SINE.

²⁴ Durante a disciplina Processos Educativos nas Políticas Sociais, tivemos a oportunidade de conhecer a organização Programa de Prevenção Meninos e Meninas da Vila Progresso. Nessa visita, conhecemos o trabalho da instituição, percorremos a vila e constatamos *in loco* a precariedade em que vivem os jovens, as crianças e as famílias desse local. Ela está localizada ao lado do centro de São Leopoldo. É necessário apenas atravessar o Rio dos Sinos para passar do centro da cidade para uma das vilas mais pobres do município. A única fonte em que localizei informações sobre a realidade do município de São Leopoldo foi na página eletrônica do IBGE <<http://www.ibge.gov.br/sidra>> Acesso em: 18 dez. 2005. Segundo a referida fonte, a zona de onde provém a maioria dos jovens entrevistados, ou seja, o norte do município, é a que apresenta os indicadores sociais mais desfavoráveis.

Conhecendo características gerais do município e específicas da juventude que vive nele, cabe saber de que juventude, especificamente, está se falando. O próximo item apresenta o jovem que foi entrevistado.

4.2 CONVERSANDO COM OS JOVENS

As entrevistas foram realizadas a partir do tópico guia. O tópico guia são perguntas abertas que serviram como referência durante as entrevistas²⁵. Na formulação das mesmas, preocupei-me que fossem questões que os jovens entendessem, mas, principalmente, que os motivassem a respondê-las, que propiciassem um diálogo com eles. Dessa forma, favorecendo a participação, haveria uma apreensão maior do que eles pensam sobre a questão do emprego e do PNPE. É pertinente ressaltar que a abordagem de jovens requer um trato peculiar²⁶ que, em certa medida, exige um aprendizado pelos adultos. Esse aprendizado se desenvolve à medida que ocorrem outras entrevistas.

Os jovens foram contatados, alguns por telefone, outros diretamente no curso que estavam freqüentando, no caso o PNPE/CSJ. A partir desse contato prévio, consultei-os e verifiquei se existiam a disponibilidade e o interesse de conceder a

²⁵ O tópico guia é o Apêndice A.

²⁶ No projeto de pesquisa desse estudo, foi prevista a realização de grupo focal. Foram programados encontros com grupos de jovens, inclusive foram realizados dois momentos com os jovens do Círculo Operário Leopoldense e a participação em uma atividade com todo o grupo do Programa de Prevenção de Meninos e Meninas da Vila Progresso. Entretanto, não foi possível finalizar e chegar a um resultado com os grupos focais. Concluo que faltou tempo para realizar outras reuniões porque os grupos do PNPE/CSJ estavam no final do Curso de quatro meses. Em segundo lugar, eles estavam participando de atividades como conhecimentos de informática, algo que os atrai muito, e fica difícil convencê-los a participar de um grupo com prejuízo a essa atividade. Em terceiro lugar, precisaria de mais tempo para dominar a técnica de grupo, mas isso não foi possível. Fica o aprendizado de que o grupo focal pode ser um método que produz resultados, mas são necessárias algumas precondições para que ele funcione eficazmente.

entrevista. O cuidado ético em explicar aos entrevistados os objetivos da pesquisa foi devidamente observado; ressaltou-se, igualmente, que seus nomes, suas identidades, seriam mantidas em sigilo. Havendo a concordância, marcávamos um dia, uma hora e um local para a realização da entrevista. No caso dos grupos, geralmente havia minha participação em outras atividades para conhecê-los melhor, e só posteriormente eu os entrevistava. Antes de iniciar as entrevistas, mostrava o gravador e explicava que iria gravá-las para depois transcrevê-las e analisá-las. Falar sobre a gravação foi importante para diminuir a inibição e para deixá-los tão à vontade quanto possível. A média de duração das entrevistas foi de trinta 30 minutos. A receptividade às perguntas foi positiva, sendo que a resposta dependia do quanto o jovem se sentia à vontade e interessado pelo assunto proposto. Algumas perguntas foram respondidas de uma maneira mais intensa do que outras, pois, no momento da realização da entrevista, percebia-se que determinado assunto motivava o entrevistado mais do que outros. Alguns assuntos não empolgavam, tornando a entrevista lacônica, pouco produtiva. Em vista disso, no instante em que se percebia essa dificuldade procurava-se redirecionar a pergunta, mudar o assunto tratado, adequando ou até revisando alguns pontos da mesma.

Após as entrevistas, iniciou-se o processo de transcrição²⁷ das mesmas. A fala dos jovens foi copiada na íntegra. As palavras utilizadas por eles e a forma de construção das frases foram mantidas. Todo esse material foi digitado com o auxílio de um programa de edição de texto. O passo seguinte foi agrupar por tema as respostas dos entrevistados.

²⁷ As fitas foram devidamente codificadas e guardadas. A transcrição das entrevistas está adequadamente documentada, sendo que o cuidado com a questão ética, de preservar o sigilo dos sujeitos entrevistados, foi totalmente observado. Não são identificados os nomes dos jovens entrevistados, apenas são registradas suas iniciais.

4.3 APRESENTANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA

Foram adotados critérios para a seleção dos jovens entrevistados. O critério etário estabelecido para a seleção dos entrevistados foi o do PNPE, ou seja, de 16 a 24 anos de idade. Foram entrevistados 15 jovens do município. Chegou-se a esse número por dois motivos: 1. porque, conforme projeto de pesquisa aprovado, esse seria um número razoável para a realização da pesquisa qualitativa; 2. porque dos jovens contatados do PNPE, tanto no CSJ/COL quanto no CSJ/PMMP e no SINE, os que se dispuseram a conceder entrevista foram em número de 15.

Foram entrevistados dois tipos de jovens que se inscreveram no PNPE:

a) os que participaram do PNPE/Consórcio Social da Juventude, com as seguintes características:

- os que participaram do CSJ coordenado pelo Círculo Operário Leopoldense – COL – e do Programa de Prevenção de Meninos e Meninas da Vila Progresso – PMMP²⁸;
- dos que participaram do PNPE/ CSJ os que foram chamados para algum emprego e os que não foram chamados;
- entre esses, do COL e PMMP, participaram da pesquisa os que aderiram espontaneamente ao convite para tal.

²⁸ Dos 30 jovens que iniciaram no CSJ do PMMP da Vila Progresso, 26 concluíram o Curso, e dos 27 que começaram no COL, 20 concluíram. Essas informações foram fornecidas pelos responsáveis das duas organizações.

b) os que se inscreveram no PNPE via SINE²⁹:

- os jovens inscritos no PNPE/ SINE foram contatados aleatoriamente, com base em uma lista fornecida pelo próprio SINE.

Os jovens entrevistados apresentam as características descritas nos quadros 4 e 5, que seguem:

²⁹ A maioria dos jovens que se inscreveram no PNPE não conseguiram emprego. Em São Leopoldo, 123 foram os inscritos, segundo informações do SINE de São Leopoldo, em março de 2005. Segundo a mesma fonte de informações, o SINE de São Leopoldo não dispõe de dados sobre o número de jovens que foram encaminhados para trabalhos em empresas de São Leopoldo. Isso representou um limite na coleta de informações sobre os jovens inscritos no PNPE/SINE Municipal. A informação acessada na página eletrônica do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal (<<http://www.mte.gov.br>> Acesso em: 8 set. 2005) é de que quatro jovens conseguiram emprego no município através do PNPE. No ano de 2005, um total de 200 jovens iniciaram o processo de qualificação através do Projeto Consórcio Social da Juventude, em São Leopoldo, segundo os responsáveis pelo PNPE/CSJ no COL. A meta é encaminhar de 30 a 40% desses jovens para algum emprego. Estão participando um número maior de jovens do que os inscritos no SINE, porque os grupos juvenis dessas organizações que estão operacionalizando o PNPE/CSJ foram integrados ao mesmo. As organizações tiveram uma indicação de até 20% dos jovens pelo SINE para participarem do PNPE/CSJ; os demais são vinculados às próprias instituições organizadoras.

QUADRO 4 - Perfil das jovens entrevistadas

PERFIL DAS JOVENS ENTREVISTADAS								
MULHERES	Número	1	2	3	4	5	6	7
	Identificação	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
	Idade	17	19	17	17	20	20	18
	Filhos	1 ano e 3 meses (menino)	1 ano e 7 meses (menina)	8 meses (menino)	Não	Não	1 ano (menina)	Não
	Escolaridade	1º ano ensino médio	6ª e 7ª série ensino fundamental	6ª série ensino fundamental	8ª série ensino fundamental	Concluiu o ensino médio	3º ano ensino médio	Concluiu o ensino médio
	Experiência de trabalho	Estágio (7 meses)	Trabalho informal (1 mês)	Trabalho informal	Nunca trabalhou	Trabalho informal	Trabalho informal	Trabalho formal (3 meses)
	Como conseguiu trabalho?	Mãe conseguiu	Não pelo PNPE	Não pelo PNPE	Não trabalha	Não pelo PNPE	Não pelo PNPE	Não pelo PNPE
	Vínculo	PNPE/ CSJ/ COL	PNPE/ CSJ/ COL	PNPE/ CSJ/ PMMP	PNPE/ CSJ/ PMMP	PNPE/ SINE	PNPE/ SINE	PNPE/ SINE
	Responsáveis	Pai e mãe	Pai e mãe	Mãe	Mãe	Pai e mãe	Mãe	Mãe
	Onde reside	Bairro Vicentina	Vila Esperança	Rio dos Sinos	Rio dos Sinos	Centro	Bairro Vicentina	Rio dos Sinos

QUADRO 5 - Perfil dos jovens entrevistados

PERFIL DOS JOVENS ENTREVISTADOS									
HOMENS	Número	8	9	10	11	12	13	14	15
	Identificação	J8	J9	J10	J11	J12	J13	J14	J15
	Idade	18	16	19	18	21	17	18	20
	Filhos	Não	Não	Vai ter	Não	Não	Não	Não	Não
	Escolaridade	1º ano ensino médio	7ª série ensino fundamental	1º ano ensino médio	3º ano ensino médio	7ª e 8ª série ensino fundamental	1º ano ensino médio	6ª série ensino fundamental	Concluiu o ensino médio
	Experiência de trabalho	Estágio (3 meses)	Trabalho informal (2 anos)	Trabalho formal (meses)	Trabalho informal	Trabalho formal (vai trabalhar pela primeira vez)	Trabalho informal	Trabalho formal (um mês)	Trabalho formal (1 ano)
	Como conseguiu trabalho?	Não pelo PNPE	Não pelo PNPE	Pelo PNPE/CSJ	Não pelo PNPE	Pelo PNPE/CSJ	Não pelo PNPE	Pelo PNPE/CSJ	Não pelo PNPE
	Vínculo	PNPE/CSJ/COL	PNPE/CSJ/COL	PNPE/CSJ/PMMP	PNPE/CSJ/PMMP	PNPE/CSJ/PMMP	PNPE/CSJ/PMMP	PNPE/CSJ/PMMP	PNPE/SINE
	Responsáveis	Pai e mãe	Mãe	Mora com a tia	Mãe (pai falecido)	Pai e mãe	Pai e mãe	Pai e mãe	Mãe
Onde reside	Vila Campina	Rio dos Sinos	Vila Progresso	Vila Brás	Vila Brás	Vila Campina	Rio dos Sinos	Rio Branco	

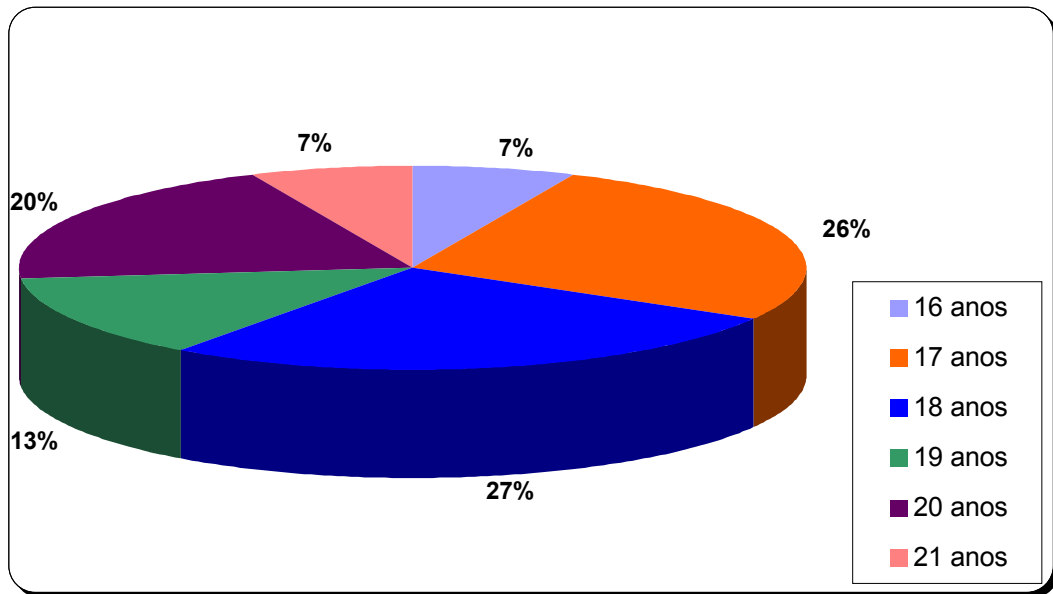
Observações:

- O item experiência de trabalho corresponde à iniciação ao trabalho que o jovem já vivenciou;
- O item responsáveis refere-se a quem convive com o jovem e é seu provedor;
- O item vínculo significa a instituição à qual o jovem entrevistado é ligado;
- As siglas da origem significam: PNPE/CSJ/COL – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, Consórcio Social da Juventude; Círculo Operário Leopoldense; PNPE/CSJ/PMMP – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, Consórcio Social da Juventude, Programa de Prevenção Meninos e Meninas da Vila Progresso; PNPE/SINE – Sistema Nacional de Empregos.

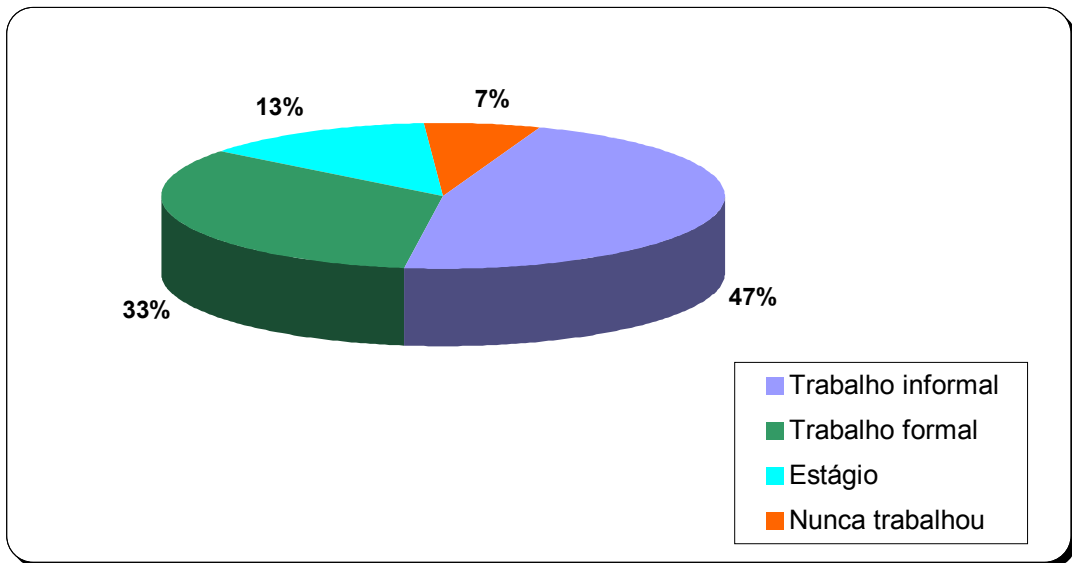
As informações foram sistematizadas com base nas respostas dos próprios jovens. Os itens que ressaltam são os seguintes:

- a) há um equilíbrio entre a participação de jovens homens (53)%³⁰ e jovens mulheres (47%). Mesmo que não houvesse essa intencionalidade, mostrou-se equilibrada a participação de jovens mulheres e homens. Esse equilíbrio garante a participação dos dois gêneros na pesquisa;
- b) a maioria dos jovens, ou seja, 86%, afirmaram que já tiveram experiência de trabalho, sendo que um nunca trabalhou e um estava iniciando o seu primeiro emprego. O número de jovens que foram encaminhados através do PNPE corresponde a 20%;
- c) os demais itens do quadro serão analisados após a apresentação em gráficos específicos.

³⁰ Cada entrevistado, quando considerado individualmente, significou um valor percentual de 7%, mas esse percentual variou quando ele foi considerado em um grupo; isso ocorreu porque a divisão realizada pela planilha eletrônica executa automaticamente os arredondamentos.

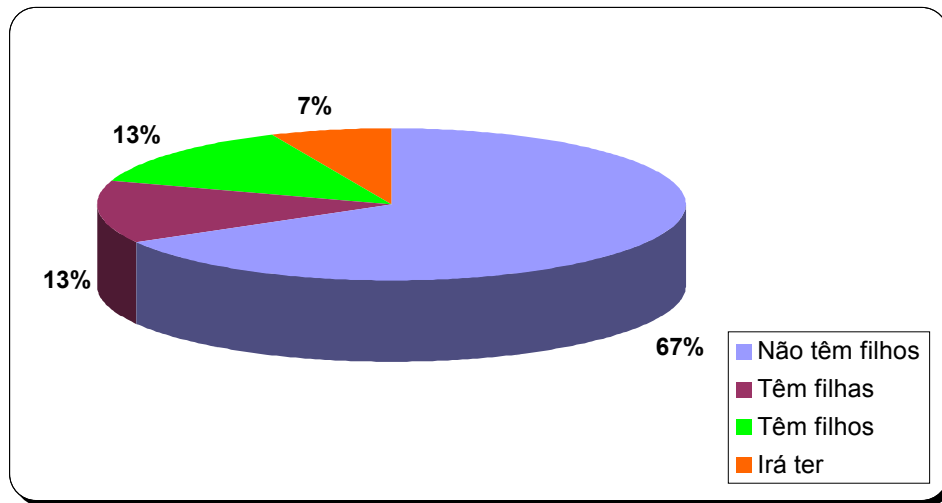
GRÁFICO 1 - Distribuição dos jovens segundo a idade

A média de idade dos jovens homens, assim como a das mulheres, é de 18 anos. As idades com maior número de entrevistados são as de 17 e 18 anos, totalizando as duas 53%. As idades extremas, 16 e 21, têm os menores percentuais, totalizando as duas 14%. Os de 20 anos têm uma participação intermediária com 20%. Os com 19 anos têm uma participação de 13%. O grupo é composto por jovens de idades variadas.

GRÁFICO 2 - Distribuição dos jovens conforme a situação diante do trabalho

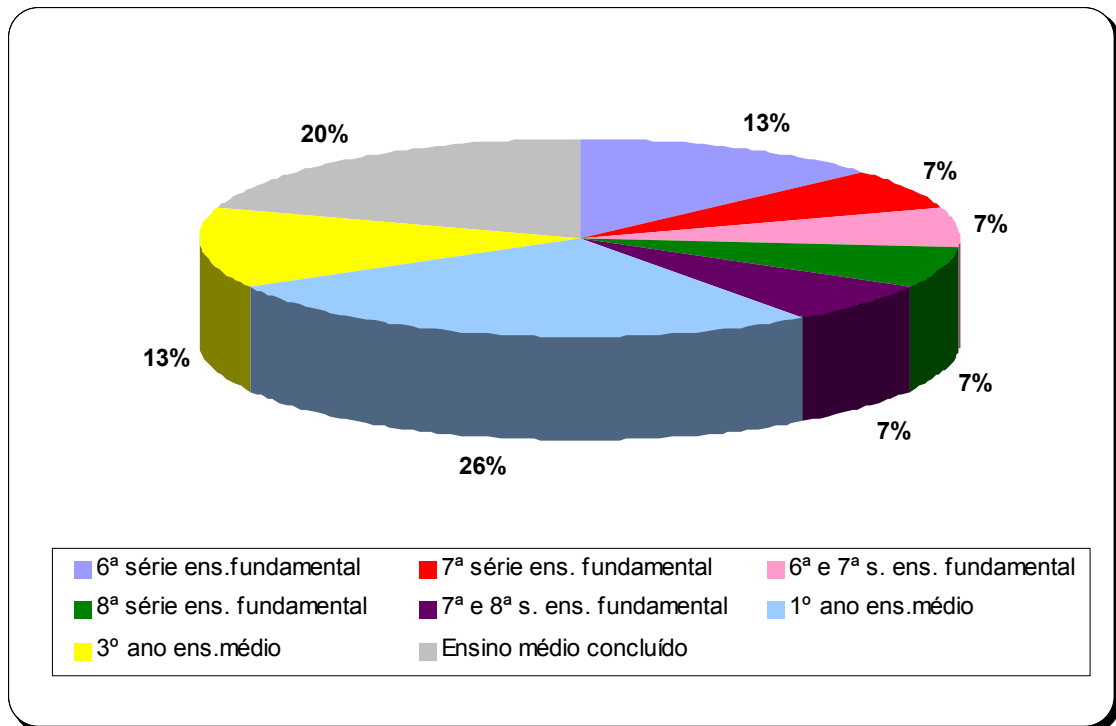
Trabalho informal, sem carteira assinada, representa a realidade de 47% dos jovens. Já os que estão trabalhando formalmente, com carteira assinada, representam 33% do total. Há ainda duas outras situações, a dos jovens que estão estagiando, ou seja, 13%, e a do que nunca trabalhou, que representa 7%. Apesar de ser considerado em um item específico, o estágio também é um tipo de trabalho formal. Porém, o estágio não garante os direitos trabalhistas da mesma forma como a carteira assinada, que proporciona vínculo empregatício, com direitos previdenciários e trabalhistas assegurados.

Mesmo tratando-se de jovens que já trabalham, isso não os impede de participar do PNPE, porque a maioria trabalha na economia informal ou está iniciando sua experiência profissional com carteira assinada. E porque há casos em que, mesmo trabalhando, na informalidade ou formalidade, o jovem continua com o nome inscrito no SINE.

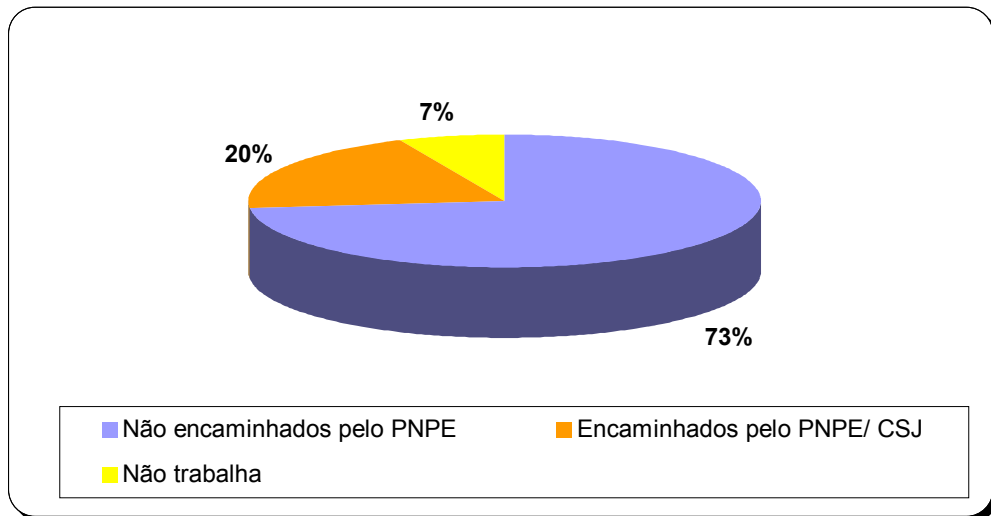
GRÁFICO 3 - Distribuição dos jovens segundo o número de filhos

O percentual de jovens mães (quatro) é de 26%, e há um jovem pai (7%). A maioria (67%) não tem filho. Um percentual considerável (33%) já tem filho, ou seja, sua própria família.

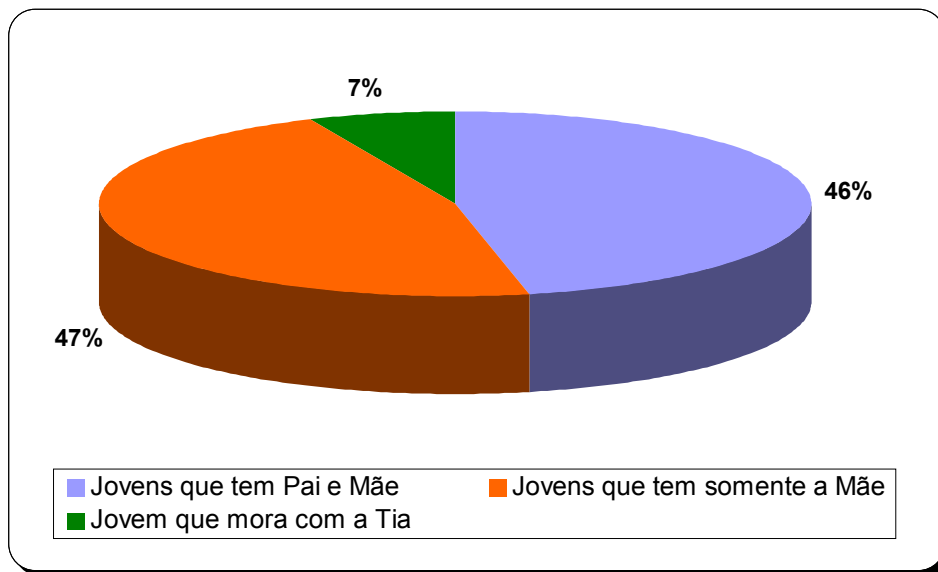
GRÁFICO 4 - Distribuição dos jovens por série escolar



Somando os que estão cursando o ensino fundamental, chega-se a um total de 41%. Os que estão cursando o ensino médio, a maioria no primeiro ano, correspondem a 59%, e os que concluíram o ensino médio totalizam 20%. Entre os que estão no ensino fundamental, 21% trabalham na informalidade, 13% na formalidade e 7% não trabalham; dos que estão no ensino médio, 26% trabalham na informalidade, 20% trabalham na formalidade, e 13% fazem estágio.

GRÁFICO 5 - Distribuição dos jovens conforme a situação de trabalho

Três jovens, ou seja 20%, foram encaminhados pelo PNPE/CSJ para iniciarem em um emprego. Os 11 jovens que participaram do PNPE/CSJ enviaram currículos para órgãos privados e públicos e realizaram entrevistas, concorrendo a uma vaga. Entre os quatro jovens inscritos no PNPE/SINE, três trabalham na economia formal, e um na informal, mas nenhum deles conseguiu emprego através do PNPE.

GRÁFICO 6 - Responsáveis pelos jovens

A maioria (54%) mora apenas com um responsável, sendo que 47% moram com a mãe, e 7%, um jovem, mora com a tia. E 46% moram com o pai e a mãe.

4.3.1 Analisando as entrevistas

A utilização da técnica denominada *Análise de Conteúdo* – AC orientou o processo de análise dos dados coletados, das informações presentes no conteúdo das entrevistas. Esse tipo de análise requer uma sistemática e um rigor técnico e científico que garantam que o resultado alcançado seja de fato confiável. Por isso, optou-se pelo procedimento definido como *categorização*, que é uma etapa da análise de conteúdo. Para conceituar esse tipo de procedimento, recorre-se a Bardin (1995, p. 117): *A ventilação das componentes das mensagens analisadas em rubricas e categorias, não é uma etapa obrigatória de toda e qualquer análise de conteúdo. A maioria dos procedimentos de análise organiza-se, no entanto, em redor de um processo de categorização.*

A categorização garante a escolha, a classificação seletiva dos principais significados do conteúdo presente no produto das entrevistas. A seqüência de uma série de procedimentos viabiliza o conhecimento do material produzido pelos sujeitos da pesquisa. Para retirar significado desse material, é necessário realizar uma série de ações lógicas e encadeadas, fazendo com que a essência do que foi informado seja captada. Para Bardin (1995, p. 118), é necessário seguir algumas etapas para realizar a categorização: *A categorização é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas: a) O inventário: isolar os elementos; b) a classificação: repartir os elementos, e portanto procurar ou impor uma certa organização às mensagens.*

Em um primeiro momento, separaram-se os elementos dentro daquilo que foi apresentado no *corpus* das entrevistas. E, em um segundo momento, realizou-se a classificação, separando as mensagens conforme alguns parâmetros definidos na problematização e objeto de pesquisa, previamente estabelecidas. Para especificar melhor esse processo de classificação, seguiu-se aquilo que Bardin (1995, p. 120) qualifica de *um conjunto de categorias boas e más. Existem boas e más categorias. Um conjunto de categorias boas deve possuir as seguintes qualidades: a) A exclusão mútua; b) A homogeneidade; c) A pertinência; d) A objectividade e a fidelidade; e) A produtividade*³¹.

Em síntese, a preocupação desse processo meticuloso de análise de conteúdo é garantir que haja coerência, que haja um princípio único de classificação, que a categoria pertença ao quadro teórico definido. As diferentes partes de um mesmo material devem ser categorizadas da mesma maneira, as categorias devem fornecer resultados quanto às questões ou hipóteses da pesquisa. Esses são princípios que nortearam a formulação de uma sistemática de categorização e classificação das mensagens da pesquisa analisada e interpretada nesse estudo. No próximo item, far-se-á a explicitação de cada momento definido, detalhando, assim, como foi operacionalizada a categorização³².

³¹ Levando-se em consideração que a descrição feita por Bardin (1995) para cada uma dessas qualidades das categorias é muito extensa, fez-se apenas a citação dos conceitos gerais estabelecidos pela autora.

³² A sistematização seguiu um processo no qual a definição dos quadros, da categorização, da classificação, objetivou extrair a essência do que foi exprimido pelos sujeitos da pesquisa, respeitando, ao mesmo tempo, os princípios da análise de conteúdo, conforme Bardin (1995).

4.3.2 Categorizando

A análise de conteúdo das entrevistas seguiu o seguinte procedimento:

- a) transcrição das respostas individuais, conforme o tópico guia das questões que orientaram as entrevistas;
- b) agrupamento das respostas dos sujeitos da pesquisa de acordo com as perguntas feitas;
- c) codificação das idéias apresentadas pelos entrevistados. Identificaram-se as frases predominantes e relevantes com uma letra entre parênteses. Convencionaram-se como predominantes aquelas frases semelhantes que foram mais vezes citadas. E como relevantes aquelas que se salientavam no contexto das respostas dos jovens, mesmo que tenham sido citadas uma vez. Esses dois critérios definiram a escolha das frases predominantes e relevantes dessa etapa da análise de conteúdo. As frases com sentido semelhante foram identificadas com a mesma letra.
- d) seleção das frases predominantes e relevantes, identificadas com a mesma letra; foi escolhida uma que expressasse, segundo meu entendimento, o grupo de frases;
- e) segue um exemplo ilustrativo desse procedimento:

Pergunta: Qual tua avaliação sobre o Programa Primeiro Emprego, Projeto Consórcio Social da Juventude/ SINE?

Resposta: Ajudou. Até porque hoje em dia eles pedem para a gente ter noção de informática, e agora tudo é por computador (**G**). O CSJ foi bom para eu ver, de sair daquela vida e ser alguém um pouco melhor (**A**). Eles ensinaram fazer o próprio currículo. Fomos três que mandamos currículo e escolheram eu e o outro do COL para trabalhar nessa área. Fomos entrevistados (J5).

- f) estabelecimento de uma classificação com base nas frases predominantes e nas que tiveram relevância no contexto geral da resposta, registrada em quadros. Cada tema analisado foi registrado em um quadro específico, idêntico ao que será ilustrado nos quadros 6 e 7;

- g) levou-se em consideração o número de vezes que cada idéia foi explicitada registrando entre parênteses, após a reprodução da parte selecionada;

QUADRO 6 - Sistematização das frases predominantes e relevantes das entrevistas

QUAL TUA AVALIAÇÃO SOBRE O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO, PROJETO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE/ SINE? ³³			
CLASSIFICAÇÃO			
A	Cansaram da gente, veio o Júnior, fazia vídeos, programas, tinha que se apresentar na frente de todos, eu não tinha vergonha; O CSJ foi bom para eu ver, de sair daquela vida e ser alguém um pouco melhor (10).	E	Onde se falou da Conferência que falava de direitos e deveres do adolescente; mas nunca tinha chegado ainda profundo sobre o ECA (5).
B	Deveria ter mais tempo para curso de quatro meses. A gente aprende bem mais coisas em bem mais tempo.	F	Como resolver problemas sem ter briga, resolver na conversa.
C	Por um lado eu acho bom, mas acho que tem muita confusão. Confusões de pagamentos atrasados, daí eles falaram para gente que ia ter entrevistas, mas não deu nada (5).	G	Ajudou. Até porque hoje em dia eles pedem para a gente ter noção de informática e agora tudo é por computador (8).
D	A gente aprendeu que não é só a falta de emprego, é um pouco também, mas é a falta de formação (3).		

³³ Esse tópico temático está especificado nesse quadro para fins de entendimento da leitura. No quadro confeccionado na sistematização os tópicos foram inseridos somente conforme está demonstrado no quadro 7.

- h) na seqüência da categorização, as perguntas foram denominadas de tópico temático, conforme ilustrado no quadro 7;
- i) classificação das frases predominantes e relevantes como frases significativas. As frases significativas obedeceram aos mesmos critérios adotados nas predominantes e relevantes;
- j) classificação das frases significativas nas colunas intituladas necessidades subjetivas, necessidades intermediárias e necessidades objetivas. Esses três conceitos foram definidos a partir do principal, que é o conceito de necessidades. As respostas às perguntas indicaram que esse tipo de divisão poderia ser adequado, apesar de a linha que separa as necessidades subjetivas e objetivas ser tênue. Para efeito desse estudo, faz-se essa separação, com o entendimento de que, apesar da diferenciação, as três necessidades fazem parte do mesmo conceito, segundo Heller (1996). As necessidades intermediárias aparecem como o ponto de comunicação entre as necessidades subjetivas e necessidades objetivas. A primeira como uma idéia de longo prazo que depende das aspirações, dos sonhos, do desejo do jovem; a segunda com uma perspectiva de curto prazo, na dimensão do imediato, da necessidade material, muitas vezes daquilo que se impõe pela necessidade urgente. A necessidade intermediária é aquela posição que oscila entre esses dois pólos. Essa oscilação localiza-se entre uma variedade de opções que poderia ser comparada a um gradiente diversificado de possibilidades entre as necessidades subjetivas e as necessidades objetivas;

- k) a necessidade objetiva – aquela que independe da livre escolha e se impõe à realidade de ação e pensamentos dos indivíduos. A necessidade subjetiva – a que decorre das preferências, das escolhas subjetivas, dos valores individuais;
- l) a diferenciação entre as necessidades significou um meio para refletir sobre os jovens, para entender como pensam, por que agem de determinada forma, para compreender suas cosmovisões, suas motivações, suas preocupações, enfim, suas percepções a partir da vida e a respeito dela. Objetiva-se apreender seu conhecimento, compreender e sistematizar suas idéias, respeitando tanto quanto possível sua originalidade. Agindo dessa forma, estou respeitando o conceito de necessidades de Heller (1996), quando ela diz que todas as necessidades são dignas de respeito, porque todas as pessoas devem ser respeitadas. A subdivisão das necessidades visa unicamente a que apreendamos de forma sistemática formulações das mesmas, respeitando o sentido das manifestações;
- m) em alguns tópicos temáticos apareceram mais do que 15 respostas na soma total. Essa situação aconteceu porque a resposta do entrevistado significou duas ou mais idéias relacionadas ao mesmo tópico;
- n) a título de exemplificação segue parte de um desses quadros:

QUADRO 7 - Sistematização das frases significativas das entrevistas

TÓPICO TEMÁTICO			
QUAL TUA AVALIAÇÃO SOBRE O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO, PROJETO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE/ SINE?			
FRASES SIGNIFICATIVAS			
Necessidades subjetivas	Necessidades intermediárias	Necessidades objetivas	
Cansaram da gente, veio o Júnior, fazia vídeos, programas, tinha que se apresentar na frente de todos, eu não tinha vergonha. O CSJ foi bom para eu ver, de sair daquela vida e ser alguém um pouco melhor. Até queria participar mais, foi pouco tempo, mas foi muito bom para ir para um trabalho (10).	Por um lado eu acho bom, mas acho que tem muita confusão. Confusões de pagamentos atrasados, daí eles falaram para gente que ia ter entrevistas, mas não deu nada (5).	Ajudou. Até porque hoje em dia eles pedem para a gente ter noção de informática, e agora tudo é por computador (8).	
Como resolver problemas sem ter briga, resolver na conversa.	Onde se falou da Conferência que falava de direitos e deveres do adolescente; mas nunca tinha chegado ainda profundo sobre o ECA (5).	Deveria ter mais tempo para curso de quatro meses. A gente aprende bem mais coisas em bem mais tempo.	
	A gente aprendeu que não é só a falta de emprego, é um pouco também, mas é a falta de formação (3).		

- o) repetição desse procedimento, elencado nos itens precedentes, para todos os tópicos temáticos das entrevistas.

Para a definição das categorias que servirão de base para a interpretação posterior, apresenta-se o processo de categorização que foi desenvolvido em dois quadros, até a definição do quadro 9, que se tornou referência para a interpretação:

- a) o quadro das necessidades foi transferido para um outro quadro que manteve a mesma estrutura. Nessa etapa, as frases significativas foram intituladas categorias principais. Elas foram sombreadas com cores diferenciadas para definir as categorias principais;
- b) como o número de frases significativas é superior ao possível de ser analisado realizei uma seleção de três a quatro categorias principais por tópico temático. O critério adotado foi a opção pelas categorias predominantes, ou seja, as citadas um maior número de vezes pelos entrevistados;
- c) após a seleção das frases significativas, detive-me na seleção das categorias principais para cada item. As categorias principais consideram o essencial em cada frase, ou seja, os substantivos, os verbos, os adjetivos. Em cada coluna das necessidades, usei uma cor diferenciada para realizar esse processo de seleção das categorias;
- d) as categorias principais selecionadas, a partir das entrevistas dos jovens, servem como base para a interpretação desse estudo;

- e) segue uma ilustração dos quadros com o procedimento dessa etapa da categorização:

QUADRO 8 - Síntese das categorias principais definidas a partir das frases significativas

CATEGORIAS PRINCIPAIS		
Necessidades subjetivas	Necessidades intermediárias	Necessidades objetivas
7) Qual tua avaliação sobre o Programa Primeiro Emprego, Projeto Consórcio Social da Juventude/ SINE?		
Cansaram da gente, veio o Júnior, fazia vídeos, programas, tinha que se apresentar na frente de todos , eu não tinha vergonha. O CSJ foi bom para eu ver, de sair daquela vida e ser alguém um pouco melhor . Até queria participar mais, foi pouco tempo, mas foi muito bom para ir para um trabalho	Por um lado eu acho bom , mas acho que tem muita confusão . Confusões de pagamentos atrasados , daí eles falaram para gente que ia ter entrevistas, mas não deu nada	Ajudou. Até porque hoje em dia eles pedem para a gente ter noção de informática, e agora tudo é por computador
Como resolver problemas sem ter briga, resolver na conversa	Onde se falou da Conferência que falava de direitos e deveres do adolescente; mas nunca tinha chegado ainda profundo sobre o ECA	Deveria ter mais tempo para curso de quatro meses. A gente aprende bem mais coisas em bem mais tempo
	A gente aprendeu que não é só a falta de emprego, é um pouco também, mas é a falta de formação	

No quadro 8 são sombreadas em cada coluna as categorias selecionadas como principais³⁴.

³⁴ O quadro com o procedimento de categorização realizado encontra-se no Apêndice B.

No próximo quadro, retiram-se as categorias principais para desenvolver as respectivas reflexões. Cada item ou cada categoria é abordada considerando sua relação com os conceitos de necessidades subjetivas, necessidades intermediárias e necessidades objetivas. O próprio texto faz a devida relação da categoria sintetizada com as questões da pesquisa, com a problemática da pesquisa e também com o referencial teórico.

O quadro 9, o próximo a ser apresentado, contém as categorias principais que serão interpretadas no capítulo a seguir.

QUADRO 9 – Categoria que serviram de base da interpretação

CATEGORIAS PRINCIPAIS		
Necessidades subjetivas	Necessidades intermediárias	Necessidades objetivas
1) QUAIS SÃO OS TEUS SONHOS PARA O FUTURO?		
Ter uma família, casar, ter filhos, dar o melhor para ele (filho); Poder cuidar bem da minha mãe e dos meus irmãos	Estudo: faculdade, especialização	Comprar minha casa
2) QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA TI?		
Quero fazer uma viagem. Ser bem realizado na sociedade	Aprendi um montão de coisa assim, mas não foi aquela experiência profissional	Primeiramente, financeiramente, o que me ajuda muito
3) TRABALHAS PORQUE GOSTAS OU PORQUE É NECESSÁRIO?		
Porque gosto, pois se gosta sempre vai fazer um bom trabalho	Os dois, a necessidade mais para o futuro e porque eu gosto	É mais necessário que legal
4) QUAL O TIPO DE TRABALHO QUE ACHAS MELHOR?		
A gente que faz o serviço melhor, com força de vontade, querendo aprender	Não sei ainda em que área seguir	Eu não escolheria, qualquer um que viesse eu ia trabalhar
5) QUAL A VALIDADE DO ESTUDO EM RELAÇÃO AO TRABALHO?		
Estudo é uma das coisas mais importantes da vida	Esse ano eu não estou dando valor	Não estuda, não consegue serviço
6) QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA TUA FAMÍLIA E PARA TI?		
Ela me cobra para a gente ser alguém na vida	Terminar de estudar para trabalhar e não parar de estudar para trabalhar	Trabalho honesto, sustentar a família
7) QUAL TUA AVALIAÇÃO SOBRE O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO, PROJETO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE/ SINE?		
Tinha que se apresentar na frente de todos; o CSJ foi bom para eu ver, de sair daquela vida e ser alguém um pouco melhor	Por um lado eu acho bom, mas tem muita confusão, pagamentos atrasados, ia ter entrevistas, mas não deu nada	Pedem para a gente ter noção de informática, e agora tudo é por computador
8) O QUE MAIS TE PREOCUPA EM RELAÇÃO AO TRABALHO?		
Tem que fazer com vontade, porque não adianta não gostar	Boa apresentação, ser educada e gentil	Sinto-me preparada. Tenho que enfrentar
9) SENTES-TE PREPARADO PARA COMEÇAR A TRABALHAR?		
Sou responsável, tenho na cabeça o que eu quero	preparado mesmo ninguém nunca está, antes de chegar a fazer o trabalho	Já era para estar trabalhando, vou ter que pegar experiência
10) NA TUA OPINIÃO, O QUE É MELHOR: SER EMPREGADO OU DONO DO PRÓPRIO NEGÓCIO?		
Ser dono de um negócio é o sonho de cada um	Não pensei ainda sobre isso	A gente obedece o patrão, senão a gente é chefe e vão achar que a gente tá pisando em cima
11) TRES COISAS BOAS QUE IMAGINAS QUE OCORRAM NO TRABALHO? TRÊS COISAS RUINS QUE IMAGINAS QUE OCORRAM NO TRABALHO?		
Coisas boas: bom relacionamento no ambiente de trabalho, respeito, reconhecimento ao serviço, amizade dos colegas, confiança,	Coisas boas: educação, aprendizado	Coisas boas: dinheiro, salário, boa remuneração
Coisas ruins: colegas chatos, maus colegas, chefes ruins, muito exigentes, muitos fofoqueiros, inveja, abandonar o serviço, intolerância,		Coisas ruins: acordar cedo em dia de chuva, salário pouco

Continua

CATEGORIAS PRINCIPAIS		
Necessidades subjetivas	Necessidades intermediárias	Necessidades objetivas
12) ENTRE ESSAS PALAVRAS, QUAL A TUA ORDEM DE PRIORIDADES: FAMÍLIA, TRABALHO, EDUCAÇÃO, LAZER, RELIGIÃO, ESPORTE?		
Família		
13) DE UMA ESCALA DE 0 A 10, QUAL A NOTA COM QUE CONCEITUAS O TRABALHO?		
Média 7,8.		

Essas últimas duas questões do quadro 9 apresentam o resultado de duas perguntas objetivas que foram feitas aos entrevistados; a primeira apresentava as opções para eles priorizarem entre as categorias família, estudo, trabalho, lazer, esporte, religião; e a segunda solicitava que dessem uma nota para o trabalho de 0 a 10. Essas indagações objetivaram obter uma resposta objetiva para comparar com os demais tópicos da pesquisa.

5 COMPREENDENDO COMO PENSAM OS JOVENS

Após a realização da análise de conteúdo, partindo daquilo que foi expresso pelos sujeitos da pesquisa, faz-se necessário revisitar tais apreensões, reconsiderando-as. A análise descrita serve como elemento central da interpretação dos dados diante:

- a) das questões da pesquisa;
- b) do que diz a literatura.

Cada um desses aspectos é considerado no decorrer da reflexão sobre as manifestações, as idéias sistematizadas dos jovens.

Outro fator que gostaria de ressaltar é a minha experiência de atuação na área social. A experiência adquirida nesse trabalho junto a organizações não governamentais e governamentais serve como uma referência importante para o desenvolvimento da temática. O conhecimento resultante dessa prática implica apreensões que são aproveitadas nesse momento da interpretação das informações analisadas a partir das entrevistas dos jovens.

O formato adotado para a interpretação do material produzido na pesquisa é a abordagem das categorias do quadro 9; ou seja, pretende-se refletir sobre os itens para favorecer um entendimento, por parte do leitor, do que se apreendeu nesse processo de investigação. As categorias principais são ressaltadas tornando-se, uma espécie de subtítulo para a reflexão. Essas categorias são trechos das falas dos jovens nos quais foi preservada, na maioria dos casos, a forma de expressão do entrevistado.

O bloco temático principal é trabalho, mas os blocos família e estudo, apesar de terem sido tratados nas questões formuladas aos entrevistados, se impuseram pela importância que lhes foi atribuída pelos jovens. Estabelece-se uma lógica de análise seguindo as categorias principais, não de maneira linear; ou seja, são abordadas, uma após a outra, conforme o quadro 9, de maneira que haja uma continuidade e uma interligação entre as categorias. Os itens estarão subdivididos nos seguintes blocos temáticos:

5.1. Categorias do bloco temático trabalho;

5.2. Categorias do bloco temático família;

5.3. Categorias do bloco temático educação.

5.1 CATEGORIAS DO BLOCO TEMÁTICO TRABALHO

*É mais necessário que legal (J1)*³⁵

Há uma pequena diferença de opiniões, entre os entrevistados, sendo que trabalhar por necessidade recebe uma ênfase maior do que trabalhar por gostar, isso porque reflete a questão da sobrevivência desses jovens e de seus familiares. O direito ao trabalho reforça a idéia de uma necessidade básica, salientada aqui pela expressão dos sujeitos de pesquisa. Apesar de ser tênue a diferença, percebe-se uma leve predominância do trabalho como necessidade.

O trabalho é, em primeiro lugar, uma necessidade objetiva. Para Marx (1980), o trabalho é a forma da expropriação da *mais-valia* do que vende sua *força de trabalho* pelo proprietário do *meio de produção*. Para o mesmo autor, o trabalho é o que gera valor através da transformação da natureza pelo homem. Esses conceitos econômicos complexificam a análise das relações no mundo do trabalho e suas conseqüências.

A necessidade denominada trabalho é vista a partir da ótica do fazer porque é fundamental para a vida. Porém, há uma ambigüidade presente no ato de trabalhar: por um lado, trabalha-se porque é preciso e, por outro lado, trabalha-se mesmo que isso represente ganhar um salário insuficiente. Portanto, não há como deixar de considerar essa situação social na qual o trabalho é um elemento relevante e

³⁵ Para identificar apenas a localização da resposta do jovem convencionou-se usar a letra J seguida do número do entrevistado, preservando, dessa forma, seu anonimato.

necessário para o jovem de classe popular, considerando a realidade na qual uns têm mais poder material e político do que outros.

Levando-se em conta que o trabalho é essencial para a sobrevivência das pessoas, ele não deixará de carregar consigo essa ambigüidade, expressa na fala do entrevistado: *é algo mais necessário do que legal*. A necessidade objetiva impõe-se pela obrigatoriedade de garantir renda para o jovem viver³⁶.

Porque gosto, pois se gosta sempre vai fazer um bom trabalho (J11)

Como se constatou, a necessidade objetiva de trabalhar predomina, mas há a manifestação dos sujeitos entrevistados no sentido de que se trabalha por gostar de fazê-lo. Com isso, percebe-se uma visão que entende o trabalho como necessário à sobrevivência, mas que vai além disso e vê a necessidade de um trabalho no seu sentido subjetivo, em que se trabalhe por prazer, por gosto. *Eu gosto de trabalhar, necessidade também de trabalhar, mas gosto de estar no meio das pessoas, principalmente com público (J9)*.

A sociedade almeja mais do que a satisfação material, segundo Heller e Fehér (2002), ou seja, também a satisfação imaterial. Não há apenas uma motivação econômica na realização do trabalho, e os jovens trabalham, em primeiro lugar, por terem ciência da necessidade objetiva de sobreviver, mas o fazem por mais do que

³⁶ Conforme o gráfico 2, apresentado no capítulo 4, 47% dos jovens entrevistados trabalham ou trabalharam na informalidade. Na informalidade não há pagamento dos direitos previdenciários e trabalhistas, acarretando condições inadequadas de trabalho e exploração do trabalhador.

isso, por terem necessidade subjetiva de poder conviver em um ambiente público, com colegas, por exemplo, em suma, pela necessidade de se sentirem bem.

As respostas dividiram-se, também, no que convencionei chamar de necessidade intermediária. Há a opinião que concede uma diferença favorável à idéia de que se trabalha por uma necessidade objetiva. Entretanto, a outra idéia de que se trabalha por gostar também tem sua relevância. A pergunta, como foi formulada, poderia gerar uma resposta polarizada, contudo as várias posições revelam a perspectiva de valorizar os dois aspectos do trabalho, como se pode constatar nessa resposta: *Os dois, a necessidade mais para o futuro e porque eu gosto (J4)*.

Portanto, há a necessidade objetiva materializada pela remuneração que possibilita adquirir bens, e a necessidade subjetiva do trabalho como forma de realização e não apenas como obrigação, gerando uma necessidade intermediária que valoriza os dois sentidos. Isso significa que os jovens estão cientes de que terão que se dedicar muito para conseguirem empregos que ofereçam condições de trabalho razoáveis, mas, ao mesmo tempo, querem trabalhar com gosto naquilo que fazem.

Quero fazer uma viagem, ser bem realizado na sociedade (J3)

Quando indagado sobre a importância do trabalho, o entrevistado formula essa resposta que se orienta pela direção da necessidade subjetiva através da realização social. Por trás dessa afirmação está implícita a idéia de que com o

trabalho se consegue melhores condições de vida, tanto para realizar uma viagem, entendida como um passeio a um lugar incomum, diferente, para ficar marcado na vida dessa pessoa, como no sentido de estar realizado, de viver bem, tanto em termos materiais quanto imateriais.

A efetivação do direito social ao trabalho (ROJAS COUTO, 2004) deveria propiciar a satisfação dessa necessidade subjetiva, contudo a dificuldade de se conseguir um trabalho limita a possibilidade desta realização, e, mais do que isso, as condições em que ele se apresenta para aqueles que conseguem um emprego, por exemplo baixas remunerações, impedem, na maioria das vezes, que o jovem alcance aquilo a que aspira.

Não sei ainda em que área seguir (J3)

A diversidade de opções expressas pelos jovens quanto à profissão revela que eles de fato estão motivados a procurar empregos, para trabalhar nas mais diversas áreas. Entre eles há, entretanto, os que se dizem em dúvida quanto ao tipo de profissão que devem escolher, ou seja, os que estão em uma situação classificada como necessidade intermediária. *Não pensei bem ainda. Não sei ainda em que área seguir. Nunca pensei em nenhum trabalho que gostaria (J3).*

O conceito de moratória social de Margulis (2000) nos auxilia a analisar o porquê desse sentimento. Segundo o pesquisador, essa é uma fase da vida em que o jovem está, ou deveria estar, investindo na sua qualificação, sem se preocupar com exigências como o trabalho que assumiria, posteriormente, na fase adulta. No

caso dos jovens das classes populares, essa é uma exigência que se impõe antes do tempo. Entretanto, por mais que a realidade force esse jovem a uma decisão precoce, vê-se que há aqueles que não pensaram e não decidiram sobre esse assunto, seguindo o que deveria ser o normal nessa fase da vida.

Os que não sabem ainda em que querem trabalhar coexistem com os que pensam claramente em que profissão querem trabalhar. Existem, também, aqueles que não vêem obstáculos e se sentem dispostos a enfrentar qualquer desafio que venha pela frente; o conceito de moratória vital, o excedente de energia, ajuda a entender essa atitude da juventude. Nesses jovens evidencia-se a disposição de se esforçar para conseguirem uma vida melhor.

A gente que faz o serviço melhor, com força de vontade, querendo aprender (J10)

Ressalte-se que são jovens de classes populares que se esforçam para conseguir seu espaço na sociedade, vêem o trabalho como uma de suas possibilidades: *Acho que não existe trabalho melhor, a gente que faz o serviço melhor, com força de vontade, querendo aprender mais. Não adianta só sentar ali na sala e pensar ser um bom administrador, dono da empresa, dono de algum lugar (J10).*

A opção pela afirmação de que *não existe trabalho melhor* do entrevistado expõe uma certa limitação. Por um lado, porque, mesmo que seja difícil qualificar que tipo de trabalho é melhor, existem trabalhos em que a segurança, as condições

oferecidas, os direitos trabalhistas são efetivados, podendo ser designados como melhores. Por outro lado, existem outros nos quais as condições disponibilizadas são totalmente adversas.

Inclusive o Curso CSJ abordou essa temática dos direitos trabalhistas com a juventude: *A gente teve aprendizado de como funciona o mercado de trabalho, as leis trabalhistas* (J8). Obter conhecimento das regras do mercado de trabalho obviamente não é tarefa apenas de um Curso. Entretanto, esse espaço para o jovem refletir sobre o mundo do trabalho auxilia na sua preparação para movimentar-se nesse meio.

A experiência, exigência que muitas vezes exclui os jovens por não preencherem esse requisito, vai sendo adquirida dessa forma, ou seja, trabalhando em *biscates*, trabalhando na economia informal. Essa não é a melhor forma de adquiri-la, mas percebe-se, por outro lado, conforme já foi referido, que isso estimula a maturidade nesses jovens. Abordar questões relativas ao cotidiano do trabalho deveria ser uma norma para a qualificação dos profissionais que ingressam no mercado de trabalho. Assim, estar-se-ia favorecendo que esses jovens de classe popular reivindiquem seus direitos trabalhistas garantidos em lei, sejam de fato protagonistas, lutem à sua maneira.

A seqüência da frase refere *força de vontade, querendo aprender mais*; esse aspecto pode ser interpretado como relevante por valorizar a atuação do jovem enquanto cidadão, apresentando um grau razoável de ponderação ao citar a aprendizagem como importante. Apesar da força de vontade ser também uma idéia que reforce o individualismo, ela pode igualmente ser compreendida como uma

mobilização do indivíduo em busca do seu direito, associada à idéia de aprender mais.

Ainda na última frase, a idéia da função de administrador revela uma diferença em relação às outras funções cogitadas. Isto porque a força de vontade é imprescindível para todo trabalhador, mas não é suficiente em vista da realidade do mercado de trabalho, das relações de trabalho entre o proprietário do meio de produção e o proprietário da força de trabalho. Há, aí, uma distância que é determinante, que suplanta, muitas vezes, a força de vontade e o ímpeto da juventude, referida na noção de moratória vital.

Os jovens expressam opiniões diversas sobre o tipo de emprego que gostariam de realizar³⁷, o que representa um elemento interessante, considerando-se que a média de idade deles é de 18 anos. Isso significa que a moratória que deveriam experienciar está sendo abreviada devido à necessidade objetiva de trabalhar. A frase reproduzida acima revela de outra forma essa questão. Percebe-se uma determinação para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. Considerando que a maioria deles trabalham, mesmo que informalmente, ou trabalharam³⁸, isso revela que a necessidade objetiva de trabalhar gera neles uma necessidade subjetiva de buscar trabalho.

A presença de uma certa responsabilização antecipada nesses jovens, de uma redução da moratória social, sobretudo, traz consigo duas interpretações possíveis. A primeira é que o desenvolvimento precoce desse jovem, forçado pela

³⁷ Nas respostas quanto ao tipo de trabalho que gostariam de realizar, o número de opções de profissões chegou a 9.

³⁸ Conforme analisado no gráfico 2, no capítulo 4, apenas um jovem nunca trabalhou.

necessidade de garantir uma renda para sua vida, não é o melhor para ele. A segunda constata que essa atitude decidida desse jovem serve como um elemento importante da sua auto-afirmação, da sua afirmação como protagonista, da sua ação para garantir seus direitos como cidadão.

Apesar de as duas reflexões serem contraditórias, cada uma tem a sua parcela de validade. Isso porque o desenvolvimento do jovem é favorecido à medida que ele adquire traços de uma pessoa que luta por seus direitos, criando, assim, uma personalidade favorável ao seu desenvolvimento pessoal como indivíduo e ao seu desenvolvimento social como cidadão. A possibilidade de ele ter algum recurso material para melhorar sua condição financeira revela uma fragilidade dessa situação; essa necessidade objetiva força-o a ingressar no mercado de trabalho precocemente, prejudicando, com isso, a realização de outras atividades, como o estudo, a cultura, o esporte e o lazer.

Por um lado eu acho bom, mas tem muita confusão, pagamentos atrasados, ia ter entrevistas, mas não deu nada (J2)

A posição crítica dos jovens que participaram do CSJ revela que há uma forma de agir que pode ser potencializada para que seja protagônica, visando à atitude cidadã, de modo que o jovem siga sendo crítico nos lugares que estiver freqüentando, inclusive no emprego: *Uma coisa mais certa para atualidade, como foi o primeiro aconteceram muitos atrasos, como salário, coisas secundárias, teve muito desentrosamento nas entidades, teve muito erro. Deveria ser mais planejado antes,*

tudo em folha para depois só ser passado para os jovens que iam fazer. Já ter uma agenda pronta de como ser o Consórcio (J8).

A atitude do jovem que esteve vinculado ao PNPE/CSJ expõe uma criticidade presente nesses sujeitos. Eles poderiam simplesmente reforçar que foi tudo bom no CSJ com o objetivo de garantir sua participação em outras edições, ou sendo indiferentes ao PNPE, que, para a maioria, não cumpriu a meta de empregá-los. Contudo, houve uma manifestação clara e direta criticando inclusive a organização e o planejamento do CSJ. Essa posição crítica revela que trabalhar com jovens de classes populares, que devem ter seus direitos efetivados, representa uma tarefa desafiadora.

Os órgãos governamentais e não governamentais que trabalham com a juventude devem considerar esse aspecto em seus planejamentos. O jovem necessita da implementação de uma política que, na visão dele, é algo bem específico, como, sua qualificação e seu trabalho, que efetive seus direitos. E, para isso, deve-se respeitar a condição do jovem de ser crítico, ser protagonista do seu jeito, e é dessa maneira que o adulto, gestor de órgãos que implementam tais políticas, deve entender e conviver com essa diferença.

Tinha que se apresentar na frente de todos (J1), o CSJ foi bom para eu ver, de sair daquela vida e ser alguém um pouco melhor (J5)

As manifestações dos jovens se dividem. Os jovens que se inscreveram no SINE, pelo fato de ficarem aguardando, apenas, para serem chamados para

concorrer a uma vaga, pouco sabiam sobre o PNPE. Já os que participaram do *Curso*, como eles denominam o CSJ, têm uma visão melhor formada sobre o mesmo. Quando perguntado se tinha sido chamado pelo SINE, a resposta do jovem foi essa: *Não, só quando fiz entrevista fui chamada pelo CIEE, pelo SINE nenhuma vez. Me inscrevi em abril de 2005 e nunca me chamaram. Consegui emprego pelo próprio caminho, o SINE não me ajudou muito (J9).*

Esse aspecto revela que a necessidade do emprego está associada a atividades que extrapolam o cadastramento de jovens para conseguirem uma vaga no mercado de trabalho. A ênfase dos jovens que participaram do CSJ é muito mais intensa exatamente por terem sido envolvidos pelo PNPE, diferentemente dos demais que se inscreveram e acabaram ficando em uma lista de espera para serem chamados: *Para mim foi muito bom, uma experiência, um aprendizado, aprendi mais com o trabalho em grupo. Convivência com outras pessoas, que era um Curso que a gente estava fazendo, mas não deixava de ser um trabalho. Tinha meta de horário. Agora tenho certificado do Curso de computação que conta muito no mercado de trabalho, no currículo, experiência muito boa (J8).*

Os que foram encaminhados através do SINE demonstraram um conhecimento menor do PNPE, mas isso não significou que eles não tivessem revelado serem conhecedores da temática relativa ao trabalho e à inserção no mesmo.

O emprego é uma necessidade objetiva, mas a necessidade subjetiva sinaliza aspirações que vão além do preenchimento de uma vaga de trabalho; valorizam-se questões anteriores e posteriores a esse objetivo. Os jovens que participaram do

CSJ tiveram oportunidade de conhecer outros com realidades similares à sua; participar de atividades para aprender como elaborar seus currículos, como proceder em uma entrevista, concorrendo a uma vaga; tratar de temas como violência, direitos das crianças e adolescentes; enfim, ter acesso a uma gama de aprendizados e convívios que ajudam no seu desenvolvimento pessoal para alcançar o objetivo do emprego.

Essa situação revela que a necessidade objetiva do emprego traz consigo a necessidade subjetiva de aspectos que superam sua pragmaticidade, ao tratar da pessoa integralmente, considerando que há pontos fragilizados nesses jovens que precisam ser tratados, que não se resolvem com sua inscrição em um cadastro para encaminhamento para uma vaga de trabalho.

Por outro lado, considerar sua formação cidadã é um aspecto que envolve os participantes do Curso. Conhecer a legislação, assim como projetos que trabalham com questões específicas, como a violência, por exemplo, tornou-se marcante nas suas manifestações. O Curso trabalha essa temática, inclusive por ser coordenado por organizações não governamentais engajadas na luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Percebe-se que há concordância dos jovens com a luta pelos seus direitos, dos direitos dos seus irmãos e dos seus familiares.

Nesse particular verifica-se a presença de uma contradição. Enquanto o jovem trabalhador tem ciência dos seus direitos como cidadão e como trabalhador, ao mesmo tempo, tem que se submeter a condições de trabalho que não oferecem os direitos previstos. Como exemplo, saliente-se que os jovens trabalham em serviços informais, sem carteira assinada. São forçados a trabalhar, revelando o

quanto a necessidade objetiva os leva, mesmo conscientes dessa irregularidade, a terem que se submeter a essa situação. Contudo, isso não diminui a importância de eles, cidadãos trabalhadores, estarem totalmente informados sobre seus direitos, apesar de terem que enfrentar uma situação injusta e irregular, eles terão condições de reivindicar mudanças.

O fato de estarem participando da mobilização pela Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes auxiliou nesse sentido, reforçando, assim, a noção de protagonismo juvenil, conforme Dick (2003). Apreende-se que há uma sensibilização dos jovens para essa temática. Com isso não se está afirmando que haja uma participação política³⁹ ativa deles, mas há uma visão crítica que, segundo Heller e Fehér (2002), é uma forma descentralizada e ativa de emancipação.

Pedem para a gente ter noção de informática e agora tudo é por computador (J5)

A clareza com que muitos expressaram essa idéia reflete o alcance proporcionado pela realização do Curso. Isso não aconteceu apenas porque os jovens têm prevista na sua carga horária a aprendizagem de programas de computador. No caso dos jovens que participaram do Curso no COL, surgiram

³⁹ Cabe salientar, nesse item específico, que, quando indagados sobre política, em um exercício com um grupo de dezesseis jovens, o que se ouviu foram palavras quanto ao tema. Esse grupo reuniu-se na primeira quinzena de junho de 2005, em pleno momento político brasileiro de denúncias de corrupção no Governo Federal, reforçando, dessa forma, o pensamento corrente de que política é *ladroagem, maracutaia*. Realizei essa reunião com o grupo, conforme expliquei no capítulo 4, seção Conversando com os jovens, com o objetivo de realizar grupos focais.

dificuldades porque houve atraso na instalação da sala de informática, e os jovens tiveram que utilizar o espaço da UNISINOS junto ao SAPECCA⁴⁰.

Três apresentaram como opção trabalhar na área de informática profissionalmente. A maioria demonstrou, nas entrevistas, ter ciência da importância das noções de informática para as possibilidades de conseguir emprego no futuro. O PNPE/CSJ optou corretamente ao introduzir esse tipo de capacitação da juventude. Entretanto, fica evidente que seriam necessárias mais horas de aula para que pudessem se apropriar melhor dos conhecimentos relativos à informática. A concentração e a participação deles diante do monitor do computador são intensas⁴¹, isso porque a juventude de classe popular tem acesso restrito a esse tipo de meio de informação, conhecimento, entretenimento.

O direito ao acesso digital se mostra como central na formação do jovem para que possa colocar-se diante do mercado de trabalho com uma perspectiva favorável para seu ingresso, permanência e crescimento profissional. Isso não significa afirmar que conhecer informática solucione as questões relativas ao ingresso no mercado de trabalho, mas o ingresso sem as noções de informática é mais difícil, até porque em muitos postos o computador é ferramenta de trabalho.

Evidencia-se que é uma necessidade possuir o domínio dessa linguagem e dessa técnica para ampliar as possibilidades para ingressar no mercado de trabalho. Vivemos na sociedade da informação, sendo a informação um recurso estratégico e fundamental nos dias atuais.

⁴⁰ SAPECCA – Serviço de Atenção, Pesquisa e Estudos com Crianças e Adolescentes – UNISINOS.

⁴¹ Foi possível constatar isso nos momentos de visitação ao grupo do COL durante suas atividades digitais.

Bom relacionamento no ambiente de trabalho (J2)

A importância das boas relações entre as pessoas foi ressaltada tanto no item onde o entrevistado expressa três aspectos que vê como bons para se ter no ambiente de trabalho, quanto no item em que ele avalia o CSJ. O Curso tem como elemento central a qualificação, a aprendizagem e a preparação para o ingresso no mercado de trabalho. A juventude valoriza o que lhe traz benefícios para seu crescimento emocional, inclusive para que seu desenvolvimento pessoal possa servir como aprendizagem de assuntos relativos diretamente à vivência no mundo do trabalho.

Um convívio agradável é uma necessidade subjetiva que as pessoas têm que pode ocorrer em qualquer lugar, inclusive no trabalho, estabelecer boas relações com os colegas de trabalho auxilia o seu desenvolvimento emocional. O tempo de convivência com colegas de serviço é significativo, justificando a importância de ter um ambiente de boas relações interpessoais. O fato de o jovem ter uma relação com um grupo onde ele se sinta bem ajuda no desenvolvimento de sua identidade e de sua personalidade.

Boa apresentação, ser educada e gentil (J9)

Essa foi uma resposta à pergunta sobre o que mais preocupa o jovem em relação ao trabalho. Sua preparação incluiu formas de ele se apresentar numa entrevista e na iminência de conseguir uma vaga, ou no caso de estar trabalhando.

Esses certamente são aspectos que precisam ser observados. Porém, é difícil definir o que é uma boa apresentação. Por exemplo, se um emprego é em uma loja de material esportivo para jovens, o pretendente a essa vaga, provavelmente, poderá usar *piercing*⁴², tatuagem ou os dois. Contudo, caso seja uma vaga para trabalhar em um banco, possivelmente uma pessoa com as características descritas dificilmente teria alguma chance de concorrer e ser escolhida para essa vaga. Por ser relativo definir o que é uma boa apresentação, esta categoria foi classificada como intermediária. É mais uma exigência do contratante do que uma aspiração do contratado. Até porque o contratado procurará, conforme seus princípios, seus hábitos, seguir uma determinada forma de apresentação, mas não entrará necessariamente em sintonia com o que é esperado pelo contratante.

Essa forma de proceder do mercado de trabalho expõe a uma situação de fragilização a juventude que, pelas suas poucas condições financeiras, tem dificuldade de preencher esse quesito. O jovem tem sua forma de ser e de vestir, como, por exemplo, o uso da tatuagem e do *piercing*, mas também do boné, da calça larga, do tênis, da camiseta. Os jovens de classe média e alta vestem roupas de grife, e o jovem de classe popular usa as imitações, quando isso é possível.

A juventude que se adapta melhor a estas exigências tem uma tendência a conseguir as vagas. Entretanto, aqueles que não têm essa possibilidade de se adaptar ou adotam suas formas de agir encontrarão barreiras a superar.

⁴² Estou utilizando esse termo do idioma Inglês porque não existe um termo no idioma português do Brasil adequado para expressar o mesmo significado. Sua tradução por *perfurar* não expressaria um sentido compreensível.

Ser gentil e educado deve ser entendido como um princípio nas relações sociais. Contudo, se significa uma domesticação do jovem empregado, torna-se um retrocesso, considerando sua educação autônoma, cidadã.

Sinto-me preparada, tenho que enfrentar (J6)

A necessidade, mais uma vez, sobrepõe-se aos jovens, fazendo com que se convençam de que devem estar preparados para começar a trabalhar, mesmo que isso seja um grande desafio para eles. De certa forma, é uma preparação forçada, porque a situação de carência material na família faz com que o jovem se sinta responsável pela sua manutenção e, às vezes, inclusive, pela de seus pais e familiares. A lógica da moratória se inverte, porque em vez do jovem poder dispor de um tempo para se preparar para assumir responsabilidades como o trabalho e a manutenção de sua família, ele tem que ajudar na manutenção da família de seus pais já antes de constituir sua própria família. Há uma inversão das atribuições. Exige-se do jovem uma responsabilidade para a qual não está preparado ainda.

Jovens de classe popular vivem em famílias que recebem baixa remuneração, em que os pais talvez estejam desempregados, talvez não tenham responsáveis, pai ou mãe, ou em outras condições adversas. A situação social, dos pais ou responsáveis, os leva a pressionar os jovens para trazerem recursos para casa. Essa realidade desfavorável para o jovem de classe popular e sua família está diretamente relacionada com a situação de concentração de renda que existe no

Brasil⁴³. Por isso, garantir direitos sociais (ROJAS COUTO, 2004), como o trabalho, em uma realidade com essas características, representa contrariar interesses, essencialmente daqueles que possuem uma posição social que lhes garante um excelente nível de vida.

Sou responsável, tenho na cabeça o que eu quero e acho que agora seria uma boa oportunidade de começar a trabalhar (J7)

Reiteradamente constata-se que os jovens de classe popular se julgam preparados para assumir seu espaço no mercado de trabalho. O jovem de classe média ou alta não necessita se preocupar com essa questão, nesse momento de sua vida. Os jovens de classe popular necessitam assumir responsabilidades e precisam definir sua opção profissional, pois terão que começar a trabalhar o mais cedo possível.

Garantir as condições de vida para o jovem e sua família é uma necessidade objetiva e subjetiva, uma vez que mobiliza o seu potencial, proveniente da moratória vital. Essa energia excedente auxilia-o, mobilizando-o para resolver seus problemas e os da sua família ou de seus responsáveis. Por outro lado, o jovem vislumbra uma oportunidade para ele, uma vez que é proveniente de família que não teve oportunidade, e, vendo seus pais sofrerem com a falta de possibilidades e de oportunidades, procura sair dessa situação.

⁴³ Conforme explicitado pelo Índice GINI no capítulo 1, seção Juventudes.

Com isso, não se quer dizer que eles alcancem tais oportunidades e consigam superar a exclusão (CASTEL, 2004a), mas essa forma de se portar diante da dificuldade reforça o potencial da juventude para mudar sua situação de vida concreta. Infelizmente, a realidade é cruel e muitas vezes tolhe essa energia vital que vai em busca de outras condições de vida, mas se vê barrada pela falta de oportunidade, como caracteriza a informação sobre o desemprego dos jovens no Brasil.

Essa afirmação *de que tem na cabeça o que quer* é fundamental para que o jovem possa superar essas dificuldades, principalmente se levar em conta sua moratória vital. Entretanto, a moratória social pode representar para o jovem uma acomodação e dependência dos pais. Há o aspecto positivo do jovem começar a trabalhar depois de ter concluído o estudo universitário, mas há também o aspecto negativo porque pode gerar uma dependência do jovem para com a família, fazendo com que ele não tenha que ter outras preocupações, somente estudar e que seus pais decidam e resolvam as coisas para ele.

A necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho não gera somente problemas, mas também, aprendizados que tornam o jovem de classe popular mais autônomo. O grande problema é que seus direitos são desrespeitados. Esse aspecto favorável ao desenvolvimento de um aprendizado autônomo, mesmo que em condições adversas, implica que o mais adequado é o desenvolvimento do jovem para assumir responsabilidades. Aquele jovem de classe média que tem seu direito garantido, ao viver prioritariamente a responsabilidade pelo estudo, tem melhores condições para assumir responsabilidades do que aquele que não teve essa mesma oportunidade.

Preparado mesmo ninguém nunca está, antes de chegar a fazer o trabalho (J10)

O jovem pode surpreender ao manifestar de maneira tão clara, na sua pouca idade, essa opinião bem formulada. Compreender que a preparação é um ato permanente e que nunca se estará pronto para qualquer profissão é um aprendizado essencial para o jovem trabalhador. Esse contexto sociocultural (GROPPO, 2000) onde o jovem é levado a trabalhar, geralmente em ocupações inadequadas, na informalidade, acelera a formação de suas opiniões e seu processo de desenvolvimento.

Saliente-se, como já foi referido anteriormente, que esse fato tem seu ponto positivo e negativo. A negatividade predomina porque o jovem trabalhador tem que se submeter a precárias condições laborais, comprometendo parte da vivência da sua moratória social. Entretanto, há positividade porque, quando são oferecidas condições razoáveis, isso favorece seu crescimento profissional. O fato de verbalizar que irá aprender na prática, adquirindo, assim, experiência, acentua a valorização do aprendizado profissional, nesse período.

O contexto no qual essa juventude vive a marca, estabelece características próprias para seu futuro perfil profissional. Não são todos que pensam assim como o jovem entrevistado, mas alguns assim o fazem em vista da própria realidade onde vivem, que, abreviando sua moratória, faz com que desenvolvam características precoces para sua idade. Existem jovens, porém, que estão vivendo situações radicalmente distintas que os levam a desenvolver outras preocupações, habilidades e potencialidades.

Ser dono de um negócio é o sonho de cada um (J10)

A vontade de ser *dono de seu próprio negócio* está presente, mas, na maioria das vezes, essa possibilidade é relegada para mais adiante, para um futuro impreciso. O empreendedorismo⁴⁴ é uma alternativa para o jovem. Trata-se de atividades em que, em alguns casos, com poucos recursos ele poderia conseguir uma colocação profissional, sem, necessariamente, ficar restrito a um emprego de baixa remuneração. Isso porque o mercado, leia-se o *capital*, remunera mal a *força de trabalho*, no caso, os jovens analisados. Uma forma de superar essa realidade seria investir-se mais em projetos em que os jovens participassem de associações ou cooperativas, tivessem domínio sobre seus negócios, não ficando apenas à mercê do proprietário do local onde trabalham.

O empreendedorismo é uma forma de garantir a iniciação de um jovem na perspectiva de ser co-responsável pelo negócio, para poder entender melhor como se gerencia seu empreendimento e, assim, obter um retorno financeiro melhor. Empreender seu próprio negócio individual ou coletivamente significa uma mudança qualitativa na maneira de visualizar o ingresso no mundo do trabalho. Entretanto, dos jovens entrevistados a maioria vê essa possibilidade como algo muito distante do seu alcance. Eles a vêem como algo interessante, como objetivo futuro, contudo não visualizam essa possibilidade no início do trabalho. Essa perspectiva, a longo prazo, é compreensível pois conseguir um emprego é difícil, ter seu próprio negócio, ser cooperativado ou associado em alguma iniciativa econômica é mais difícil ainda.

⁴⁴ Da Costa (2004) aborda esse assunto enfatizando a necessidade da educação para o empreendedorismo entre os jovens. Segundo ele, é uma alternativa para a realidade de transformação no mundo do trabalho que ocorreu nos últimos anos.

Este é um aspecto considerado pelo PNPE/CSJ, mas que mereceria uma atenção maior na realização do Curso.

A juventude, ao ser preparada, para gerir suas iniciativas, teria que estudar e abordar outras temáticas, diferentes daquelas que são tratadas com os que serão empregados. Essa margem de flexibilidade é possível para quem participa do CSJ, mas quem se inscreve no PNPE/SINE e aguarda uma vaga não tem essa possibilidade. Esse aspecto revela mais um limite dessa versão de política pública de geração de emprego para jovens. Para os que realizam o PNPE/CSJ⁴⁵, haveria a necessidade de ampliar o tempo no qual essas outras temáticas fossem desenvolvidas.

A gente obedece ao patrão, senão a gente é chefe e vão achar que a gente tá pisando em cima (J13)

A resposta foi expressa quando o jovem foi indagado sobre ser dono do próprio negócio ou ser empregado; nesse caso, ele optou por ser empregado pelo motivo exposto. Essa frase estampa a fragilidade do jovem. A necessidade de emprego faz com que ele pense inevitavelmente em obedecer ao patrão. De outra parte, a visão que apresenta é de que o patrão, de modo geral, exerce exageradamente sua autoridade. Isso porque ser chefe, segundo o jovem, é *pisar em cima* dos outros.

⁴⁵ Registre-se que há o Projeto Jovem Empreendedor, que faz parte do PNPE, mas que não foi analisado nesse estudo, pelas razões expostas no capítulo 4.

Essa idéia poderia ser complementada pela anterior, ou seja, se a lógica da oferta de emprego no capitalismo tem muito de autoritarismo, o empreendedorismo é uma alternativa possível. Estar ciente de que, nessa forma de relação estabelecida no trabalho, ser chefe ou patrão requer um grau de submissão dos demais colegas revela uma dificuldade para o jovem que está começando a aprender sobre os seus direitos e os dos seus colegas.

É uma situação ambígua, porque concomitantemente à discussão de que é necessário lutar pelos direitos, acontecem situações no mundo do trabalho nas quais se *pisa* nos outros para garantir um espaço um pouco melhor em uma empresa. Essa ambigüidade condiciona o jovem até o ponto de negar sua ascensão profissional, como no caso de ser chefe, por entender que isso prejudicaria seus colegas. Essa contradição pode acarretar a opção por uma relação de respeito com os colegas ou uma ação de dominação, a qual leva a subjugar os colegas. Esse é um limite estabelecido pela relação capitalista predominante no mundo do trabalho.

Avaliação quantitativa do trabalho

Ao serem perguntados sobre que nota dariam ao trabalho numa escala de 0 a 10, a média das respostas resultou na nota 7,8. Essa média revela uma avaliação positiva do trabalho por parte desses jovens, quando este existe. Essa positividade está ligada à necessidade objetiva de ter um trabalho para poder comprar algo, no dia-a-dia. Alguns diferenciaram entre emprego e trabalho, como foi abordado no Curso, sendo que nesse caso a nota alta foi dada ao emprego e a baixa ao trabalho. Isso porque, segundo os entrevistados, ter um emprego é algo certo, que garante a remuneração deles; já o trabalho, nessa ótica, garante a remuneração, mas sem

todos os direitos trabalhistas previstos em lei, como FGTS, férias, décimo terceiro, salário família, INSS e outros. *Para mim emprego é o que se trabalha com carteira assinada, é melhor. Trabalho para mim, que é o que eu fiquei sabendo, trabalho é como eu trabalho, assim informalmente. Tu ganha, aí, se ganhar menos, não tem como reclamar na justiça. Minha preferência é trabalhar com carteira assinada, eu tenho mais direitos (J4).*

A título de considerações finais desse bloco temático, quero expressar: i) as demais categorias principais, no meu entender, encontram-se presentes nas que foram interpretadas nessa seção; b) as reflexões procuraram abranger as principais idéias presentes nas frases significativas conforme a categorização. Em vista disso, passarei ao outro bloco temático que teve muita importância no conjunto de categorias principais definidas.

5.2 CATEGORIAS DO BLOCO TEMÁTICO FAMÍLIA

Ter uma família, casar, ter filhos, dar o melhor para ele (filho) (J13)
Poder cuidar bem da minha mãe e meus irmãos (J7)

A família foi uma categoria extremamente ressaltada pelos jovens. A pesquisa não tem como escopo esse tema⁴⁶, mas é necessário considerar que essa categoria, aparece, de forma distinta, em vários momentos dos depoimentos

⁴⁶ Apesar de não ser o foco desse estudo, a interface entre trabalho e família teve uma presença marcante. As manifestações da juventude ressaltaram a importância fundamental da família para suas vidas.

peçoais. Isso ocorre principalmente como uma necessidade subjetiva, salientando a importância de ter uma referência afetiva, de consolidar suas relações pessoais, mesmo que essa necessidade represente uma variedade significativa do que se entende e, mais do que isso, do que efetivamente se vive como família. A seguinte transcrição é uma ilustração do exposto:

Moro com a tia, ela me dá o maior apoio, ela que me colocou no Curso (PNPE/CSJ), eu estava meio fora do caminho certo. Daí ela me botou no Curso (PNPE/CSJ), daí voltei a estudar, e ela gosta muito. Basicamente ela cuidou de nós 6 irmãos desde pequeno, e ela quer que seguimos o caminho do bem. Eu quero dar uma força mais para ela porque necessariamente eu devo alguma coisa, ela nos criou, nossa mãe não deu bola para nós, daí ela pegou e criou, mas futuramente eu quero dar uma vida melhor para ela. Ela me cobra para a gente trabalhar, não para ajudar ela, mas para a gente ser alguém na vida. Ela trabalha na reciclagem, mas ela sempre fez bico e nunca faltou algo para nós, sabe (J5).

De fato, esse jovem de classe popular tem a necessidade de consolidar a sua relação familiar. Portanto, considerando as transformações pelas quais passou a família⁴⁷, ele necessita estabelecer vínculos afetivos sólidos para seu desenvolvimento integral. Conforme a citação acima, a mãe abandonou os filhos e a tia os assumiu, e, apesar desse drama eles não deixaram de valorizar sua relação familiar, nesse caso com sua tia que cumpriu o papel da mãe. A tia e os sobrinhos constituíram a família, tornando-se o grupo de referência afetiva.

Não é o objetivo desse estudo avaliar o quanto o tema trabalho está associado ao tema família. Contudo, a constituição familiar, tanto no que diz respeito

⁴⁷ Um ensaio que aborda a diversidade da composição familiar é o de Mito (2004), ressaltando que não existe família boa ou ruim, mas existem famílias que têm seu papel a cumprir na vida das pessoas que delas fazem parte.

aos seus pais e irmãos, como a seus filhos e marido, evidenciou-se como um importante suporte para a estruturação emocional dos jovens. A família representa, para os jovens, além de uma necessidade objetiva, como ter um endereço, uma casa, um teto, também seu desenvolvimento subjetivo, sua aspiração quanto à solidificação de sua auto-estima, sua base emocional para construir outras possibilidades futuras, como as relacionadas ao mundo do trabalho.

A convivência desses jovens com seus responsáveis favorece seu crescimento. São jovens que viveram dificuldades, tanto materiais como imateriais. Apesar de tratar-se de famílias que não poderão garantir as melhores condições materiais para seus filhos, isso não reduz sua importância. Esse aspecto reforça a noção de que existem juventudes, ou seja, jovens vivendo em condições distintas, uns com uma base familiar constituída e outros com família, mas com poucas condições de sustento.

A família tem um papel decisivo durante a moratória social, principalmente, reforçando a necessidade concreta de que sejam oferecidas condições para o crescimento e para o desenvolvimento dos jovens. A família aparece, então, na opinião dos jovens, como um elemento forte para suas vidas, nesse momento de energia excedente (DICK, 2003). Os jovens apontam a família como sua base de apoio durante a vivência das suas moratórias, as quais se tornam um traço característico das juventudes no contexto sociocultural atual.

Um terço dos jovens já tem filhos, ou seja, 33% já são mãe ou pai. Esse aspecto também é ressaltado por eles quando expressam seu desejo de ter sua própria família. Os que já têm filhos vivem com os responsáveis e revelam suas

expectativas de possuírem sua casa, constituírem seu lar: [...] *peessoas que me apóiem bastante e ter meu futuro, meus filhos, casar e o que vir pela frente* (J13).

Quando perguntados sobre qual a prioridade para eles, entre seis opções (família, educação, trabalho, religião, esporte e lazer), todos disseram ser a família sua primeira opção. Isso revela que, apesar das mudanças ocorridas desde a família patriarcal até a família nuclear, a família adquire o *status* de um referencial da constituição desse jovem como pessoa na sociedade. Portanto, a constituição familiar diferente daquela qualificada como estruturada (MIOTO, 2004) não revela um apego menor, mas ao contrário, considerando, inclusive, que muitas das famílias são monoparentais⁴⁸, os jovens não hesitam em priorizar a família como elemento constitutivo de suas vidas. Esse elemento os fortalecem para enfrentar o desafio de iniciar o mais breve possível, em vista da necessidade, sua preparação, quando viável, sua busca de uma vaga e, quando selecionados o ingresso no mercado de trabalho.

***Ela (a mãe) me cobra para a gente ser alguém na vida* (J5)**

Reforçando e acrescentando-se à categoria anteriormente abordada, ou seja, a caracterização da família como plural, sem adotar um juízo de valor que a qualifique como ideal, ou melhor, como algo importante para a formação dos jovens, segundo suas próprias impressões, ressalte-se a figura feminina, da responsável, da mãe.

A figura da mãe, a figura feminina, é citada como a principal motivadora, a principal estimuladora, controladora e apoiadora do filho. Em uma única vez na qual o pai foi citado especificamente, isso ocorreu com uma conotação pejorativa. Está se falando tanto de mães de famílias monoparentais⁴⁹ como de famílias com pai e mãe. Tanto no primeiro quanto no segundo caso, a relevância da mãe é algo indiscutível. Quando indagados sobre a importância do trabalho para os pais e para eles, jovens, a resposta genericamente se reporta aos dois, pais e mães. Porém, em todas as manifestações em que, espontaneamente, o jovem expressa sua opinião, a figura feminina é lembrada e salientada positivamente.

O que chama a atenção é que, em relação ao trabalho do jovem, ao seu estudo, enfim ao seu futuro, da sua vida, a mãe ocupa um lugar de destaque. Uma argumentação machista poderia afirmar que é natural que isso seja responsabilidade da mãe, entretanto a ausência, a pouca relevância da participação da figura masculina no momento da moratória, em que o jovem se volta a criar condições para sua autonomia, torna-se impactante. A figura masculina está pouco presente, e a figura feminina predomina no relacionamento cotidiano com os jovens. Portanto, é uma juventude que se aproxima da mãe. Procura na mãe seu ponto de apoio para criar suas condições de satisfazer suas necessidades objetivas e subjetivas. A formulação de política pública (SPÓSITO, 2003b) para esse tipo de jovem deve, necessariamente, levar em conta essa particularidade.

⁴⁸ Inclusive, todos os jovens entrevistados têm como referência principal a figura feminina, sendo que 47% convivem apenas com a mãe e um jovem convive com a tia. Totalizando, 54% dos jovens vivem em famílias monoparentais.

⁴⁹ Segundo o Censo demográfico de 2000 do IBGE (p.42): *No período intercensitário de 1991/ 2000, verificou-se um incremento de aproximadamente 38% na proporção de domicílios onde o responsável é do sexo feminino, passando este contingente de 18,1% em 1991, para 24,9% do total de domicílios, em 2000. Esta tendência de crescimento pode ser observada em todo o País [...].*

Em vista disso, para projetar programas governamentais e não governamentais, precisa-se considerar a situação da mãe. As mães precisariam de melhores condições para apoiar seus filhos. Contudo, por outro lado, essa carga deveria ser partilhada com o pai, para não se tornar uma sobrecarga para a mãe. Para efetivar direitos, emancipação, conforme foi abordado no capítulo 2 sobre políticas públicas, os responsáveis, o pai, a mãe ou outra pessoa, a figura masculina e a feminina deveriam cumprir sua parcela de co-responsabilidade.

Comprar minha casa (vários depoimentos)

A pergunta da entrevista foi geral⁵⁰, mas a resposta centrou-se em um aspecto específico. Mesmo que não tenha sido uma pergunta direta que induzisse a pensar em questões objetivas mais do que em subjetivas, a necessidade material sobressaiu-se, isso por tratar-se de jovens de classes populares. Ao pensar em coisas materiais, eles são objetivos, e em primeiro lugar aparece a casa, a necessidade de ter uma referência geográfica, um lugar para morar, um local de proteção que os abrigue. *Para meu futuro? [...] comprar minha casa própria, que eu ainda moro de aluguel, por enquanto é isso (J9).*

A necessidade apresentada pelos sujeitos é clara; apesar da maioria morar com os responsáveis, principalmente a mãe, a visão de ter seu espaço próprio, para formar sua família, sua vida, expressa que há uma consciência de que sua moratória social (MARGULIS, 2000) acabará e o jovem terá que viver com seus próprios meios. Essa juventude específica necessita de sua casa, o que se justificada pelo

contexto social brasileiro, onde existem inúmeras dificuldades relativas à situação habitacional⁵¹.

A casa, como necessidade objetiva, local de referência física e geográfica do jovem cidadão, relacionada à mãe, e a casa como necessidade subjetiva, referência afetiva do jovem, se complementam.

Reiteradas vezes, a mãe, figura feminina, foi citada. Essa ênfase demonstra que a juventude está intimamente ligada à mãe. A necessidade subjetiva relacionada à auto-estima desse jovem tem na mãe seu referencial principal.

5.3 CATEGORIAS DO BLOCO TEMÁTICO EDUCAÇÃO

Não estuda não consegue serviço (J6)

O estudo acabou sendo um outro aspecto ressaltado pelos entrevistados⁵², isso porque existe uma relação forte entre o PNPE/CSJ e a educação, não só por ser uma exigência que o jovem volte à escola para participar do PNPE, mas também porque o jovem participa do PNPE/CSJ para aprimorar seu processo de aprendizagem. Então, há no jovem um duplo sentimento da necessidade da

⁵⁰ A pergunta feita foi: Quais são os teus sonhos para o futuro?

⁵¹ Censo de 2000.

⁵² Apesar de se referir a um item indagado aos jovens, a preocupação com o estudo foi ressaltada em outros momentos das entrevistas, conforme se pode perceber nas categorias principais do quadro 9, do capítulo 4.

educação: por uma exigência do PNPE, mas, além disso, pela exigência real ao procurar um emprego no mercado formal, conforme o exemplo ilustrativo que segue:

[...] Hoje em dia o trabalho tá pedindo cada vez mais estudo, sabe, se a gente não tem no mínimo segundo grau completo não se consegue nada. Quem estuda tem mais facilidade ao tentar conseguir um emprego melhor, até para trabalhar de gari⁵³ precisa mais escolaridade, hoje em dia os melhores têm os melhores empregos. Fiquei três anos sem estudar, recomecei no começo do ano, devagarinho vou pegando ritmo. De manhã faço curso, à tarde trabalho e à noite estudo (J5).

Existe uma consciência da necessidade de estudar. A interligação entre o aspecto educativo e a qualificação do jovem, através do CSJ, representou uma preocupação com o aperfeiçoamento do PNPE⁵⁴. Nesse sentido, o Programa depende, em parte, para poder alcançar seus objetivos, dessa possibilidade de propiciar aos jovens condições de ingressar no mercado de trabalho.

Com os cursos do PNPE/CSJ o enfoque mudou, passou de um aspecto meramente cadastral, ou seja, o cadastro em um órgão governamental, uma extensa lista de espera, sendo que na grande maioria das vezes a vaga para o trabalho não se apresenta, para a realização de qualificação. Nesse outro caso, o jovem tem a oportunidade de realizar uma qualificação mínima, mesmo que isso não signifique

⁵³ Essa afirmação pode ser interpretada como preconceituosa, e em determinadas situações ela é, mas, por essa frase ter sido repetida pelos jovens algumas vezes, há espaço para entendê-la a partir de seu aspecto positivo; quer dizer, mesmo as ocupações profissionais que requerem uma qualificação menor exigem que se tenha um maior grau de escolaridade.

⁵⁴ A Medida Provisória 186/2004, que alterou a Lei que criou o PNPE, e outras medidas visaram a aumentar a eficácia do Programa. Segundo informação de funcionário do SINE de São Leopoldo, as dificuldades burocráticas exigidas pelo PNPE não favorecem o acesso ao trabalho por parte dos jovens, mas houve modificações que significaram melhorias nos procedimentos.

uma mudança substancial das suas condições, permite alguma preparação para o seu ingresso no mercado de trabalho.

Sem dúvida, os jovens percebem a educação como um impulso para a vida profissional, o que lhes desagrada é a forma como ela lhes é propiciada no ambiente escolar. O sentimento sobre escola e educação é ambíguo. A impressão que se tem é que o jovem vive uma contradição, ou seja, ele sabe que freqüentar a escola e aprender é necessário, mas expressa que necessita de uma escola diferente, conforme segue: *Sei lá, a gente fica muito tempo sentado e nem gosta. Não que não agüente, não que não reclame. Todo mundo reclama, cobram da escola, mas não tem o que fazer. Não é porque não é legal, é porque eu não tenho muita paciência. Sei lá, eu acho um saco, mas vejo como uma obrigação (J2).*

Há esse sentimento dúbio, realmente existe dificuldade do jovem em relação à escola. Alguns jovens entrevistados, que estavam finalizando o Curso do CSJ, expressaram que tinham voltado a estudar nesse período do Curso, porém eles disseram que iriam abandonar a escola porque não tinham vontade de continuar.

Houve entrevistado que expressou que o mais importante era a experiência, o conhecimento, ampliando assim o horizonte da aprendizagem para além dos muros escolares. Isso revela também que existe uma diferença entre o querer aprender, a educação e o principal veículo do ensino que é a escola. Depreende-se das falas deles que existe uma dificuldade de aceitarem a escola da forma como ela está se apresentando para eles: *O trabalho exige muito estudo, mas eu acho que vai com a vivência da pessoa que ajuda bastante, não é só tu ir no colégio que tu vai ter muita experiência ou alguma coisa, ajuda, mas não tanto como muita gente diz (J4).*

O direito à educação aparece como um valor, pressupondo uma aprendizagem que vá além da escola. A expectativa é que a educação, a aprendizagem extrapole o ambiente escolar; mesmo assim, há uma clareza, por parte dos sujeitos das entrevistas, quanto à necessidade de completar os estudos, da formalidade para apresentar seu currículo no momento da procura de uma vaga no mercado de trabalho.

Estudo uma das coisas mais importantes da vida (J7)

A categoria expressa revela o significado do estudo para os entrevistados na efetivação do direito à educação. A educação tem esse potencial de propiciar aos alunos condições de aprendizagem para seu desenvolvimento pessoal e social. Afirmar que o estudo é uma das coisas mais importantes é óbvio. Entretanto, em circunstâncias nas quais existem inúmeras críticas à escola, como meio de efetivação do direito à educação, essa afirmação tem um significado importante.

A categoria amplia o valor do estudo para além do seu aspecto pragmático, como, por exemplo, estudar para conseguir um emprego. O estudo, sendo importante para a vida, exprime uma idéia de valorização do conhecimento, do saber. Isso é relevante, uma vez que mesmo não gostando de ir à aula, o jovem pode gostar de aprender. A aprendizagem é importante a ponto de ser considerada como algo para a vida, superando, inclusive, a aprendizagem que ocorre no ambiente escolar.

Terminar de estudar para trabalhar e não parar de estudar para trabalhar (J7)

A necessidade objetiva não favorece que os jovens de classe popular pensem assim. Contudo, um jovem manifestou essa intenção, inclusive, segundo ele, por exigência da família. Do ponto de vista da condição social, *não parar de estudar* é uma meta que reforça a importância da moratória da juventude. É uma meta que foi classificada como uma necessidade intermediária por ressaltar o estudo como ponto central para o trabalho, uma necessidade objetiva, mas que pode se aproximar da necessidade subjetiva, ao valorizar questões como o conhecimento.

A realidade indica a direção oposta: o jovem começa a trabalhar e pára de estudar, condenando o jovem de classe popular, pela defasagem escolar⁵⁵, a realizar funções de menor qualificação e de menor remuneração. Essa meta, expressa pelo jovem, serve como um grande questionamento para a política pública que visa a inserir o jovem no mercado de trabalho não priorizando sua aprendizagem.

⁵⁵ O Censo de 2000 auxilia na elucidação desse ponto: Na comparação da escolaridade entre os grupos de idade, verifica-se que para os mais jovens, proporcionalmente, os perfis de escolaridade são melhores. Mesmo assim, os níveis de escolaridade alcançados ainda são baixos. Na faixa dos responsáveis de 15 a 19 anos e na de 20 a 24 anos, nas quais se esperaria um nível de escolaridade de, no mínimo, oito anos de estudo, pouco mais de 20% obtiveram esse nível de instrução (p. 49). Para ilustrar essa realidade, cito a situação dos 15 jovens entrevistados: 20%, ou seja, três jovens concluíram o ensino médio e nenhum frequenta a universidade. Conclui-se que 80%, ou seja, 12 jovens estão defasados em relação à série escolar que frequentam.

Priorizando qual tema?

Perguntou-se aos jovens O que é mais importante entre as seguintes idéias: família, religião, educação, lazer, trabalho, esporte. A resposta majoritária foi família em primeiro lugar. Cabe ressaltar que a pergunta modificava a ordem acima apresentada das categorias, sendo que em alguns casos primeiro aparecia religião, ou educação, ou outra. E, mesmo assim, todos optaram em primeiro lugar pela família. Esta opção e sua importância já foram abordadas suficientemente na seção 5.2 desse capítulo.

A educação foi a segunda categoria mais valorizada, aparecendo o trabalho em terceiro lugar. Isso revela que a necessidade objetiva força os jovens de classe popular a valorizarem mais os itens como educação e trabalho. Observa-se que, após garantir a constituição da família, base afetiva, há a necessidade de crescimento cognitivo, de conhecimento para enfrentar as dificuldades, inclusive as do mundo do trabalho.

O trabalho aparece um pouco depois da educação. Esse aspecto reforça o que foi desenvolvido nos itens sobre trabalho e educação, anteriormente, mantendo uma coerência. Para trabalhar, é necessário estudar, e, para estudar, também é necessário trabalhar, transformando-se o trabalho e o estudo em um binômio inseparável, dois fatores que se complementam.

O lazer, a religião e o esporte se alternam, na maioria das opções, entre o quarto, o quinto e o sexto lugares. Isso não significa dizer que não haja uma

valorização do lazer e do esporte, mas a necessidade de lazer é relegada a um segundo plano em vista da situação social.

A religião é um caso emblemático. As falas dos jovens expressam uma certa resistência a ir a eventos religiosos, em seguir o que os pais querem em relação à fé. O motivo dessa atitude é difícil de entender, mas existe uma resistência presente na fala dos jovens com relação a freqüentarem missas, cultos e atividades religiosas. Essa constatação não está, necessariamente, vinculada à inexistência de fé entre os jovens, mas a uma resistência à forma de expressão da fé nas igrejas dos seus pais. *Religião, bá, acho importante porque fui criado... não vou à missa, nem gosto muito. Minha mãe e meu pai todo dia e toda hora falando nisso, isso me incomoda. Eles querem pressionar (J3).*

A interpretação abrangeu os principais aspectos das entrevistas, perseguindo o objetivo de verificar as categorias analisadas à luz do referencial teórico. O exercício evidencia limites e possibilidades. Limites, pois não se pretende generalizar as reflexões e afirmações expressas como válidas para todos os jovens que sejam envolvidos pelo PNPE. Possibilidades, porque são temáticas que poderiam ser consideradas na análise das relações sociais que visam a efetivar direitos, alterando a vida dos jovens para melhor.

Após interpretar as categorias principais expressas pelos jovens, passarei a refletir a respeito das conclusões viabilizadas com a realização dessa pesquisa.

CONCLUSÕES

Pelo estudo científico, a razão almeja o desencantamento das coisas vividas no mundo, explicitando os sentidos presentes nas ações humanas (WEBER, 1993). A reflexão sistemática, lógica, investida de uma metodologia visa à produção de um conhecimento específico. Realizar esse exercício significa um aprendizado indescritível. Nossa ação, enquanto cientistas que querem desvelar parcela dessa realidade, sabendo que é impossível fazê-lo na sua totalidade, caracteriza-se como importante para o avanço da ciência. A contribuição de cada pesquisador, por mais singela que seja, é parte de um amplo espectro de reflexões, questionamentos e conclusões. Assim se desenvolve a ciência, incorporando um número maior de pessoas que se motivem para fazer evoluir o pensamento, o conhecimento.

A partir desse princípio de desencantamento da realidade, de compreender o sentido da ação humana, farei algumas considerações que não pretendem ser definitivas. O resultado do estudo é abrir possibilidades para novas investigações sobre esse tema. As reflexões construídas contribuem para analisarmos essa temática e evoluirmos permanentemente em relação aos temas tratados. As conclusões, além de explicitar considerações, expõem questões abertas, que poderiam ser aprofundadas e discutidas posteriormente.

Possibilidades juvenis

Apresento algumas reflexões suscitadas pela análise e interpretação, de acordo com o objeto desse estudo: a juventude perante o mercado de trabalho, seu ingresso nele, considerando o PNPE. Essa análise e interpretação propiciaram uma série de aprendizados, cujo caráter é transitório (BAJOIT, 1999), como todo aprendizado. É a partir desse princípio que tiro algumas conclusões.

Dentre as juventudes existentes, analisou-se a que foi denominada de juventude de classe popular (MARGULIS, 2000). Esse jovem possui seu perfil característico, provavelmente, semelhante em alguns aspectos com jovens que vivem em outras condições sociais. A juventude de classe popular evidencia sua necessidade material como um fator relevante, pela falta de condições básicas, como o emprego e a renda familiar. Tratar desse jovem requer um olhar cuidadoso, mas que não deve se limitar à resolução de necessidades materiais. Deve-se considerar que há jovens com outros tipos de necessidades, como acontece com os de outra classe social. Resumir a política pública para esse jovem a uma questão de conseguir-lhe emprego por si só já é questionável e representa um ledor engano, que não contribuirá para melhorar suas condições de vida.

Em que medida as necessidades dos jovens correspondem ao PNPE? Não há uma resposta única, definitiva ou precisa. O que é possível afirmar são os elementos expressivos, que foram compreendidos com a análise e a interpretação do material produzido na pesquisa.

Divido essa reflexão em quatro aspectos: a) a relevância da família e da educação para o PNPE; b) o PNPE e o Consórcio Social da Juventude; c) o PNPE e o Sistema Nacional de Emprego – SINE; d) o paradoxo da efetivação do direito ao trabalho.

A primeira conclusão a salientar é a seguinte: os resultados da pesquisa indicam e reforçam a idéia de que há uma forte inter-relação entre os três direitos sociais – trabalho, educação e família. Considerando que a implementação das políticas públicas exige, necessariamente, ações integradas entre os órgãos que as executam, é preciso pensar ações em conjunto, tendo como base esses direitos. Com isso, não se deve desconsiderar ou diminuir o valor dos outros direitos, mas esses três são fundamentais para a formação da juventude. O trabalho, além de ser um fator de auto-realização da pessoa, é uma fonte de renda para a vida; a educação é a fonte do conhecimento, da instrução; e a família é a fonte da auto-estima, das relações afetivas. Enfim, essa tríade, efetivada de maneira satisfatória, contribuirá para que parte relevante dos direitos da juventude de classe popular seja atendida.

Por outro lado, tratando-se do trabalho, não parecia tão evidente que a importância da família se destacasse tanto. Os jovens estão deixando claro que necessitam de uma relação afetiva com pessoas adultas que os incentivem, os apoiem, os orientem. Em vários momentos, nas entrevistas, a importância da família foi ressaltada. Como foi mencionado no capítulo anterior, trata-se de uma família diversificada (MIOTO, 2004). Não deve existir um juízo de valor quanto à composição da família, para julgá-la como melhor ou pior. O mais significativo, nesse caso, não é a composição da família, mas sim o apoio para esse jovem que está em

fase de desenvolvimento e precisa ter condições materiais, mas, além disso, condições imateriais, como o carinho, o apoio, a atenção, o estímulo, a cobrança, enfim, a satisfação de uma série de necessidades subjetivas que completam o ser humano.

Do total dos jovens entrevistados, 47% vivem somente com a mãe e apenas um vive com a tia; ou seja, 54% vivem em famílias formadas exclusivamente pela figura feminina. Nesse particular, saliente-se que a figura feminina está cumprindo sua parcela de responsabilidade na viabilização do direito à família para o jovem. Contudo, a figura masculina precisa assumir sua parcela de responsabilidade da mesma forma. A política pública precisaria atentar para essa particularidade, sob pena de o ônus do provimento das necessidades dos jovens ficar restrito a um dos responsáveis somente.

Por isso, a implementação de políticas públicas deveria integrar outros organismos governamentais que desenvolvessem programas voltados à família, como, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em âmbito nacional e, no município, a Secretaria de Assistência e Inclusão Social.

De outra parte, a educação apresentou-se como outra base de sustentação dessa tríade de direitos sociais. Os jovens expressaram a necessidade de que o Curso do CSJ tenha maior duração para que as temáticas propostas sejam desenvolvidas em melhores condições e para serem tratadas outras questões relacionadas à sua qualificação. Esse é um ponto que merece destaque porque, como este é um Programa que visa à qualificação profissional e educacional, revelando uma interface com a educação, deveria haver uma atuação integrada

entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Educação. Essa ação favoreceria a reflexão sobre o currículo do Curso do CSJ, a carga horária, os educadores que trabalhariam no Curso, enfim, todo o planejamento e implementação do mesmo. Nesse espaço de ação conjunta se fariam presentes, também, as organizações não governamentais participantes do PNPE.

Essa seria na prática a efetivação do direito social através de uma ação articulada e integrada dos órgãos governamentais e dos não governamentais. Essa prática favoreceria a qualificação do PNPE e os resultados alcançados poderiam ser incrementados. Cabe mencionar que o representante do Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de São Leopoldo destacou a articulação existente entre as entidades que atuam na defesa dos direitos das crianças e adolescentes no município. Entretanto, organizações como a Secretaria de Assistência e Inclusão social poderiam estar mais integradas na implementação do PNPE. Essas articulações, em parte existentes, devem ser aprimoradas.

Como segunda conclusão, há um sentimento marcante, expresso pelos jovens que participaram do Consórcio Social da Juventude, no sentido de valorizá-lo. A valorização atinge as questões pecuniárias, como o recebimento de um valor mensal, o auxílio para participar do Curso, a refeição que eles recebiam diariamente, o auxílio para o deslocamento diário, no caso dos jovens do Círculo Operário Leopoldense que realizavam as atividades no centro do município. Existe uma série de pequenas garantias, nesse período de quatro meses, valorizadas pelos jovens. A necessidade do jovem o leva a considerar esses pequenos aspectos. Essa percepção se confirma pelos momentos de avaliação dos quais participei e em que

constatei que as críticas, em primeiro lugar, referiam-se ao atraso dessas pequenas garantias vitais, portanto, ao funcionamento do dia-a-dia.

Entretanto, não se deve avaliar o PNPE apenas sob esse aspecto. Existem outros que se mostraram relevantes para o desenvolvimento da juventude, como a oportunidade de os jovens do PNPE/CSJ participarem de um Curso de quatro meses, com atividades diversas: o aprendizado de como realizar seu currículo; como participar de uma entrevista de seleção para um emprego; o aprendizado sobre seus direitos de cidadão, percorrendo escolas e convidando outros jovens a participarem da Conferência Municipal da Criança e do Adolescente; a aprendizagem do manuseio básico de programas de informática, computadores e outros cursos de qualificação profissional. As manifestações deles revelaram um interesse significativo por esse tipo de aprendizado, por essas atividades. Isso justifica as manifestações que advertiam que nas próximas edições do PNPE/CSJ dever-se-ia prever mais tempo para que o Curso incluía alguns assuntos de interesse dos jovens, que deveriam ser abordados com uma carga horária maior. A preparação do jovem para o mercado de trabalho exige, em primeiro lugar, essa perspectiva de propiciar-lhe momentos de desenvolvimento pessoal e social. Recorro ao conceito de moratória social, para reafirmar que é exatamente essa a questão posta, ou seja, para que o jovem tenha seus direitos garantidos, especificamente seu direito ao trabalho, necessariamente terá que se investir na possibilidade dele viver momentos de aprendizagem como na escola e, além dela, como no PNPE/CSJ.

A participação no PNPE/CSJ mostra-se válida para o jovem, apesar da distância entre as metas do PNPE e sua efetivação. Isso significa dizer que essa política pública deveria sofrer medidas de adequação em termos operacionais, um

replanejamento. Esse replanejamento deveria considerar as reivindicações realizadas pelos participantes do CSJ, principalmente.

A terceira conclusão é que o PNPE/SINE demonstrou ser o formato mais frágil de ação, pelos seguintes motivos: as informações sobre o PNPE estão localizadas genericamente na página eletrônica do Ministério do Trabalho e Emprego. Não foram localizadas informações sobre os jovens inscritos, chamados para entrevistas ou empregados através do PNPE. Constatou-se que o SINE não retira da lista de inscritos os jovens que conseguiram emprego através de outro meio; os jovens inscritos demonstraram pouco conhecimento do PNPE. A conclusão, nesse ponto, é que esse procedimento não favorece o envolvimento dos jovens, assim como de suas necessidades em relação ao PNPE e, conseqüentemente, o Ministério do Trabalho e Emprego, utilizando a estrutura do SINE, não alcança adequadamente seus objetivos.

Em quarto lugar, identifica-se um paradoxo relativo à moratória social. Enquanto, por um lado, o jovem deve ter assegurado seu direito ao trabalho, à educação e outros, o que representa a efetivação dos direitos sociais (ROJAS COUTO, 2004), por outro lado, vive a necessidade de ter uma renda e, para isso, se submete a ingressar na informalidade, trabalhar sem carteira assinada, etc. Esse paradoxo revela que o jovem de classe popular necessita começar a trabalhar cedo, com pouca idade, implicando com isso o não cumprimento da sua moratória, em que ele estaria se preparando ou se qualificando para assumir responsabilidades geralmente atribuídas aos adultos. Por outro lado, deve-se considerar que, se ele conseguisse trabalho na formalidade, estaria com o direito efetivado, mas sua moratória não estaria sendo implementada totalmente. Ao começar a trabalhar cedo,

ele aprende e desenvolve potencialidades e habilidades que também devem ser valorizadas, ao passo que outro jovem, em condições de ocupar anos da sua vida em sua preparação através do estudo, aproveita na sua qualificação de outra forma.

Este é um paradoxo porque, ao mesmo tempo em que se reivindica o direito do jovem ao trabalho, muitas vezes não se considera seu direito de estudar ou realizar outras atividades para usufruir da sua moratória. Percebe-se que a necessidade de começar a trabalhar é forte por parte do jovem de classe popular e, assim, ocorre um aprendizado precoce, de certa forma, por ser forçado; caso contrário, esse jovem estaria se dedicando exclusivamente aos estudos. A dedicação exclusiva aos estudos favoreceria o seu desenvolvimento intelectual, cultural, informativo, mas significaria uma situação de dependência de seus responsáveis.

Há um paradoxo porque, em ambos os casos, no primeiro, o da efetivação do direito ao trabalho com pouca idade e, no segundo, com o respeito ao direito de cumprir a moratória social, há situações de desenvolvimento muito diferenciadas. Cabe indagar se no primeiro caso o jovem de classe popular terá condições de competitividade semelhantes para ingressar no mercado de trabalho; provavelmente o jovem do segundo caso terá melhores condições. Conclui-se que há uma vantagem para o jovem que vive as possibilidades descritas pela moratória e se qualifica para seu futuro profissional, em relação ao que tem que começar a trabalhar, deixando sua qualificação em segundo plano. A exigência do mercado de trabalho é a escolaridade e a qualificação, e quem tiver melhores qualificações conseguirá as melhores vagas. Para o jovem de classe popular, a ênfase imposta pela necessidade objetiva de renda recai sobre o trabalho. Para o jovem de classe

média ou classe alta, a ênfase recai sobre a educação. Nos dois casos, são direitos sociais, porém, a classe social à qual cada um pertence impõe prioridades diferentes.

As manifestações dos jovens são idiossincráticas. Isso leva a refletir sobre como propiciar àqueles que são diretamente atingidos por uma política pública condições para expressarem suas necessidades à sua maneira. A política é dirigida, majoritariamente, por adultos e a ciência também. Contudo, a participação da juventude em ambos os espaços mostra-se possível. Cabe aos adultos, através do diálogo, estimular a reflexão e a prática da participação do jovem. Estar motivado para essa tarefa é um desafio que pode ser considerado tanto no âmbito das políticas públicas quanto da academia.

Questões em aberto

A análise da temática juventude e políticas públicas trouxe uma série de aprendizados. Alguns deles expressei no estudo apresentado. Outras questões ficaram em aberto. Quero apontar as que considero mais relevantes.

Os desafios impostos aos jovens pela realidade do trabalho, que passa por profundas mudanças, são significativos. A juventude tem encontrado dificuldades para ver seu direito ao trabalho cumprido e seria interessante investigar em que sentido essa dificuldade poderá aumentar, ou então diminuir. Seria procedente seguir investigando a questão do futuro da juventude diante do mercado de trabalho.

E os jovens que têm acesso ao emprego, qual suas possibilidades futuras? Os jovens de classe popular têm alguma perspectiva de se qualificar e conseguir trabalhos em áreas que ofereçam melhores condições de trabalho? Os empregos que exigem mais qualificação geralmente oferecem essas condições. Para o jovem de classe popular almejar uma vida digna, terá que disputar essas vagas. Assegurar o direito ao trabalho para a juventude significa considerar alguns aspectos: que tipo de trabalho? Em quais condições? E a garantia da continuidade dos estudos após o início do trabalho?

O fato objetivo é que a realidade da juventude e do trabalho é um tema instigante. Os jovens que se tornam aptos, ano após ano, a ingressar no mercado de trabalho, enfrentam obstáculos. Formular políticas públicas para efetivar o direito ao trabalho é uma tarefa prioritária dos atores políticos com essa responsabilidade. Analisar e propor alternativas para aprimorar o que vem sendo desenvolvido é uma tarefa importante, e a pesquisa pode contribuir nesse sentido.

Limites da investigação

A pesquisa foi um momento privilegiado, marcadamente educativo. Na realização da pesquisa vislumbrei possibilidades, desafios e limites. A apreensão do pesquisador significa, necessariamente, essa experimentação tendo presente a tentativa, o erro, a avaliação, a adequação, o aprimoramento.

Considero que um dos limites dessa investigação sobre jovens e trabalho foi o metodológico. As exigências objetivas da pesquisa, como o prazo, fizeram-me optar por procedimentos exequíveis em curto prazo. A utilização de um outro método que

propiciasse o entendimento das situações nas quais estão inseridos os entrevistados seria favorável para apreender outros meandros da problemática investigada.

Para compreender o que necessita uma determinada pessoa ou um determinado grupo é preciso conhecer em detalhes o seu cotidiano. Agindo dessa maneira há uma possibilidade maior de se atingir melhores resultados. O desafio posto ao pesquisador, que pretende compreender o máximo possível o problema investigado, é o de poder reunir elementos analíticos que o informem de um número maior de situações.

O limite desafia o pesquisador a buscar sua superação, representando possibilidades de alcançar novos patamares de produção de conhecimento. A investigação sobre juventude a identificou possibilidades e limites. O limite desafia para a produção de novos projetos de estudo, objetivando novas respostas para as questões suscitadas.

Continuar a trajetória de pesquisador implica essa convicção de aceitar os limites do processo de pesquisa. Ao verificar as lacunas do que produzi sobre necessidades juvenis, trabalho e políticas públicas, sinto-me estimulado a perseguir o aprimoramento do que realizei. Esse é o meu maior aprendizado como um pesquisador iniciante.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003. p. 13-32.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005a.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: _____; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005b. p. 37-72.

_____; VENTURI, Gustavo. Juventude, política e cultura. **Teoria e Debate**, n. 45, 2000.

_____; FREITAS, Maria Virgínia de; SPÓSITO, Marília Pontes (orgs.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez e Ação Educativa, 2002.

ACIOLI, Márcia Hora. **Construindo o protagonismo de crianças e adolescentes**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2001. (Caderno).

ADÃO, Jorge Manoel. Práxis educativa do Movimento Negro do Rio Grande do Sul. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (orgs.). **Negro e educação: identidade negra**. Rio de Janeiro: ANPED; São Paulo: Ação Educativa, 2003. p. 59-70.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; TRACY, Kátia Maria de Almeida. **Noites nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

AMENCAR – Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente; FMSS – Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. **Atendimento de crianças e adolescentes em rede**. Uma proposta de proteção integral. São Leopoldo, 1996.

AMENCAR. **Violência doméstica**. São Leopoldo: UNICEF, 2000.

_____. **Programa de Trabalho da Regional Sul**. São Leopoldo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses e a centralidade do trabalho hoje. In: ANTUNES, Ricardo. (org.). **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 209-223. (Mundo do trabalho).

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. 20 nov. 1989.

BAJOIT, Guy. O pensamento sociológico em um mundo em mutação. **Estudos Leopoldenses**, Série Ciências Humanas, v. 35, n. 155, p. 13-20, 1999.

_____. **Todo cambia: análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas**. Santiago: LOM, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002a.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidades e interesses do conhecimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002b, p. 17-36.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002c, p. 39-63.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOSCHETTI, Ivanete (coord.). **Avaliação dos 10 anos de implementação da Lei Orgânica de Assistência Social**: o olhar dos conselhos estaduais, municipais e do Distrito Federal. Brasília: Ministério da Assistência Social, Conselho Nacional de Assistência Social, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121

_____; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude. **Relatório Preliminar**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. (Série Ação parlamentar, 256).

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Primeiro emprego** – empresa parceira. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 8 maio 2004. (Material de divulgação).

_____. **Primeiro emprego**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 8 maio 2004. (foram diversos acessos).

_____. **Termo de Referência Consórcio Social da Juventude**. Brasília, Ministério do Trabalho e do Emprego, [s.d.]. (Texto).

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: _____; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; WANDERLEY, Luis Eduardo W. (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004a, p. 17-50.

_____. As transformações da questão social. In: _____; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; WANDERLEY, Luis Eduardo W. (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004b, p. 235-264.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENSO Demográfico 2000. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2001.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RS – CADERNO DE ESTUDOS, 3., 2001, Porto Alegre. Porto Alegre: Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social – STCAS; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA/RS, 2001.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO LEOPOLDO. **E agora, jovem?** São Leopoldo, 1 ed., maio 2005.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS. **Coletânea de leis**. Porto Alegre, 2000.

CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE. **Preparação para o trabalho e para a vida**. Porto Alegre: Fundação Solidariedade, Delegacia Regional do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, [s.d.]a. (material de divulgação).

_____. **Subsídios para os parceiros**. Porto Alegre: Fundação Solidariedade, Ministério do Trabalho e Emprego e Delegacia Regional do Trabalho, [s.d.]b. Texto.

_____. **Há vagas.** Porto Alegre: Fundação Solidariedade, Delegacia Regional do Trabalho no RS, Ministério do Trabalho e Emprego, Informe 2, jun.-jul., 2005.

COPETTI, Thiago. Burocracia trava Primeiro Emprego. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 18, 25 jan. 2005.

DA COSTA, Antônio Carlos Gomes. **O novo modelo de atendimento em rede.** [s. n.]. [s. d.]. Texto.

_____. **Protagonismo juvenil:** adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

_____. Educação para o empreendedorismo: uma visão brasileira. In: NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 242-259.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

DICK, Hilário. **Gritos silenciados, mas evidentes:** jovens construindo juventude na história. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. (coord.). Às margens juvenis de São Leopoldo – dados para entender o fenômeno juvenil na região. **Cadernos do IHU.** São Leopoldo: UNISINOS – Instituto Humanitas, ano 3, n.11, 2005.

DRAIBE, Sônia Miriam. A construção institucional da política brasileira de combate à pobreza: perfis, processos e agenda. **Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP.** São Paulo: UNICAMP, 1998. (Caderno de pesquisa, 34).

_____. Políticas públicas e gestão da crise um balanço da literatura internacional. São Paulo: UNICAMP, **Caderno de pesquisa**, n.1, mar.1987.

DUARTE, Klaudio. **Juventudes populares:** el rollo entre ser lo que queremos, o ser lo que nos imponen... Quito – Ecuador: Tierra Nueva, 1998.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

_____. **Da divisão do trabalho social.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERRAND, Michele. **Questões de método:** do qualitativo ao quantitativo. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBa, 1999.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (orgs.). **Jovens – em tempo real.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e educação:** ensaios. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda De Carvalho (orgs.). **Políticas públicas:** juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.180-216.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico:** explicitação das Normas da ABNT. 13. ed. Porto Alegre, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **Por uma sociologia dialógica.** São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

_____. Entre as razões de crer e a crença na razão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.27, ano 10, fev.1995, p.111-127.

_____. **Alain Touraine:** conceitos gerais e teoria da ação coletiva. São Leopoldo: UNISINOS – PPGCSA, 2004.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64-89.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOFFMANN, Erving. **Os momentos e os seus homens**. Lisboa: Antropos, 1999.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimientos sociales: participación sociopolítica y educación en el Nuevo Milenio**. São Paulo: Instituto de Estudios Ecuatorianos, Instituto Paulo Freire, FPH/APM, NTC PUC, 2002a.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2002b.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HELLER, Agnes. **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Paidós, 1996.

_____.; FEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna**. Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br/cidadesat/](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/)>. Acesso em: 5 nov. 2005.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude**. São Paulo: Instituto Cidadania. São Paulo, 2003. (material de divulgação).

_____. **Perfil da Juventude Brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2003.

JOVENS EM BUSCA DE UMA OPORTUNIDADE. **Vale dos Sinos**, São Leopoldo, p. 10, 8 mar. 2005.

KELLE, Udo. Análise com Auxílio de computador: codificação e indexação. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 393-415.

LEITE, Elenice Moreira. Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda De Carvalho (orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003, p.153-172.

MADEIRA, Felícia Reicher. A improvisação na concepção de programas sociais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, 2004, p.78-94.

MARGULIS, Mario. **La juventud es más que una palabra**. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2000.

MARIÑO, Juan Mario Fandiño; RAMOS, Marília Patta. Cinco teses equivocadas sobre a questão da qualidade e da quantidade na pesquisa social. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 2, mar.1995, p.17-32.

MARTINS, Carlos Benedito. Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu. **Novos Estudos**, n. 62, mar.2002, p.163-181.

MARX, Karl. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A introdução à crítica da economia política. In: _____. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **O capital: acumulação primitiva do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro Primeiro, Volume II.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A. et al. (org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 43-59.

NOMURA, Blanca (coord.). **Participação das crianças e adolescentes como protagonistas**. Rio de Janeiro: Save The Children Suécia, 2002.

NORONHA, Olinda Maria. **De camponesa a “madame”**: trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Loyola, [s.d.].

NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo (orgs). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

OLINTO, Maria Teresa Anselmo; DA COSTA, Juvenal Soares Dias; SCHWENGBER, Rovane Battaglin. **A saúde em São Leopoldo**: duas décadas de informações. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

OLIVEIRA, Carmem. Um pacto pela juventude em São Leopoldo. In: FÓRUM MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO LEOPOLDO (org.). **Capacitação na área da criança e do adolescente**. São Leopoldo: COMDEDICA; Fórum Municipal DCA, 2004, p. 17-30. (Caderno de Formação).

PNUD - PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 5 dez.2005.

POCHMANN, Márcio. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PROAME - Programa de Apoio a Meninos e Meninas. **Crianças e adolescentes em situação de rua**. São Leopoldo: CEDECA/PROAME, 2002. (Série Cadernos).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Trabalho Cidadania e Assistência Social do RS. Disponível em: <<http://www.stcas.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2005.

_____. Disponível em: <<http://www.stcas.rs.gov.br/fgtas/programas.php>>. Acesso em: 20 maio 2005.

RIZZINI, Irene. **A criança no Brasil hoje**: desafio para o Terceiro Milênio. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

_____. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Edusu/ Amais, 1997.

ROJAS COUTO, Berenice. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998, v. 2, p. 731-749.

SADER, Emir. **Que Brasil é este?**: dilemas nacionais do séc. XXI. São Paulo: Atual, 1999. (História Viva).

SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio C. de; LEAL, Maria C. (orgs.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

SALOMON, Marta. Governo esvazia Programa 1º Emprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, capa e p. A4, 5 maio 2005.

SANDOVAL, Mário. **Jóvenes del siglo XXI**: sujetos y actores en una sociedad en cambio. Tese (Doutorado)- Universidade de Lovaina, [s.d.].

SANTI, Alexandre de. Uma porta para o jovem que busca emprego. **Zero Hora**, Porto Alegre, 9 fev. 2005, p.16.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

SANTOS, B. de S.; AVTRIZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Democratizar a democracia**: os

caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, p. 39-78.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 13.ed. Porto: Edições Afrontamentos, 2002.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Em defesa das políticas sociais. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2., 2002, Porto Alegre. **Políticas sociais para um novo mundo necessário e possível**. Porto Alegre: Caderno Ideação, 2002, p. 21-32.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas ciências sociais. **Cadernos de Sociologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 3, n. 3, jan.-jul. 1991, p.55-88.

SCHMIDT, João Pedro. **O que pensam os jovens, hoje: imaginário social dos estudantes dos Vales do Rio Pardo e Taquari**. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 1996.

SILVA, Edson; MOTTI, Ângelo (Coords.). **Uma década de direitos: Estatuto da Criança e do Adolescente**. Campo Grande, MS: UFMS, 2001 (Cadernos Caminhos para a Cidadania. Série Escola de Conselhos, 3).

SORIANO, Raúl Rojas. **Guia para realizar investigaciones sociales**. México: Plaza y Valdés, 1976.

SPÓSITO, Marília Pontes. (coord.) **Juventude e escolarização**. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002.

_____. **Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003a.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003b, p. 57-75.

STRECK, Danilo. **Pedagogia no encontro de tempos: a trama como metáfora para a educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

TEIXEIRA, Alex Niche; BECKER, Fernando. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 94, jan.-jun.2001, p.94-112.

TOURAINE, Alain. Uma visão crítica da modernidade. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.5, n.5, 1993, p. 32-41.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Bases teórico-metodológicas preliminares da pesquisa qualitativa em ciências sociais. **Cadernos de pesquisa Ritter dos Reis**, Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, v. 4, nov. 2001.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede interna e rede social: o desafio permanente na teia das relações sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

UNESCO. Políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília: UNESCO, 2004.

VANNUCHI, Camilo; VILAS, Juliana. Quero ser grande. **Isto É**, n.1804, 2004, p. 54-60.

WARREN, Ilse Scherer. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZINNECKER, Jürgen. **Balço de 40 anos de pesquisa sobre a juventude alemã no contexto de tendências da história política contemporânea**. [S.l.], [s.d.]. Texto.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Jovens: a educação, o cuidado e o trabalho como éticas de ser e estar no mundo**. Novo Hamburgo: Ed. Feevale, 2003.

APÊNDICE A – TÓPICO GUIA DA PESQUISA DE CAMPO

- Informações relativas ao entrevistado:
 - Nome, idade, local onde reside, Programa em que está inscrito;
- Informações relativas à iniciação no trabalho:
 - Já trabalhaste?
 - Quanto tempo durou a experiência?
 - Trabalhaste com registro na Carteira de Trabalho?
 - A experiência de trabalho foi através do Programa?
- Informações relativas à escolaridade:
 - Qual o teu grau de escolaridade?
 - Pretendes continuar estudando?
 - Por que paraste de estudar?
- Informações relativas à família:
 - Tens pai e mãe?
 - Moras com quem atualmente?
 - Quantos trabalham em tua casa?
- Informações relativas ao Consórcio:
 - Quanto tempo participaste do Programa?
 - Conseguiste uma vaga ou fazer entrevistas através do Programa?

- Quais são os teus sonhos para o futuro?
- Qual a importância do trabalho para ti?
- Trabalhas porque gostas ou porque é necessário?
- Qual o tipo de trabalho que achas melhor?
- Qual a validade do estudo em relação ao trabalho?
- Qual a importância do trabalho para tua família e para ti?
- Qual tua avaliação sobre o Programa Primeiro Emprego, Projeto Consórcio Social da Juventude/SINE?
- O que mais te preocupa em relação ao trabalho?
- Sentes-te preparado para começar a trabalhar?
- Na tua opinião, o que é melhor: ser empregado ou dono do próprio negócio?
- Três coisas boas que imaginas que ocorram no trabalho? Três coisas ruins que imaginas que ocorram no trabalho?
- Entre essas palavras, qual a tua ordem de prioridades: família, trabalho, educação, lazer, religião, esporte?
- De uma escala de 0 a 10, qual é a nota com que conceituas o trabalho?

APÊNDICE B - CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

QUADRO 1 – Sistematização das categorias principais

CATEGORIAS PRINCIPAIS		
Necessidades subjetivas	Necessidades intermediárias	Necessidades objetivas
1) QUAIS SÃO OS TEUS SONHOS PARA O FUTURO?		
Ter uma família, casar, ter filhos, dar o melhor para ele (filho)	Terminar os estudos... fazer faculdade – administração, engenharia do trabalho, medicina... curso de mecânica – especialização	Comprar minha casa
Poder cuidar bem da minha mãe e dos meus irmãos		Conseguir um emprego
Realização pessoal e poder ser o que eu quiser		Uma boa renda
2) QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA TI?		
Sei lá, não quero viver só para pagar contas. Quero fazer uma viagem. Ser bem realizado na sociedade	Foi tri, eu aprendi um montão de coisa assim, mas não foi aquela experiência profissional	Primeiramente, financeiramente, o que me ajuda muito, porque se eu tivesse parado não ia dar certo
A importância de comigo mesmo, me sentir uma pessoa realizada, ter na profissão que gosta, estar realizado, ao mesmo tempo que vou ajudar alguém, dar assistência pro meu próximo. Responsabilidade, uma coisa que vou fazer com gosto, carinho, preparado para isto		Maturidade, acho que adquiri maturidade trabalhando, aprendi a valorizar o dinheiro, quando eu era mais nova e não trabalhava, até tinha aquela coisa de gastar sem limites, depois quando tu começa a trabalhar tu entende que tem limites
O trabalho é a honra do homem, o trabalho faz o homem. No trabalho a pessoa vai crescendo, o desenvolvimento e o crescimento do homem		Trabalhar bastante agora para quando ela estiver maior já ter bastantes coisas
		Melhor trabalhar daí eu posso ter minha família, posso fazer minha casa, minhas opiniões para o fazer o que quero e mais à frente poder equilibrar bem na vida
		só que o trabalho hoje em dia, além de ele ocupar o tempo que para ti é fundamental, tu se familiariza com outras pessoas, tu se comunica, é uma necessidade que hoje em dia o trabalho é teu ganha-pão, sem ele não come, não vê tv, não sai

3 TRABALHAS PORQUE GOSTAS OU PORQUE É NECESSÁRIO?		
Primeiro porque gosto, pois se gosta sempre vai fazer um bom trabalho	Os dois, a necessidade mais para o futuro e porque eu gosto	É mais necessário do que legal
		No momento eu preciso, porque se não trabalhar, não come
4) QUAL O TIPO DE TRABALHO QUE ACHAS MELHOR?		
Acho que não existe trabalho melhor, a gente que faz o serviço melhor, com força de vontade, querendo aprender mais	Não pensei bem ainda. Não sei ainda em que área seguir. Nunca pensei em nenhum trabalho que gostaria	Eu não escolheria, qualquer um que viesse eu ia trabalhar
5) QUAL A VALIDADE DO ESTUDO EM RELAÇÃO AO TRABALHO?		
Acho que estudo é uma das coisas mais importantes da vida	É importante, mas esse ano eu não estou dando valor	Que se a gente não estuda, não consegue serviço
Não é só tu ir no colégio que tu vai ter muita experiência	Pretendo voltar, só me organizar melhor	daqui por diante até para ser gari vai ter que ter 2º grau
6) QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA TUA FAMÍLIA E PARA TI?		
Ela me cobra para a gente trabalhar, não para ajudar ela, mas para a gente ser alguém na vida	A gente conversa assim, ela quer que eu estude, preocupar em terminar de estudar para trabalhar e não parar de estudar para trabalhar	Para se ter um trabalho honesto, para poder sustentar a família
Acho que eles pensam como eu, trabalhar para dar um futuro bem melhor para a gente	Mas eu já notei que entre meus amigos, o trabalho não é muito bem-vindo, porque eu não sei, se a juventude de hoje, se é como foi educada	Ela que me colocou no CSJ, eu estava meio fora do caminho certo
Importância do trabalho para eles é que, além de ter sua independência própria, também vai ter uma profissão	Primeira questão, um pouco da necessidade, assim ajudar, e acho que passaram o que eu passei aqui, valorizar, sempre passou esta idéia. Questão de valores, cuidados	Para eles o trabalho é fundamental, eu ajudo eles, ajudo minha mãe, e é isso que ela quer
7) QUAL TUA AVALIAÇÃO SOBRE O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO, PROJETO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE/ SINE?		
Cansaram da gente, veio o Júnior, fazia vídeos, programas, tinha que se apresentar na frente de todos, eu não tinha vergonha; O CSJ foi bom para eu ver, de sair daquela vida e ser alguém um pouco melhor	Por um lado eu acho bom, mas acho que tem muita confusão. Confusões de pagamentos atrasados, daí eles falaram para gente que ia ter entrevistas, mas não deu nada	Ajudou. Até porque hoje em dia eles pedem para a gente ter noção de informática, e agora tudo é por computador
Como resolver problemas sem ter briga, resolver na conversa	Onde se falou da Conferência que falava de direitos e deveres do adolescente; mas nunca tinha chegado ainda profundo sobre o ECA	Deveria ter mais tempo para curso de quatro meses. A gente aprende bem mais coisas em bem mais tempo
	A gente aprendeu que não é só a falta de emprego, é um pouco também, mas é a falta de formação	

8) O QUE MAIS TE PREOCUPA EM RELAÇÃO AO TRABALHO?		
E tem que saber fazer também, tem que fazer com vontade, porque não adianta não gostar	Tudo, boa apresentação, ser educada e gentil	Sinto-me preparada para começar a trabalhar. Tenho que enfrentar
Acho que primeiro tenho que me dar bem com os colegas	Até preocupa, nada desesperador, como minha mãe, é diferente porque ela é a base	Só de deixar a minha mãe sozinha em casa e meus irmãos
	Eu levantava de manhã cedinho, eu adorava levantar, aí com o passar do tempo fui desgostando	Por exemplo, estou fazendo este curso, daí me preocupo quando chegar no estágio de não saber realizar meu trabalho. De ter oportunidade e não saber desenvolver
9) SENTES-TE PREPARADO PARA COMEÇAR A TRABALHAR?		
Eu acho que sim, eu tenho, sou responsável, tenho na cabeça o que eu quero e acho que agora seria uma boa oportunidade de começar a trabalhar	Digo, assim preparado mesmo ninguém nunca está antes de chegar a fazer o trabalho , mas eu já tive convivência com esse tipo de trabalho que vou fazer agora	Até da idade, já era para estar trabalhando , se eu não tô preparado, vou ter que pegar experiência
Estudo, informação. Por mais que tenha estudado ,se tu não for informado, atualizado, acho que acaba perdendo um pouco	Ainda não porque gostaria de terminar meus estudos primeiro e daí eu trabalhar sem pensar no que eu deixei para trás	Para ingressar no trabalho agora acho que sim, a gente teve aprendizado de como funciona o mercado de trabalho, leis trabalhistas. Agora estou bem mais apto, depois de ter feito o curso
10) NA TUA OPINIÃO O QUE É MELHOR: SER EMPREGADO OU DONO DO PRÓPRIO NEGÓCIO?		
Ser dono de um negócio é o sonho de cada um , ter um negócio, uma fábrica, uma loja, uma coisa que seja bom para ti	Não pensei ainda sobre isso	Sim, porque daí a gente obedece o patrão, senão a gente é chefe e vão achar que a gente tá pisando em cima , que nem a minha ex-patroa é ruim, daí eu não gostaria de ser dono
Gostaria de coordenar uma equipe		
11) TRÊS COISAS BOAS QUE IMAGINAS QUE OCORRAM NO TRABALHO? TRÊS COISAS RUINS QUE IMAGINAS QUE OCORRAM NO TRABALHO?		
Coisas boas: bom relacionamento no ambiente de trabalho (4), respeito (4), reconhecimento ao serviço, amizade dos colegas (6), confiança (2) , entrosamento (2), honestidade, compreensão, apoio, ótima convivência, bastante/ novos conhecimentos (2)	Coisas boas: educação, aprendizado	Coisas boas: dinheiro (2), salário, boa remuneração , necessidade, pontualidade, deixar trabalhar a vontade
Coisas ruins: colegas chatos, maus colegas, chefes ruins, muito exigentes, muitos fofoqueiros, inveja, abandonar o serviço, intolerância , não aceitar a diferença dos outros, falsos amigos, confiança em mim mesmo, empregado mandão, mau relacionamento, mijada de chefe, fazer coisas erradas, ser relaxado, desonestidade		Coisas ruins: acordar cedo em dia de chuva (2), salário pouco , trabalhar em lugar não higiênico, má apresentação, não desenvolver um bom trabalho
12) ENTRE ESSAS PALAVRAS, QUAL A TUA ORDEM DE PRIORIDADES: FAMÍLIA, TRABALHO, EDUCAÇÃO, LAZER, RELIGIÃO, ESPORTE?		
Família		
13) DE UMA ESCALA DE 0 A 10 QUAL A NOTA COM QUE CONCEITUAS O TRABALHO?		
Média 7,8.		

QUADRO 2 – Sistematização das categorias principais

CATEGORIAS PRINCIPAIS		
Necessidades subjetivas	Necessidades intermediárias	Necessidades objetivas
1) QUAIS SÃO OS TEUS SONHOS PARA O FUTURO?		
Ter uma família, casar, ter filhos, dar o melhor para ele (filho); Poder cuidar bem da minha mãe e dos meus irmãos	Estudo: faculdade, especialização	Comprar minha casa
2) QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA TI?		
Quero fazer uma viagem. Ser bem realizado na sociedade	Aprendi um montão de coisa assim, mas não foi aquela experiência profissional	Primeiramente, financeiramente, o que me ajuda muito
3) TRABALHAS PORQUE GOSTAS OU PORQUE É NECESSÁRIO?		
Porque gosto, pois se gosta sempre vai fazer um bom trabalho	Os dois, a necessidade mais para o futuro e porque eu gosto	É mais necessário que legal
4) QUAL O TIPO DE TRABALHO QUE ACHAS MELHOR?		
A gente que faz o serviço melhor, com força de vontade, querendo aprender	Não sei ainda em que área seguir	Eu não escolheria, qualquer um que viesse eu ia trabalhar
5) QUAL A VALIDADE DO ESTUDO EM RELAÇÃO AO TRABALHO?		
Estudo é uma das coisas mais importantes da vida	Esse ano eu não estou dando valor	Não estuda, não consegue serviço
6) QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA TUA FAMÍLIA E PARA TI?		
Ela me cobra para a gente ser alguém na vida	Terminar de estudar para trabalhar e não parar de estudar para trabalhar	Trabalho honesto, sustentar a família
7) QUAL TUA AVALIAÇÃO SOBRE O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO, PROJETO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE/ SINE?		
Tinha que se apresentar na frente de todos; o CSJ foi bom para eu ver, de sair daquela vida e ser alguém um pouco melhor	Por um lado eu acho bom, mas tem muita confusão, pagamentos atrasados, ia ter entrevistas, mas não deu nada	Pedem para a gente ter noção de informática, e agora tudo é por computador
8) O QUE MAIS TE PREOCUPA EM RELAÇÃO AO TRABALHO?		
Tem que fazer com vontade, porque não adianta não gostar	Boa apresentação, ser educada e gentil	Sinto-me preparada. Tenho que enfrentar
9) SENTES-TE PREPARADO PARA COMEÇAR A TRABALHAR?		
Sou responsável, tenho na cabeça o que eu quero	preparado mesmo ninguém nunca está, antes de chegar a fazer o trabalho	Já era para estar trabalhando, vou ter que pegar experiência
10) NA TUA OPINIÃO, O QUE É MELHOR: SER EMPREGADO OU DONO DO PRÓPRIO NEGÓCIO?		
Ser dono de um negócio é o sonho de cada um	Não pensei ainda sobre isso	A gente obedece o patrão, senão a gente é chefe e vão achar que a gente tá pisando em cima
11) TRES COISAS BOAS QUE IMAGINAS QUE OCORRAM NO TRABALHO? TRÊS COISAS RUINS QUE IMAGINAS QUE OCORRAM NO TRABALHO?		
Coisas boas: bom relacionamento no ambiente de trabalho, respeito, reconhecimento ao serviço, amizade dos colegas, confiança,	Coisas boas: educação, aprendizado	Coisas boas: dinheiro, salário, boa remuneração
Coisas ruins: colegas chatos, maus colegas, chefes ruins, muito exigentes, muitos fofoqueiros, inveja, abandonar o serviço, intolerância,		Coisas ruins: acordar cedo em dia de chuva, salário pouco
12) ENTRE ESSAS PALAVRAS, QUAL A TUA ORDEM DE PRIORIDADES: FAMÍLIA, TRABALHO, EDUCAÇÃO, LAZER, RELIGIÃO, ESPORTE?		
Família		
13) DE UMA ESCALA DE 0 A 10, QUAL A NOTA COM QUE CONCEITUAS O TRABALHO?		
Média 7,8.		